https://OFICIALdeJUSTICA.blogs.sapo.pt
Diário Digital dos Oficiais de Justiça de Portugal

OJ@sapo.pt

SÍNTESE DE LEGISLAÇÃO E OUTRAS PUBLICAÇÕES

RELEVANTES E COM INTERESSE, CONCRETO OU GERAL, PARA OFICIAIS DE JUSTIÇA

APÓS ANÁLISE E SELEÇÃO DIÁRIA CONFORME SÃO PUBLICADAS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA OU NOUTROS LOCAIS

Todos os dias são verificadas as publicações em Diário da República e noutros locais.
No caso de se verificar alguma publicação relevante a mesma será acrescentada à lista.
Esta lista, mesmo sem conter novas inserções, está sempre atualizada, pois as publicações são verificadas todos os dias.
As publicações mais recentes vão sendo colocadas em cima e as mais antigas vão sendo empurradas para baixo
Os diplomas e publicações identificadas contêm hiperligações incorporadas que permitem o acesso direto à publicação.

2025 – SETEMBRO

Acórdão (extrato) n.º 653/2025 - Diário da República n.º 186/2025, Série II de 2025-09-26
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma interpretativamente extraída do artigo 23.º, n.º 10, do Estatuto do Administrador Judicial (Lei n.º 22/2013, de 26 de fevereiro), que sujeita ao limite de 100.000 €, ali referido, a totalidade da remuneração variável devida aos administradores de insolvência, nela se incluindo a majoração prevista no respetivo n.º 7.

Acórdão (extrato) n.º 523/2025 - Diário da República n.º 186/2025, Série II de 2025-09-26
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional a norma do n.º 1 do artigo 1817.º do Código Civil, na redação da Lei n.º 14/2009, de 1 de abril, na parte em que, aplicando-se às ações de investigação da paternidade, por força do artigo 1873.º do mesmo Código, prevê um prazo de dez anos para a propositura da ação, contado da maioridade ou emancipação do investigante.

Despacho n.º 11343-B/2025 - Diário da República n.º 185/2025, Suplemento, Série II de 2025-09-25
Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Primeiro-Ministro
Determina o encerramento, no dia 26 de setembro até às 18H00, de todos os serviços e organismos públicos da Administração do Estado localizados nas ilhas dos grupos Ocidental e Central do arquipélago dos Açores, devido à aproximação do ciclone tropical Gabrielle.

Acórdão (extrato) n.º 555/2025 - Diário da República n.º 181/2025, Série II de 2025-09-19
Tribunal Constitucional
Não declara inconstitucionais as normas do artigo 10.º, n.º 3, na redação que lhe é dada pela Lei n.º 13/2023, de 3 de abril, e do artigo 338.º-A, n.os 1 e 2, do Código do Trabalho, aditado pela mesma Lei, no âmbito da agenda de trabalho digno.

Acórdão (extrato) n.º 650/2025 - Diário da República n.º 180/2025, Série II de 2025-09-18
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional a norma da alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de fevereiro (Regulamento das Custas Processuais), na redação dada pela Lei n.º 7/2012, de 13 de fevereiro.

Acórdão (extrato) n.º 645/2025 - Diário da República n.º 180/2025, Série II de 2025-09-18
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional a norma extraída do n.º 1 do artigo 111.º do Código do Procedimento Administrativo segundo a qual no âmbito de procedimento para concessão de apoio judiciário requerido pelo defensor nomeado as notificações são feitas exclusivamente na pessoa do interessado, salvo se for constituído mandatário no procedimento.

Acórdão (extrato) n.º 579/2025 - Diário da República n.º 180/2025, Série II de 2025-09-18
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma do n.º 2 do artigo 69.º-B do Código Penal (na redação da Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto), no segmento normativo em que determina a obrigatoriedade de aplicação da pena acessória com limite mínimo de cinco anos para a proibição de exercer profissão, emprego, funções ou atividades públicas ou privadas, cujo exercício envolva contacto regular com menores, pela condenação pelo crime previsto nos artigos 171.º, n.º 1, e 177.º, n.º 1, alínea a), do Código Penal; não julga inconstitucional a norma do n.º 2 do artigo 69.º-C do Código Penal (na redação da Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto), no segmento normativo em que determina a obrigatoriedade de aplicação da pena acessória com limite mínimo de cinco anos para a proibição de assumir a confiança de menor, em especial a adoção, tutela, curatela, acolhimento familiar, apadrinhamento civil, entrega, guarda ou confiança de menores, pela condenação pelo crime previsto nos artigos 171.º, n.º 1, e 177.º, n.º 1, alínea a), do Código Penal.

Acórdão (extrato) n.º 433/2025 - Diário da República n.º 179/2025, Série II de 2025-09-17
Tribunal Constitucional
Não declara inconstitucional a norma contida no n.º 4 do artigo 63.º do Código Penal — segundo a qual, havendo lugar à execução sucessiva de várias penas pelo mesmo condenado, caso seja revogada a liberdade condicional de uma pena com fundamento na prática de um crime pelo qual o arguido foi condenado em pena de prisão, o arguido terá de cumprir o remanescente dessa pena por inteiro, não podendo quanto a ela beneficiar de liberdade condicional.

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 676/2025 - Diário da República n.º 178/2025, Série I de 2025-09-16
Tribunal Constitucional
Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma extraída dos artigos 2.º e 3.º, n.os 2 e 3 ambos do Decreto-Lei n.º 65/2019, de 20 de maio, enquanto conjugados com os artigos 80.º, 81.º e 82.º todos do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de agosto, no sentido de que da contabilização e recuperação proporcional do tempo de serviço que os oficiais de justiça tiveram congelado resulte que oficiais de justiça da carreira judicial e dos serviços do Ministério Público com maior antiguidade na categoria passem a auferir remuneração inferior à de outros com inferior antiguidade naquela mesma categoria ou à de outros da carreira do grupo de pessoal de oficial de justiça com idêntica ou inferior antiguidade na carreira; não procede à limitação dos efeitos produzidos pela norma declarada inconstitucional.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 9/2025 - Diário da República n.º 174/2025, Série I de 2025-09-10
Supremo Tribunal de Justiça
A obra edificada (casa de morada de família) por dois cônjuges, casados no regime da comunhão de bens adquiridos, com dinheiro ou bens comuns, em terreno próprio de um deles, constitui coisa nova que é bem próprio do cônjuge titular do terreno e dá lugar a um crédito de compensação do património comum sobre o património do dono da coisa nova, com vista à reposição do equilíbrio patrimonial.

Despacho (extrato) n.º 10573/2025 - Diário da República n.º 172/2025, Série II de 2025-09-08
Tribunal Judicial da Comarca de Bragança
Nomeação de administrador judiciário em regime de comissão de serviço.

Aviso (extrato) n.º 21111/2025/2 - Diário da República n.º 162/2025, Série II de 2025-08-25
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Aprovação das listas de antiguidade, na carreira e na categoria, do pessoal oficial de justiça.

Parecer (extrato) n.º 19/2025 - Diário da República n.º 150/2025, Série II de 2025-08-06
Ministério Público - Procuradoria-Geral da República
Discriminação de pessoas com deficiência em contexto educativo. Competência administrativa contraordenacional.

2025 – JULHO

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 12/2025/M - Diário da República n.º 146/2025, Série I de 2025-07-31
Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa
Apresenta à Assembleia da República a proposta de lei sobre a atribuição do subsídio de insularidade aos trabalhadores da administração central em exercício de funções na Região Autónoma da Madeira.

Lei n.º 57/2025 - Diário da República n.º 141/2025, Série I de 2025-07-24
Assembleia da República
Altera os Estatutos dos Magistrados Judiciais, do Ministério Público e dos Tribunais Administrativos e Fiscais, bem como a Lei da Organização do Sistema Judiciário.

Lei n.º 56/2025 - Diário da República n.º 141/2025, Série I de 2025-07-24
Assembleia da República
Altera as disposições do Código de Processo Civil relativas à distribuição de processos.

Acórdão (extrato) n.º 545/2025 - Diário da República n.º 141/2025, Série II de 2025-07-24
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma contida no artigo 624.º, n.os 1 e 2, do Código de Processo Civil, interpretado no sentido de permitir a prova dos factos contrários aos que, na sentença penal absolutória transitada em julgado, determinaram a absolvição do arguido que subsequentemente é demandado em processo civil.

Lei n.º 55-C/2025 - Diário da República n.º 139/2025, Suplemento, Série I de 2025-07-22
Assembleia da República
Cria a Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras, na Polícia de Segurança Pública (UNEF).

Acórdão (extrato) n.º 512/2025 - Diário da República n.º 132/2025, Série II de 2025-07-11
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional o disposto nos artigos 131.º, n.º 1, e 134.º, n.º 1, alínea a), e n.º 2, do Código de Processo Penal, na interpretação segundo a qual uma criança de 7 (sete) anos pode ser chamada a prestar depoimento como testemunha, em declarações para memória futura, no processo de inquérito em que ambos os progenitores são arguidos e em que a criança tem aplicada medida de promoção e proteção de apoio junto dos pais/arguidos, sem que o juiz antes de a chamar possa decidir da sua capacidade para esclarecidamente exercer, do ponto de vista do superior interesse da mesma, do direito de recusa.

Acórdão (extrato) n.º 513/2025 - Diário da República n.º 132/2025, Série II de 2025-07-11
Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma do artigo 518.º, n.º 2, do Código das Sociedades Comerciais, no segmento em que comina como crime a atuação do administrador que recusar ou fizer recusar «noutras circunstâncias [que não em assembleia geral] informações que por lei deva prestar e que tenham sido pedidas por escrito».

Acórdão (extrato) n.º 515/2025 - Diário da República n.º 132/2025, Série II de 2025-07-11
Tribunal Constitucional
Confirma decisão sumária que julgou inconstitucional o disposto no artigo 35.º da Lei n.º 107/2009, de 14 de setembro, na redação conferida pelo artigo 33.º, alínea c), parte final, da Lei n.º 13/2023, de 3 de abril, que revogou os n.os 2 e 3 do Regime Processual aplicável às Contraordenações Laborais e de Segurança Social, quando fixa efeito meramente devolutivo ao recurso judicial, mesmo nos casos em que o arguido se disponha a caucionar o valor da coima e custas de processo por garantia bancária à primeira solicitação.

Anúncio n.º 200/2025 - Diário da República n.º 124/2025, Série II de 2025-07-01
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Notificação da lista nominativa das transições.

2025 – JUNHO

Decreto-Lei n.º 85-A/2025 - Diário da República n.º 123/2025, Suplemento, Série I de 2025-06-30
Presidência do Conselho de Ministros
Altera o Decreto-Lei n.º 27/2025, de 20 de março, regulando aspetos relativos à transição de trabalhadores para a carreira especial de oficial de justiça e à respetiva carreira.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2025 - Diário da República n.º 123/2025, Série I de 2025-06-30
Supremo Tribunal de Justiça
«Decorrido o período de suspensão da execução de pena de prisão, sem que tenha sido prorrogada ou revogada, a pena suspensa prescreve decorridos 4 (quatro) anos contados do termo daquele período, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 122.º, do Código Penal, salvo se ocorrerem causas suspensivas ou interruptivas desse prazo prescricional.»

Acórdão (extrato) n.º 424/2025 - Diário da República n.º 122/2025, Série II de 2025-06-27
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma extraída dos n.os 1 e 2 do artigo 24.º da Lei n.º 130/2015, de 4 de setembro, na interpretação de que o juiz de instrução pode proceder à tomada de declarações para memória futura sem que exista arguido constituído e sem que o Ministério Público, enquanto requerente, afirme e substancie no requerimento as razões, do lado da investigação, da vítima e do suspeito, para a não constituição prévia deste como arguido.

Acórdão (extrato) n.º 347/2025 - Diário da República n.º 113/2025, Série II de 2025-06-13
Tribunal Constitucional
Não declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas constantes dos artigos 2.º e 3.º da Lei n.º 55/2023, de 8 de setembro (diploma que clarifica o regime sancionatório relativo à detenção de droga para consumo independentemente da quantidade e estabelece prazos regulares para a atualização das normas regulamentares), na parte em que alteram, respetivamente, os n.os 3 e 4 do artigo 40.º do Decreto-Lei n. º 15/93, de 22 de janeiro, na sua redação atual, e os n.os 2 e 3 do artigo 2.º da Lei n.º 30/2000, de 29 de novembro, na sua redação atual.

Aviso (extrato) n.º 14560/2025/2 - Diário da República n.º 110/2025, Série II de 2025-06-09
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Aprovação do Movimento Anual dos Oficiais de Justiça de 2025.

Acórdão (extrato) n.º 312/2025 - Diário da República n.º 105/2025, Série II de 2025-06-02
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma contida no artigo 386.º, n.º 2, do Código Penal, interpretada no sentido de integrar no conceito de gestores de empresas concessionárias de serviços públicos, previsto no indicado artigo 386.º, n.º 2, do Código Penal, os administradores de sociedades holding de grupo empresarial em que uma das suas empresas é concessionária de serviço público, sem que o seja a própria holding; não julga inconstitucional a norma contida nos artigos 412.º, n.º 1 e n.º 3, e 417.º, n.º 3 e n.º 4, todos do Código de Processo Penal, segundo a qual não é admissível a impugnação dos factos considerados indiciados em decisão que aplique medidas de coação mediante remissão para argumentação contida na resposta à indiciação apresentada pelo Ministério Público em momento anterior à aplicação das medidas de coação.

Oficiais de Justiça de Portugal

2025 – MAIO

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 348/2025 - Diário da República n.º 102/2025, Série I de 2025-05-28
Tribunal Constitucional
Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma constante do artigo 44.º, n.º 2, do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, na interpretação segundo a qual, para efeitos da determinação dos ganhos sujeitos a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares relativos a mais-valias decorrentes da alienação onerosa de bens imóveis, ali se estabelece uma «presunção inilidível».

Acórdão (extrato) n.º 314/2025 - Diário da República n.º 102/2025, Série II de 2025-05-28
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional o artigo 63.º, n.º 1, da Lei de Organização do Sistema Judiciário, e o artigo 405.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, quando interpretados no sentido de que o poder de coadjuvação permite ao Vice-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça conhecer da reclamação apresentada contra o despacho que não admitiu o recurso.

Acórdão (extrato) n.º 256/2025 - Diário da República n.º 101/2025, Série II de 2025-05-27
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma do n.º 1 do artigo 310.º do Código de Processo Penal segundo a qual é irrecorrível o despacho que incidiu sobre a nulidade da decisão instrutória que pronunciar o arguido pelos factos constantes da acusação do Ministério Público, na parte relativa a nulidades desse mesmo despacho

Portaria n.º 232/2025/1 - Diário da República n.º 99/2025, Série I de 2025-05-23
Administração Interna
Alteração à Portaria n.º 1513/2007, de 29 de novembro, que estabelece os procedimentos a adotar pelas forças de segurança em relação a objetos perdidos e achados e determina a criação do Sistema Integrado de Informação sobre Perdidos e Achados.

Portaria n.º 228/2025/1 - Diário da República n.º 97/2025, Série I de 2025-05-21
Justiça, Administração Interna e Juventude e Modernização
Aprova e regula o Instrumento de Avaliação de Risco em Violência Doméstica revisto (RVD-R).

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 5/2025 - Diário da República n.º 90/2025, Série I de 2025-05-12
Supremo Tribunal de Justiça
«O prazo de prescrição do procedimento pelo crime de fraude fiscal qualificada, p. e p. no artigo 104.º, n.º 2, al. a), do RGIT, com utilização de faturas fraudulentas (as designadas “faturas falsas”) inicia-se no momento da entrega da correspondente declaração à administração fiscal.».

Aviso (extrato) n.º 11329/2025/2 - Diário da República n.º 85/2025, Série II de 2025-05-05
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Aprovação da lista de antiguidade do pessoal oficial de justiça.

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 269/2025 - Diário da República n.º 85/2025, Série I de 2025-05-05
Tribunal Constitucional
Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma contida no n.º 2 do artigo 26.º-A do Regulamento das Custas Processuais, aditada pela Lei n.º 27/2019, de 28 de março, na interpretação segundo a qual o tribunal não pode dispensar o depósito do valor integral do valor das notas justificativas quando o considere excessivamente oneroso ou arbitrário.

2025 – ABRIL

Acórdão (extrato) n.º 899/2024 - Diário da República n.º 80/2025, Série II de 2025-04-24
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional o disposto no artigo 400.º, n.º 1, alínea e), do Código de Processo Penal, quando interpretado no sentido de que «é irrecorrível o acórdão proferido pela Relação, que pela primeira vez aplique uma pena efetiva de privação da liberdade ainda que inferior a 5 anos, revogando a condenação em pena suspensa de primeira instância».

Acórdão (extrato) n.º 230/2025 - Diário da República n.º 80/2025, Série II de 2025-04-24
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma contida no artigo 400.º, n.º 1, alínea f), do Código de Processo Penal, na interpretação segundo a qual não é admissível recurso para o Supremo Tribunal de Justiça das decisões dos tribunais da relação que apliquem penas parcelares de medida igual ou inferior a 8 anos de prisão, quando se trate de crimes cujo bem jurídico protegido é eminentemente pessoal.

Acórdão (extrato) n.º 260/2025 - Diário da República n.º 80/2025, Série II de 2025-04-24
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional a norma do artigo 40.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, interpretada no sentido de consagrar um prazo absolutamente preclusivo de 10 anos, contados a partir da data da fixação inicial da pensão, para a revisão da pensão devida ao sinistrado por acidente em serviço, nos casos em que desde a fixação inicial da pensão e o termo desse prazo de 10 anos tenham ocorrido atualizações da pensão, por se ter dado como demonstrada a modificação da capacidade de ganho do sinistrado.

Acórdão (extrato) n.º 221/2025 - Diário da República n.º 76/2025, Série II de 2025-04-17
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma contida no artigo 751.º, n.º 4, alínea a), do Código de Processo Civil, na redação introduzida pela Lei n.º 117/2019, de 13 de setembro, interpretado no sentido de ser admitida a penhora de imóvel que seja habitação própria e permanente do executado em ações de valor igual ou inferior ao dobro do valor da alçada do tribunal de 1.ª instância, quando a penhora de outros bens não satisfaça integralmente o crédito no prazo de 30 meses.

Acórdão (extrato) n.º 222/2025 - Diário da República n.º 76/2025, Série II de 2025-04-17
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma contida no artigo 83.º, n.º 2, do Código Penal, na redação introduzida pela Lei n.º 65/98, de 2 de setembro, interpretado no sentido de que a pena relativamente indeterminada tem um mínimo correspondente a dois terços da pena de prisão que concretamente caberia ao crime cometido e um máximo correspondente a esta pena sempre acrescida de 6 anos, sem exceder 25 anos no total, independentemente da concreta dosimetria da pena de prisão aplicável ou da proporção que tal acréscimo de 6 anos tenha face à mesma.

Acórdão (extrato) n.º 186/2025 - Diário da República n.º 65/2025, Série II de 2025-04-02
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional o n.º 1 do artigo 901.º do Código de Processo Civil, na redação da Lei n.º 49/2018, de 14 de agosto (regime jurídico do maior acompanhado), na interpretação segundo a qual o recurso de apelação não é admissível quando a discordância quanto à sentença respeite apenas ao segmento relativo à nomeação da pessoa do acompanhante.

Declaração de Retificação n.º 21/2025/1 - Diário da República n.º 78/2025, Série I de 2025-04-22
Assembleia da República
Retifica a Lei n.º 39/2025, de 1 de abril, que proíbe o casamento de menores e inclui o casamento infantil, precoce ou forçado no conjunto das situações de perigo que legitimam a intervenção para promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo, alterando o Código Civil, o Código do Registo Civil e a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.
Lei n.º 39/2025 - Diário da República n.º 64/2025, Série I de 2025-04-01
Assembleia da República
Proíbe o casamento de menores e inclui o casamento infantil, precoce ou forçado no conjunto das situações de perigo que legitimam a intervenção para promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo, alterando o Código Civil, o Código do Registo Civil e a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

2025 – MARÇO

Acórdão (extrato) n.º 190/2025 - Diário da República n.º 63/2025, Série II de 2025-03-31
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma do artigo 5.º da Lei n.º 13-B/2021, de 5 de abril (Cessa o regime de suspensão de prazos processuais e procedimentais adotado no âmbito da pandemia da doença COVID-19), no sentido de que o alargamento de prazos aí previsto apenas se aplica aos prazos de prescrição iniciados antes da data de produção de efeitos da Lei n.º 4-B/2021, de 1 de fevereiro (Estabelece um regime de suspensão de prazos processuais e procedimentais decorrente das medidas adotadas no âmbito da pandemia da doença COVID-19).

Lei n.º 33/2025 - Diário da República n.º 63/2025, Série I de 2025-03-31
Assembleia da República
Promove os direitos na gravidez e no parto e altera a Lei n.º 15/2014, de 21 de março.

Declaração de Retificação n.º 20/2025/1 - Diário da República n.º 73/2025, Série I de 2025-04-14
Assembleia da República
Retifica a Lei n.º 37/2025, de 31 de março, que possibilita que familiares e pessoas candidatas à adoção possam ser famílias de acolhimento e reforça os direitos das crianças e jovens em acolhimento, alterando a Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, e o Decreto-Lei n.º 139/2019, de 16 de setembro.
Declaração de Retificação n.º 18-B/2025/1 - Diário da República n.º 65/2025, Suplemento, Série I de 2025-04-02
Assembleia da República
Retifica a Lei n.º 37/2025, de 31 de março, que possibilita que familiares e pessoas candidatas à adoção possam ser famílias de acolhimento e reforça os direitos das crianças e jovens em acolhimento, alterando a Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, e o Decreto-Lei n.º 139/2019, de 16 de setembro
Lei n.º 37/2025 - Diário da República n.º 63/2025, Série I de 2025-03-31
Assembleia da República
Possibilita que familiares e pessoas candidatas à adoção possam ser famílias de acolhimento e reforça os

direitos das crianças e jovens em acolhimento, alterando a Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, e o Decreto-Lei n.º 139/2019, de 16 de setembro.

Acórdão (extrato) n.º 148/2025 - Diário da República n.º 61/2025, Série II de 2025-03-27
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional o artigo 640.º, n.º 1, do Código de Processo Civil, quando interpretado no sentido de que ao recorrente que impugne a decisão relativa à matéria de facto se impõe o ónus suplementar de, no tocante à especificação dos pontos de facto que considera mal julgados, referenciar cada um com o correspondente meio de prova que se indica para o evidenciar.

Decreto-Lei n.º 42/2025 - Diário da República n.º 60/2025, Série I de 2025-03-26
Presidência do Conselho de Ministros
Aprova o programa de oferta de assinaturas digitais de publicações periódicas a jovens entre os 15 e os 18 anos

Decreto-Lei n.º 40/2025 - Diário da República n.º 60/2025, Série I de 2025-03-26
Presidência do Conselho de Ministros
Altera o Decreto-Lei n.º 322/90, de 18 de outubro, que define e regulamenta a proteção na eventualidade de morte dos beneficiários do regime geral de segurança social, e o Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio, que define e regulamenta o regime jurídico de proteção nas eventualidades de invalidez e velhice do regime geral de segurança social

Decreto-Lei n.º 39/2025 - Diário da República n.º 59/2025, Série I de 2025-03-25
Presidência do Conselho de Ministros
Altera a Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, que aprova a lei de proteção de crianças e jovens em perigo, a Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto, que altera o Código Civil, a lei de proteção de crianças e jovens em perigo, o Decreto-Lei n.º 185/93, de 22 de maio, a Organização Tutelar de Menores e o regime jurídico da adoção, e o Decreto-Lei n.º 164/2019, de 25 de outubro, que estabelece o regime de execução do acolhimento residencial, medida de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 4/2025 - Diário da República n.º 59/2025, Série I de 2025-03-25
Supremo Tribunal de Justiça
«A indemnização atribuída ao trabalhador ilicitamente despedido, em substituição da reintegração, é parcialmente impenhorável, nos termos do n.º 1 do artigo 738.º do Código de Processo Civil.»

Mapa Oficial n.º 1/2025 - Diário da República n.º 58/2025, Série I de 2025-03-24
Comissão Nacional de Eleições
Mapa com o número de deputados a eleger para a Assembleia da República em 18 de maio de 2025 e a sua distribuição pelos círculos eleitorais.

Portaria n.º 120/2025/1 - Diário da República n.º 56/2025, Série I de 2025-03-20
Justiça e Juventude e Modernização
Aprova a calendarização das medidas previstas à implementação do sistema de atendimento omnicanal para as entidades e serviços na dependência da Ministra da Justiça.

Decreto-Lei n.º 27/2025 - Diário da República n.º 56/2025, Série I de 2025-03-20
Presidência do Conselho de Ministros
Cria a carreira especial de oficial de justiça e a respetiva tabela remuneratória.

Decreto do Presidente da República n.º 31-A/2025 - Diário da República n.º 55/2025, Suplemento, Série I de 2025-03-19
Presidência da República
Dissolve a Assembleia da República e fixa o dia 18 de maio de 2025 para a eleição dos Deputados à Assembleia da República.

Lei n.º 26/2025 - Diário da República n.º 55/2025, Série I de 2025-03-19
Assembleia da República
Reforça o quadro penal relativo a crimes de agressão contra forças de segurança e outros agentes de serviço público, alterando o Código Penal e o Regulamento das Custas Processuais.

Lei n.º 25-A/2025 - Diário da República n.º 51/2025, Suplemento, Série I de 2025-03-13
Assembleia da República
Reposição de freguesias agregadas pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, concluindo o procedimento especial, simplificado e transitório de criação de freguesias previsto na Lei n.º 39/2021, de 24 de junho.

Resolução da Assembleia da República n.º 74/2025 - Diário da República n.º 53/2025, Série I de 2025-03-17
Assembleia da República
Recomenda ao Governo a conclusão da revisão do Estatuto dos Funcionários Judiciais e a valorização da carreira.

Moção de Confiança n.º 1-A/2025 - Diário da República n.º 50/2025, Suplemento, Série I de 2025-03-12
Assembleia da República
Moção de confiança ao XXIV Governo Constitucional

Portaria n.º 95/2025/1 - Diário da República n.º 50/2025, Série I de 2025-03-12
Justiça
Quarta alteração à Portaria n.º 121/2021, de 9 de junho, que regulamenta o arquivo eletrónico de documentos lavrados por notário e de outros documentos arquivados nos cartórios, a certidão notarial permanente e a participação de atos por via eletrónica à Conservatória dos Registos Centrais

Lei n.º 24/2025 - Diário da República n.º 50/2025, Série I de 2025-03-12
Assembleia da República
Alteração ao Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio

Lei n.º 23/2025 - Diário da República n.º 47/2025, Série I de 2025-03-07
Assembleia da República
Inclui novas substâncias psicoativas na definição de droga, alterando o Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

Louvor n.º 253/2025 - Diário da República n.º 47/2025, Série II de 2025-03-07
Justiça - Conselho dos Oficiais de Justiça
Concessão de louvor público à vogal do Conselho dos Oficiais de Justiça Dr.ª Maria Clara Ambrósio.

Louvor n.º 254/2025 - Diário da República n.º 47/2025, Série II de 2025-03-07
Justiça - Conselho dos Oficiais de Justiça
Concessão de louvor público ao inspetor do Conselho dos Oficiais de Justiça Bernardino José Gato Milheiras, secretário de justiça.

Louvor n.º 255/2025 - Diário da República n.º 47/2025, Série II de 2025-03-07
Justiça - Conselho dos Oficiais de Justiça
Concessão de louvor público ao vogal do Conselho dos Oficiais de Justiça Dr. António Nolasco Leal Gonçalves.

Louvor n.º 256/2025 - Diário da República n.º 47/2025, Série II de 2025-03-07
Justiça - Conselho dos Oficiais de Justiça
Concessão de louvor público ao vice-presidente do Conselho dos Oficiais de Justiça, Dr. Rodolfo Serpa, juiz de direito.

Acórdão (extrato) n.º 72/2025 - Diário da República n.º 46/2025, Série II de 2025-03-06
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a parte final da norma do artigo 400.º, n.º 1, alínea c), do Código de Processo

Penal, interpretado com o sentido de que não é admissível recurso ordinário de acórdão da Relação proferido em recurso que aplicou ao arguido, inovatoriamente, prisão preventiva, quando em 1.ª instância havia sido decidido aplicar-lhe outras medidas de coação não privativas da liberdade, para além da prevista no artigo 196.º

Despacho n.º 2906/2025 - Diário da República n.º 45/2025, Série II de 2025-03-05
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Delegação de competências na vice-presidente do Conselho dos Oficiais de Justiça, Dr.ª Célia Marisa Coutinho

Lei n.º 22/2025 - Diário da República n.º 44/2025, Série I de 2025-03-04
Assembleia da República
Estabelece a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 3 anos de idade, alterando a Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto.

2025 – FEVEREIRO

Despacho n.º 2819-A/2025 - Diário da República n.º 42/2025, Suplemento, Série II de 2025-02-28
Saúde - Gabinete da Secretária de Estado da Gestão da Saúde
Concede tolerância de ponto, no dia 4 de março de 2025, aos trabalhadores dos órgãos, serviços e demais entidades, incluindo o setor empresarial do Estado, dependentes ou sob tutela do Ministério da Saúde, sem se comprometer o normal funcionamento dos serviços.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 3/2025 - Diário da República n.º 41/2025, Série I de 2025-02-27
Supremo Tribunal de Justiça
«A dilação prevista no artigo 88.º, n.º 1, al. b), do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, não é aplicável à contagem do prazo de recurso de impugnação judicial da decisão da autoridade administrativa que aplica uma coima, previsto no artigo 59.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, que instituiu o ilícito de mera ordenação social e respetivo processo.»

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 2/2025 - Diário da República n.º 40/2025, Série I de 2025-02-26
Supremo Tribunal de Justiça
I - A decisão judicial que declara a deserção da instância nos termos do artigo 281.º, n.º 1, do Código de Processo Civil pressupõe a inércia no impulso processual, com a paragem dos autos por mais de seis meses consecutivos, exclusivamente imputável à parte a quem compete esse ónus, não se integrando o acto em falta no âmbito dos poderes/deveres oficiosos do tribunal. II - Quando o juiz decida julgar deserta a instância haverá lugar ao cumprimento do contraditório, nos termos do artigo 3.º, n.º 3, do Código de Processo Civil, com inerente audiência prévia da parte, a menos que fosse, ou devesse ser, seguramente do seu conhecimento, por força do regime jurídico aplicável ou de adequada notificação, que o processo aguardaria o impulso processual que lhe competia sob a cominação prevista no artigo 281.º, n.º 1, do Código de Processo Civil

Acórdão (extrato) n.º 47/2025 - Diário da República n.º 36/2025, Série II de 2025-02-20
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma contida no artigo 12.º, n.º 1, da Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, que aprova o Novo Regime do Arrendamento Urbano, na redação da Lei n.º 43/2017, de 14 de junho, interpretado no sentido de que a comunicação do senhorio de oposição à renovação do contrato de arrendamento não tem de ser dirigida à pessoa que viva em união de facto com o arrendatário e que não tenha outorgado o contrato.

Despacho (extrato) n.º 2110/2025 - Diário da República n.º 32/2025, Série II de 2025-02-14
Tribunal Central Administrativo Sul
Aprova o Código de Ética e Conduta dos Serviços do Tribunal Central Administrativo Sul.

Acórdão (extrato) n.º 834/2024 - Diário da República n.º 32/2025, Série II de 2025-02-14
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional a norma resultante das disposições conjugadas da alínea b) do n.º 2 do artigo 2.º e do artigo 6.º da Lei n.º 38-A/2023, de 2 de agosto, segundo as quais são amnistiadas as infrações disciplinares praticadas até às 00h00 de 19 de junho de 2023, que não constituam simultaneamente ilícitos penais não amnistiados pela mesma lei e cuja sanção aplicável não seja superior à suspensão disciplinar, quando interpretada no sentido de abranger as infrações disciplinares laborais privadas e as sanções disciplinares laborais aplicadas por entidades de direito privado.

Acórdão (extrato) n.º 892/2024 - Diário da República n.º 32/2025, Série II de 2025-02-14
Tribunal Constitucional
Interpreta a norma ínsita no artigo 551.º, n.º 4, do Código do Trabalho, na redação dada pela Lei n.º 28/2016, de 23 de agosto, no sentido de que a contratante é solidariamente responsável pelo cumprimento das disposições legais e por eventuais violações cometidas pela empresa utilizadora que executa o contrato nas respetivas instalações, assim como pelo pagamento das respetivas coimas, podendo afastar a sua responsabilidade se demonstrar que agiu com a diligência devida.

Acórdão (extrato) n.º 896/2024 - Diário da República n.º 32/2025, Série II de 2025-02-14
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional o artigo 32.º, n.º 2, do Estatuto dos Benefícios Fiscais na interpretação adotada pela Autoridade Tributária e Aduaneira na Circular n.º 7/2004, com fundamento no carácter vinculativo que lhe atribui o artigo 68.º-A, n.º 1, da Lei Geral Tributária; não toma conhecimento do objeto do recurso interposto ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 70.º da Lei do Tribunal Constitucional.

Acórdão (extrato) n.º 898/2024 - Diário da República n.º 32/2025, Série II de 2025-02-14
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma contida no artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 38-A/2023, de 2 de agosto, ao estabelecer como condição do perdão da pena que o autor da infração tenha entre 16 e 30 anos de idade à data da prática do facto.

Acórdão (extrato) n.º 931/2024 - Diário da República n.º 32/2025, Série II de 2025-02-14
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma contida no artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 81/2018, de 15 de outubro, segundo a qual os sujeitos passivos podem, até 31 de dezembro de 2019, submeter aos tribunais arbitrais tributários, dentro das respetivas competências, as pretensões que tenham formulado em processos de impugnação judicial que se encontrem pendentes de decisão em primeira instância nos tribunais tributários, e que nestes tenham dado entrada até 31 de dezembro de 2016.

Lei n.º 9/2025 - Diário da República n.º 31/2025, Série I de 2025-02-13
Assembleia da República
Altera a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, procedendo à execução no ordenamento jurídico interno do Regulamento (UE) 2017/2226, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de novembro de 2017, e modificando a validade temporal das autorizações de residência a cidadãos de Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Despacho n.º 1916/2025 - Diário da República n.º 29/2025, Série II de 2025-02-11
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Delegação de competências no subdiretor-geral da Direção-Geral da Administração da Justiça.

Despacho n.º 1917/2025 - Diário da República n.º 29/2025, Série II de 2025-02-11
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Subdelegação de competências no subdiretor-geral da Direção-Geral da Administração da Justiça.

Despacho n.º 1918/2025 - Diário da República n.º 29/2025, Série II de 2025-02-11
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Delegação de competências nos administradores judiciários de todas as comarcas dos tribunais judiciais.

Despacho n.º 1919/2025 - Diário da República n.º 29/2025, Série II de 2025-02-11
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Delegação de competências nos administradores judiciários de todas as zonas geográficas dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 1/2025 - Diário da República n.º 28/2025, Série I de 2025-02-10
Supremo Tribunal Administrativo
Acórdão do STA de 27-11-2024, no Processo n.º 3009/04.1BELSB-A uniformizando-se jurisprudência nos seguintes termos: «Os juros de mora previstos no n.º 5 do art. 43.º da LGT são devidos em todas as situações em que se verifique a ultrapassagem do termo do prazo de execução espontânea de decisão transitada em julgado, ainda que não se verifiquem os pressupostos constitutivos da obrigação de pagamento de juros indemnizatórios nos termos do n.º 1 do art. 43.º da LGT»

Portaria n.º 26/2025/1 - Diário da República n.º 23/2025, Série I de 2025-02-03
Justiça
Prevê uma atualização da tabela de honorários, seja quanto aos atos descritos, seja quanto aos valores respetivos, e as suas regras de aplicação.

2025 – JANEIRO

Aviso n.º 2883/2025/2 de 2025-01-31
Justiça - Conselho dos Oficiais de Justiça
Delegação de competências na presidente do Conselho dos Oficiais de Justiça.

Lei n.º 7-A/2025 - Diário da República n.º 21/2025, Suplemento, Série I de 2025-01-30
Assembleia da República
Procede à quinta alteração à Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, que regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários.

Despacho n.º 742/2025 - Diário da República n.º 11/2025, Série II de 2025-01-16
Justiça - Gabinete da Ministra da Justiça
Aditamento à delegação de competências na Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, Maria Clara da Silva Maia de Figueiredo.

Aviso (extrato) n.º 1417/2025/2 - Diário da República n.º 11/2025, Série II de 2025-01-16
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Lista do movimento extraordinário de oficiais de justiça de novembro de 2024.

Decreto-Lei n.º 1/2025 - Diário da República n.º 11/2025, Série I de 2025-01-16
Presidência do Conselho de Ministros
Altera a base remuneratória e atualiza os valores das remunerações e ajudas de custo da Administração Pública.

Despacho n.º 658/2025 - Diário da República n.º 10/2025, Série II de 2025-01-15
Justiça - Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça

Delega competências na diretora-geral da Administração da Justiça, em regime de substituição, licenciada Filipa Lemos Caldas.

Portaria n.º 10/2025/1 - Diário da República n.º 9/2025, Série I de 2025-01-14
Justiça
Define as regras de autenticação, segurança, controlo, utilização e funcionamento da Área de Serviços Digitais dos Tribunais.

Despacho n.º 436/2025 - Diário da República n.º 6/2025, Série II de 2025-01-09
Justiça - Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça
Designa, em regime de substituição, a licenciada Filipa Lemos Caldas para exercer o cargo de diretora-geral da Direção-Geral da Administração da Justiça

Despacho n.º 236-A/2025 - Diário da República n.º 3/2025, Suplemento, Série II de 2025-01-06
Finanças - Gabinete da Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais
Aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente para vigorarem durante o ano de 2025.

Portaria n.º 6-A/2025/1 - Diário da República n.º 3/2025, Suplemento, Série I de 2025-01-06
Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Procede à atualização anual das pensões de acidentes de trabalho para o ano de 2025

Portaria n.º 6-B/2025/1 - Diário da República n.º 3/2025, Suplemento, Série I de 2025-01-06
Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Procede à atualização anual do valor do indexante dos apoios sociais (IAS).

Lei n.º 1/2025 - Diário da República n.º 3/2025, Série I de 2025-01-06
Assembleia da República
Procede à execução de um conjunto de regulamentos europeus sobre serviços e infraestruturas financeiros, promovendo a sua plena aplicação em Portugal, e altera o Decreto-Lei n.º 80-A/2022, de 25 de novembro, que estabelece medidas destinadas a mitigar os efeitos do incremento dos indexantes de referência de contratos de crédito para aquisição ou construção de habitação própria permanente

Oficiais de Justiça de Portugal

2024 – DEZEMBRO

Lei n.º 45-A/2024 - Diário da República n.º 253/2024, Suplemento, Série I de 2024-12-31
Assembleia da República
Orçamento do Estado para 2025.

Lei n.º 45-B/2024 - Diário da República n.º 253/2024, Suplemento, Série I de 2024-12-31
Assembleia da República
Lei das Grandes Opções para 2024-2028.

Portaria n.º 372-B/2024/1 - Diário da República n.º 253/2024, Suplemento, Série I de 2024-12-31
Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Procede à atualização anual das pensões e de outras prestações sociais.

Despacho n.º 15189/2024 - Diário da República n.º 252/2024, Série II de 2024-12-30
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça

Nomeação como vogal do Conselho dos Oficiais de Justiça, da escrivã de direito Luísa Maria dos Santos Coelho.

Despacho n.º 15188/2024 - Diário da República n.º 252/2024, Série II de 2024-12-30
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Nomeação como vice-presidente do Conselho dos Oficiais de Justiça da Dr.ª Célia Marisa Coutinho, juíza de direito.

Portaria n.º 358/2024/1 - Diário da República n.º 252/2024, Série I de 2024-12-30
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Determina a idade normal de acesso à pensão de velhice em 2026.

Deliberação (extrato) n.º 1656/2024 - Diário da República n.º 251/2024, Série II de 2024-12-27
Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais
Altera os critérios de classificação das espécies de processos nos Tribunais Centrais Administrativos.

Despacho (extrato) n.º 15167/2024 - Diário da República n.º 251/2024, Série II de 2024-12-27
Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais
Reorganiza a dependência funcional do serviço de informática do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

Lei n.º 45/2024 - Diário da República n.º 251/2024, Série I de 2024-12-27
Assembleia da República
Interpretação autêntica do n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, que estabelece mecanismos de convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da segurança social no que respeita às condições de aposentação e cálculo das pensões.

Decreto-Lei n.º 112/2024 - Diário da República n.º 246/2024, Série I de 2024-12-19
Presidência do Conselho de Ministros
Atualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2025.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 16/2024 - Diário da República n.º 244/2024, Série I de 2024-12-17
Supremo Tribunal de Justiça
1. A bonificação do fator 1.5 prevista na alínea a) do n.º 5 das Instruções Gerais da Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais aprovada em anexo ao Decreto-Lei n.º 352/2007, de 23 de outubro, é aplicável a qualquer sinistrado que tenha 50 ou mais anos de idade, quer já tenha essa idade no momento do acidente, quer só depois venha a atingir essa idade, desde que não tenha anteriormente beneficiado da aplicação desse fator; 2. O sinistrado pode recorrer ao incidente de revisão da incapacidade para invocar o agravamento por força da idade e a bonificação deverá ser concedida mesmo que não haja revisão da incapacidade e agravamento da mesma em razão de outro motivo.

Despacho n.º 14820/2024 - Diário da República n.º 243/2024, Série II de 2024-12-16
Justiça - Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça
Cessação da comissão de serviço da juíza de direito Ana Cláudia Figueiredo dos Santos de Cáceres Pires no cargo de subdiretora e no cargo de diretora-geral da Direção-Geral da Administração da Justiça, em substituição.

Decreto Legislativo Regional n.º 17/2024/M - Diário da República n.º 243/2024, Série I de 2024-12-16
Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa
Institui o feriado do Dia da Autonomia.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 15/2024 - Diário da República n.º 242/2024, Série I de 2024-12-13
Supremo Tribunal de Justiça
«O acréscimo de seis meses dos prazos de duração máximos de prisão preventiva, em razão da interposição

de recurso para o Tribunal Constitucional, previsto no art.º 215.º, n.º 5, do Código de Processo Penal, não se aplica na hipótese legal do n.º 6 do mesmo normativo.»

Lei n.º 43/2024 - Diário da República n.º 233/2024, Série I de 2024-12-02
Assembleia da República
Altera a Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprova medidas especiais de contratação pública.

2024 – NOVEMBRO

Diretiva n.º 1/2024 - Diário da República n.º 231/2024, Série II de 2024-11-28
Ministério Público - Procuradoria-Geral da República
Competência territorial dos juízos do trabalho para os processos emergentes de acidentes de trabalho ou de doença profissional (artigo 15.º, n.º 4, do Código de Processo do Trabalho).

Decreto-Lei n.º 91/2024 - Diário da República n.º 227/2024, Série I de 2024-11-22
Presidência do Conselho de Ministros
Regulamenta as citações e notificações eletrónicas a cidadãos e empresas, no âmbito de processos judiciais.

Aviso (extrato) n.º 25511/2024/2 - Diário da República n.º 222/2024, Série II de 2024-11-15
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Realização de um movimento extraordinário de oficiais de justiça destinado às categorias de escrivão auxiliar e de técnico de justiça auxiliar.

Decreto Regulamentar Regional n.º 33/2024/M - Diário da República n.º 222/2024, Série I de 2024-11-15
Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo
Aprova a orgânica da Direção Regional da Administração da Justiça

Aviso n.º 25285/2024/2 - Diário da República n.º 220/2024, Série II de 2024-11-13
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Lista de classificação final do procedimento concursal a que se refere o Aviso n.º 20101/2024/2, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 175, de 10 de setembro de 2024.

Acórdão (extrato) n.º 492/2024 - Diário da República n.º 219/2024, Série II de 2024-11-12
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma resultante da interpretação conjugada dos artigos 400.º, n.º 1, alínea c) e 432.º, n.º 1, alínea b), do Código de Processo Penal, no sentido da irrecorribilidade do acórdão do Tribunal da Relação que, inovadoramente em relação à não aplicação de qualquer medida de coação em primeira instância, aplica ao arguido as medidas de coação de suspensão do exercício da advocacia e de prestação de caução.

Acórdão (extrato) n.º 688/2024 - Diário da República n.º 219/2024, Série II de 2024-11-12
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucionais as normas dos artigos 69.º-B, n.º 2, e 69.º-C, n.º 2, do Código Penal (na redação conferida pela Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto) nos segmentos normativos em que determinam a obrigatoriedade de aplicação da pena acessória com limite mínimo de cinco anos para as proibições, em caso de punição pela prática de crime de abuso sexual de menores dependentes ou de importunação

Declaração de Retificação n.º 1-A/2025/1 - Diário da República n.º 3/2025, Suplemento, Série I de 2025-01-06
Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral do Governo

Retifica o Decreto-Lei n.º 87/2024, de 7 de novembro, que regula a citação e notificação por via eletrónica das pessoas singulares e das pessoas coletivas, determinando que a citação e notificação das pessoas coletivas é, em regra, efetuada por via eletrónica
Decreto-Lei n.º 87/2024 - Diário da República n.º 216/2024, Série I de 2024-11-07
Presidência do Conselho de Ministros
Regula a citação e notificação por via eletrónica das pessoas singulares e das pessoas coletivas, determinando que a citação e notificação das pessoas coletivas é, em regra, efetuada por via eletrónica.

Decreto-Lei n.º 86/2024 - Diário da República n.º 215/2024, Série I de 2024-11-06
Presidência do Conselho de Ministros
Procede à segunda alteração à Lei n.º 100/2019, de 6 de setembro, que aprova o Estatuto do Cuidador Informal.

Decreto Regulamentar n.º 5/2024 - Diário da República n.º 215/2024, Série I de 2024-11-06
Presidência do Conselho de Ministros
Altera o Decreto Regulamentar n.º 1/2022, de 10 de janeiro, que estabelece os termos e as condições do reconhecimento do estatuto de cuidador informal bem como as medidas de apoio aos cuidadores informais e às pessoas cuidadas.

2024 – OUTUBRO

Aviso (extrato) n.º 24009-A/2024/2 - Diário da República n.º 209/2024, Suplemento, Série II de 2024-10-28
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Lista dos candidatos admitidos e não admitidos ao concurso externo a que se refere o Aviso n.º 20101/2024/2, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 175, de 10 de setembro de 2024.

Despacho n.º 12786/2024 - Diário da República n.º 209/2024, Série II de 2024-10-28
Justiça - Gabinete da Ministra da Justiça
Delega competências no Procurador-Geral da República, Amadeu Francisco Ribeiro Guerra

Acórdão (extrato) n.º 596/2024 - Diário da República n.º 206/2024, Série II de 2024-10-23
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional a norma contida no artigo 4.º, n.os 1, alínea e), e 7, do Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de fevereiro, na redação introduzida pela Lei n.º 7/2012, de 13 de fevereiro

Acórdão (extrato) n.º 593/2024 - Diário da República n.º 206/2024, Série II de 2024-10-23
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma contida no artigo 1287.º do Código Civil, na interpretação segundo a qual a proibição de fracionamento da propriedade prevista nos artigos 1376.º, n.º 1, e 1379.º, n.º 1, do Código Civil, este na sua redação originária, não constitui restrição legal impeditiva da usucapião

Acórdão (extrato) n.º 637/2024 - Diário da República n.º 206/2024, Série II de 2024-10-23
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma da alínea c) do n.º 1 do artigo 243.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas segundo a qual a decisão de qualificação da insolvência como culposa implica a cessação antecipada do procedimento e a recusa de exoneração do passivo restante

Decreto-Lei n.º 73/2024 - Diário da República n.º 203/2024, Série I de 2024-10-18
Presidência do Conselho de Ministros
Procede à criação do Passe Ferroviário Verde em substituição do Passe Ferroviário Nacional.

Portaria n.º 266/2024/1 - Diário da República n.º 200/2024, Série I de 2024-10-15
Justiça
Procede ao alargamento das regras de tramitação eletrónica aos processos e procedimentos que correm termos nos serviços do Ministério Público.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 13/2024 - Diário da República n.º 200/2024, Série I de 2024-10-15
Supremo Tribunal de Justiça
Prescrevem no prazo de 5 anos, por aplicação analógica do art. 310.º/e) do C. Civil, as rendas do locatário no contrato de locação financeira.

2024 – SETEMBRO

Lei n.º 38-A/2024 - Diário da República n.º 188/2024, Suplemento, Série I de 2024-09-27
Assembleia da República
Autoriza o Governo a regular a citação e notificação por via eletrónica das pessoas singulares e das pessoas coletivas, determinando que a citação e notificação das pessoas coletivas é, em regra, efetuada por via eletrónica

Portaria n.º 235-A/2024/1 - Diário da República n.º 187/2024, Suplemento, Série I de 2024-09-26
Justiça
Procede à quarta alteração à Portaria n.º 10/2008, de 3 de janeiro, prevendo uma solução excecional para os casos em que a nomeação de defensor não possa ser feita com base na lista de escala de prevenção elaborada pela Ordem dos Advogados.

Regulamento n.º 1060/2024 - Diário da República n.º 186/2024, Série II de 2024-09-25
Tribunais Administrativos e Fiscais da Zona Sul
Aprovação do Regulamento Internos dos Serviços Judiciais dos Tribunais Administrativos e Fiscais da Zona Sul.

Portaria n.º 215/2024/1 - Diário da República n.º 184/2024, Série I de 2024-09-23
Justiça
Regulamenta as comunicações eletrónicas realizadas entre os tribunais judiciais, os tribunais administrativos e fiscais, o Ministério Público e o Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P., no âmbito dos exames e perícias requisitados aos serviços do INMLCF em processos jurisdicionais.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 12/2024 - Diário da República n.º 183/2024, Série I de 2024-09-20
Supremo Tribunal de Justiça
«Em processo de contraordenação relativo a práticas restritivas da concorrência previstas no Regime Jurídico da Concorrência (Lei n.º 19/2012, de 8 de maio), compete ao juiz de instrução ordenar ou autorizar a apreensão de mensagens de correio eletrónico ou de outros registos de comunicações de natureza semelhante, independentemente de se encontrarem abertas (lidas) ou fechadas (não lidas), que se afigurem ser de grande interesse para a descoberta da verdade ou para a prova, nos termos do art. 17.º da Lei n.º 109/2009, de 15/09 (Lei do Cibercrime), aplicável por força do disposto no art. 13.º, n.º 1, do RJC, e do art. 41.º, n.º 1, do RGCO.»

Resolução do Conselho de Ministros n.º 126-A/2024 - Diário da República n.º 181/2024, Suplemento, Série I de 2024-09-18
Presidência do Conselho de Ministros
Declara a situação de calamidade em território nacional por ocorrência de grandes incêndios rurais e determina o levantamento de danos e a adoção de medidas de recuperação e apoio às populações, empresas, associações, infraestruturas e património agrícola e natural afetados.

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 539/2024 - Diário da República n.º 179/2024, Série I de 2024-09-16
Tribunal Constitucional
Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma que resulta da interpretação conjugada dos artigos 11.º, n.º 1, e 25.º, n.º 4, do Código de Processo nos Tribunais Administrativos (aprovado pela Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 118/2019, de 17 de setembro), segundo a qual, nos tribunais administrativos, quando seja demandado o Estado ou na mesma ação sejam demandados diversos ministérios, a representação do Estado pelo Ministério Público é uma possibilidade, sendo a citação dirigida unicamente ao Centro de Competências Jurídicas do Estado, que assegura a sua transmissão aos serviços competentes e coordena os termos da respetiva intervenção em juízo.

Aviso n.º 20101/2024/2 - Diário da República n.º 175/2024, Série II de 2024-09-10
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Abertura de concurso externo de ingresso para admissão de escrivães auxiliares e/ou técnicos de justiça auxiliares das carreiras do grupo de pessoal oficial de justiça

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 11/2024 - Diário da República n.º 175/2024, Série I de 2024-09-10
Supremo Tribunal de Justiça
«O despacho previsto no artigo 495.º, n.º 2, do CPP, com fundamento no disposto no artigo 56.º, n.º 1, alínea b), do Código Penal, deve ser precedido, salvo em caso de ausência por facto que lhe seja imputável, de audição presencial do condenado, nos termos dos artigos 495.º, n.º 2, e 61.º, n.º 1, alíneas a) e b), ambos do Código de Processo Penal, constituindo a preterição injustificada de tal audição nulidade insanável cominada no artigo 119.º, n. º 1, alínea c), do Código de Processo Penal.»

Despacho (extrato) n.º 10456/2024 - Diário da República n.º 171/2024, Série II de 2024-09-04
Tribunal da Relação de Coimbra
Nomeação da escrivã-adjunta Odete Cláudia Santos de Moura Brito para que, em regime de substituição, exerça funções como secretária de justiça do Tribunal da Relação de Coimbra.

Despacho (extrato) n.º 10455/2024 - Diário da República n.º 171/2024, Série II de 2024-09-04
Tribunal da Relação de Coimbra
Cessação da comissão de serviço que a escrivã-adjunta Odete Cláudia Santos de Moura e Brito vinha exercendo no Tribunal da Relação de Coimbra.

2024 – AGOSTO

Aviso (extrato) n.º 19297/2024/2 - Diário da República n.º 168/2024, Série II de 2024-08-30
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Lista do movimento anual de oficiais de justiça de 2024

Aviso (extrato) n.º 19298/2024/2 - Diário da República n.º 168/2024, Série II de 2024-08-30
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Lista do movimento extraordinário de oficiais de justiça de junho de 2024

Portaria n.º 195/2024/1 - Diário da República n.º 166/2024, Série I de 2024-08-28
Finanças
Altera e republica a portaria que aprova o modelo oficial da Declaração Mensal de Imposto do Selo e respetivas instruções de preenchimento.

Despacho n.º 9971-A/2024 - Diário da República n.º 165/2024, Suplemento, Série II de 2024-08-27
Finanças - Gabinete da Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais
Aprova as novas tabelas de retenção na fonte do IRS.

Despacho (extrato) n.º 9872/2024 - Diário da República n.º 164/2024, Série II de 2024-08-26
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Alteração à lista do movimento extraordinário dos oficiais de justiça de julho de 2023.

Declaração de Retificação n.º 732/2024/2 - Diário da República n.º 172/2024, Série II de 2024-09-05
Tribunal Constitucional
Declara sem efeito a publicação do Acórdão (extrato) n.º 17/2024, de 5 de agosto, que não julga inconstitucional a norma que emerge do disposto nos artigos 1.º, n.º 2, e 5.º do Decreto-Lei n.º 218/99, de 15 de junho, na redação da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, segundo a qual na cobrança de dívidas pelas instituições e serviços integrados no Serviço Nacional de Saúde através da aplicação do regime jurídico das injunções, tais entidades beneficiam de um regime jurídico de alegação e prova segundo o qual incumbe ao credor a mera alegação do facto gerador da responsabilidade pelos encargos e a prova da prestação de cuidados de saúde
Acórdão (extrato) n.º 466/2024
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma que emerge do disposto nos artigos 1.º, n.º 2, e 5.º do Decreto-Lei n.º 218/99, de 15 de junho, na redação da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, segundo a qual na cobrança de dívidas pelas instituições e serviços integrados no Serviço Nacional de Saúde através da aplicação do regime jurídico das injunções, tais entidades beneficiam de um regime jurídico de alegação e prova segundo o qual incumbe ao credor a mera alegação do facto gerador da responsabilidade pelos encargos e a prova da prestação de cuidados de saúde.

Regulamento n.º 923/2024 - Diário da República n.º 159/2024, Série II de 2024-08-19
Tribunal Constitucional
Aprova o Regulamento de Funcionamento, Atendimento e do Horário dos Serviços do Tribunal Constitucional.

Decreto-Lei n.º 49/2024 - Diário da República n.º 153/2024, Série I de 2024-08-08
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece as regras de disponibilização de serviços digitais pela Administração Pública.

Acórdão (extrato) n.º 446/2024 - Diário da República n.º 153/2024, Série II de 2024-08-08
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma extraível das disposições conjugadas dos artigos 1.º, n.º 1, da Lei n. º 75/98, de 19 de novembro, 3.º, n.º 1, alínea b), e n.º 2 do Decreto-Lei n.º 164/99, de 13 de maio, e 5.º do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho, que não permite a atribuição da prestação a cargo do Fundo de Garantia dos Alimentos Devidos a Menores ao alimentado menor que integre agregado familiar cujo rendimento ilíquido per capita seja superior ao valor do indexante de apoios sociais, mas igual ou inferior ao valor da retribuição mínima mensal garantida.

Lei n.º 32/2024 - Diário da República n.º 152/2024, Série I de 2024-08-07
Assembleia da República
Atualiza o valor das deduções específicas do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, alterando o respetivo Código.

Lei n.º 33/2024 - Diário da República n.º 152/2024, Série I de 2024-08-07
Assembleia da República
Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.

Lei n.º 34/2024 - Diário da República n.º 152/2024, Série I de 2024-08-07
Assembleia da República
Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.

Lei n.º 36/2024 - Diário da República n.º 152/2024, Série I de 2024-08-07
Assembleia da República
Aumenta a dedução de despesas com habitação, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.

Lei n.º 38/2024 - Diário da República n.º 152/2024, Série I de 2024-08-07
Assembleia da República
Aumenta o consumo de eletricidade sujeito à taxa reduzida, alterando o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

Acórdão (extrato) n.º 17/2024 - Diário da República n.º 150/2024, Série II de 2024-08-05
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma que emerge do disposto nos artigos 1.º, n.º 2, e 5.º do Decreto-Lei n.º 218/99, de 15 de junho, na redação da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, segundo a qual na cobrança de dívidas pelas instituições e serviços integrados no Serviço Nacional de Saúde através da aplicação do regime jurídico das injunções, tais entidades beneficiam de um regime jurídico de alegação e prova segundo o qual incumbe ao credor a mera alegação do facto gerador da responsabilidade pelos encargos e a prova da prestação de cuidados de saúde.

2024 – JULHO

Decreto-Lei n.º 48-C/2024 - Diário da República n.º 147/2024, Suplemento, Série I de 2024-07-31
Presidência do Conselho de Ministros
Altera as condições de pagamento do suplemento de recuperação processual.

Decreto-Lei n.º 48-B/2024 - Diário da República n.º 143/2024, Suplemento, Série I de 2024-07-25
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece um regime especial de recuperação do tempo de serviço dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário.

Decreto-Lei n.º 48-A/2024 - Diário da República n.º 143/2024, Suplemento, Série I de 2024-07-25
Presidência do Conselho de Ministros
Isenta de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis e de imposto do selo a compra de habitação própria e permanente por jovens até aos 35 anos, através da alteração do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e do Código do Imposto do Selo.

Regulamento n.º 746/2024 - Diário da República n.º 133/2024, Série II de 2024-07-11
Tribunais Administrativos e Fiscais da Zona Centro
Aprova o Regulamento Interno dos Serviços Judiciais dos Tribunais Administrativos e Fiscais da Zona Centro.

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 11/2024 - Diário da República n.º 133/2024, Série I de 2024-07-11
Supremo Tribunal Administrativo
Acórdão do STA de 06-06-2024 — Processo n.º 741-23.4BELSB — 1.ª Secção — Uniformiza-se a jurisprudência nos seguintes termos: Estando em jogo o exercício de direitos, liberdades e garantias fundamentais, formalmente reconhecidos pela Constituição da República Portuguesa e por instrumentos de

direito internacional ao cidadão estrangeiro, mas cuja efetividade se encontra materialmente comprometida pela falta de decisão do pedido de autorização de residência por banda da Administração, a garantia do gozo de tais direitos por parte do mesmo não se compagina com uma tutela precária, traduzida na atribuição de uma autorização provisória, antes reclama uma tutela definitiva, pelo que o meio processual adequado, de que o cidadão deve lançar mão, é o processo principal de intimação previsto nos artigos 109.º a 111.º do CPTA.

Despacho n.º 7503/2024 - Diário da República n.º 132/2024, Série II de 2024-07-10
Tribunais Administrativos e Fiscais da Zona Norte
Delegação e subdelegação de competências nos secretários de justiça dos Tribunais Administrativos e Fiscais da Zona Norte.

Despacho n.º 7485/2024 - Diário da República n.º 132/2024, Série II de 2024-07-10
Justiça - Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça
Delega competências na diretora-geral da Administração da Justiça, em regime de substituição, juíza de direito Ana Cláudia Figueiredo dos Santos Cáceres Pires.

Resolução da Assembleia da República n.º 52/2024
Assembleia da República
Recomenda ao Governo a revisão do Estatuto dos Funcionários de Justiça, a valorização da respetiva carreira e a abertura de procedimentos de recrutamento

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 9/2024 - Diário da República n.º 131/2024, Série I de 2024-07-09
Supremo Tribunal de Justiça
«O Ministério Público mantém a legitimidade para o exercício da ação penal e o assistente a legitimidade para a prossecução processual, nos casos em que, a final do julgamento, por redução factual de acusação pública por crime de violência doméstica p. e p. no artigo 152.º, n.º 1, do Código Penal, são dados como provados os factos integrantes do crime de injúria p. e p. no artigo 181.º, n.º 1, do Código Penal, desde que o ofendido tenha apresentado queixa, se tenha constituído assistente e aderido à acusação do Ministério Público.»

Aviso n.º 13988/2024/2 - Diário da República n.º 130/2024, Série II de 2024-07-08
Justiça - Conselho dos Oficiais de Justiça
Delegação de competências na presidente do Conselho dos Oficiais de Justiça.

Aviso (extrato) n.º 13405/2024/2 - Diário da República n.º 126/2024, Série II de 2024-07-02
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Aprovação da lista de antiguidade do pessoal oficial de justiça.

2024 – JUNHO

Aviso (extrato) n.º 13169/2024/2
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Abertura de procedimento concursal comum para preenchimento de 43 postos de trabalho na carreira especial de técnico de sistemas e tecnologias de informação para as secretarias dos tribunais de 1.ª instância.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2024 - Diário da República n.º 121/2024, Série I de 2024-06-25
Supremo Tribunal de Justiça
O atestado médico de incapacidade multiuso, emitido para pessoas com deficiência de acordo com o Decreto-Lei n.º 202/96, de 21 de Outubro, é um documento autêntico, que, de acordo com o artigo 371.º, n.º 1, em conjugação com o artigo 389.º, do Código Civil, faz prova plena dos factos praticados e percepcionados

pela «junta médica» (autoridade pública) competente e prova sujeita à livre apreciação do julgador quanto aos factos correspondentes às respostas de avaliação médica e de determinação da percentagem de incapacidade da pessoa avaliada.

Aviso n.º 12737/2024/2 - Diário da República n.º 119/2024, Série II de 2024-06-21
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Abertura de movimento extraordinário de oficiais de justiça.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 7/2024
Supremo Tribunal de Justiça
«Para que possa ser ilidida a presunção de aceitação do despedimento constante do n.º 4 do artigo 366.º do Código do Trabalho (Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, com as alterações que, entretanto, lhe foram introduzidas) a totalidade da compensação recebida pelo trabalhador deverá ser devolvida por este até à instauração do respetivo procedimento cautelar ou ação de impugnação do despedimento, sendo esse o significado da expressão 'em simultâneo' constante do n.º 5 do mencionado artigo 366.º»

Portaria n.º 170/2024/1 - Diário da República n.º 118/2024, Série I de 2024-06-20
Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Determina os valores dos coeficientes a utilizar na atualização das remunerações anuais.

Despacho n.º 6293/2024 - Diário da República n.º 108/2024, Série II de 2024-06-05
Justiça - Gabinete da Ministra da Justiça
Delega competências na Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, Maria Clara da Silva Maia de Figueiredo, e na Secretária de Estado da Justiça, Maria José Dias da Mota Magalhães de Barros.

2024 – MAIO

Despacho n.º 5510/2024 - Diário da República n.º 97/2024, Série II de 2024-05-20
Justiça - Gabinete da Ministra da Justiça
Designa, em regime de substituição, a juíza de direito Ana Cláudia Figueiredo dos Santos de Cáceres Pires para exercer o cargo de diretora-geral da Direção-Geral da Administração da Justiça.

Despacho n.º 5229/2024 - Diário da República n.º 92/2024, Série II de 2024-05-13
Justiça - Gabinete da Ministra da Justiça
Exonera Isabel Maria Afonso Matos Namora do cargo de diretora-geral da Direção-Geral da Administração da Justiça.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 6/2024 - Diário da República n.º 92/2024, Série I de 2024-05-13
Supremo Tribunal de Justiça
«Para que se possa imputar o acidente e suas consequências danosas à violação culposa das regras de segurança pelo empregador ou por uma qualquer das pessoas mencionadas no artigo 18.º, n.º 1, da LAT, é necessário apurar se nas circunstâncias do caso concreto tal violação se traduziu em um aumento da probabilidade de ocorrência do acidente, tal como ele efetivamente veio a verificar-se, embora não seja exigível a demonstração de que o acidente não teria ocorrido sem a referida violação.»

Acórdão (extrato) n.º 198/2024 - Diário da República n.º 91/2024, Série II de 2024-05-10
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma contida no artigo 407.º, n.os 1 e 2, do Código de Processo Penal, interpretado no sentido de que não deve subir imediatamente o recurso interposto de decisão, proferida na fase de julgamento, mas antes de este ter iniciado, que julgou improcedente a nulidade da acusação, em

virtude de a sua retenção não o tornar absolutamente inútil e não estar abrangido nas hipóteses recortadas naquele n.º 2, designadamente na alínea a).

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 5/2024 - Diário da República n.º 90/2024, Série I de 2024-05-09
Supremo Tribunal de Justiça
«Nos termos do disposto no artigo 111.º, n.os 2 e 4, do Código Penal, na redacção dada pela Lei n.º 32/2010, de 02/09, e no artigo 130.º, n.º 2, do Código Penal, na redacção anterior à Lei n.º 30/2017, de 30/05, as vantagens adquiridas pela prática de um facto ilícito típico devem ser declaradas perdidas a favor do Estado, mesmo quando já integram a indemnização civil judicialmente pedida e atribuída ao lesado pelo mesmo facto.»

Despacho n.º 5112/2024 - Diário da República n.º 90/2024, Série II de 2024-05-09
Justiça - Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça
Designa para exercer funções de chefe do Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça a juíza desembargadora Ana Mafalda Brandão Barbosa Sequinho dos Santos.

Acórdão (extrato) n.º 199/2024 - Diário da República n.º 88/2024, Série II de 2024-05-07
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a interpretação do artigo 4.º, n.º 3, alínea c), do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, aprovado pela Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro, na redação resultante do Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 outubro, no sentido de que está vedado aos tribunais administrativos ordenarem a intimação da administração penitenciária relativamente à alegada violação de direitos fundamentais do Recorrente recluso, por incompetência absoluta dos tribunais administrativos para dirimir o litígio, quando este integre a competência jurisdicional de tribunais judiciais.

Deliberação (extrato) n.º 609/2024 - Diário da República n.º 87/2024, Série II de 2024-05-06
Conselho Superior da Magistratura
Aprovação do Código de Conduta dos Juízes dos Tribunais Judiciais.

Despacho n.º 4881/2024 - Diário da República n.º 87/2024, Série II de 2024-05-06
Justiça - Gabinete da Ministra da Justiça
Renova a comissão de serviço da juíza de direito Ana Cláudia Figueiredo dos Santos de Cáceres Pires, pelo período de um ano, no cargo de subdiretora-geral da Direção-Geral da Administração da Justiça.

Louvor n.º 992/2024 - Diário da República n.º 86/2024, Série II de 2024-05-03
Supremo Tribunal Administrativo
Louva o juiz desembargador Dr. Luís Fernando Borges Freitas, chefe do Gabinete da Presidente do Supremo Tribunal Administrativo.

Oficiais de Justiça de Portugal

2024 – ABRIL

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 4/2024 - Diário da República n.º 80/2024, Série I de 2024-04-23
Supremo Tribunal de Justiça
O produto da venda dos bens penhorados em processo de execução, no qual tenha sido proferida sentença de verificação e graduação de créditos, com trânsito em julgado, só é de considerar pago ou repartido entre os credores, para os efeitos do artigo 149.º, n.º 2, do CIRE, com a respectiva entrega. - O titular de um crédito reconhecido e graduado por sentença transitada em julgado num processo de execução, apensado ao processo de insolvência do devedor/executado, não está dispensado de reclamar o seu crédito, no processo de insolvência, se nele quiser obter pagamento.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 3/2024 - Diário da República n.º 80/2024, Série I de 2024-04-23
Supremo Tribunal de Justiça
«Quando, em face de apresentação do Requerimento de Abertura de Instrução remetido por correio electrónico simples, desprovido de assinatura electrónica avançada e sem validação cronológica, não se seguir o envio do seu original, no prazo de 10 dias, conforme o disposto nos artigos 3.º, n.º 1 a 3 e 10.º, da Portaria 642/2004, de 16 de Junho, 4.º do Decreto-Lei n.º 28/92, de 27 de Fevereiro, 6.º, n.º 1, al. b), do Decreto-Lei n.º 329-A/95, de 12 de Fevereiro e 287.º, n.º 3, do CPP, deve o tribunal notificar o arguido para, no prazo que lhe for fixado, apresentar o documento em falta.»

Despacho n.º 4352/2024 - Diário da República n.º 79/2024, Série II de 2024-04-22
Supremo Tribunal Administrativo
Exoneração do juiz desembargador Dr. Luís Fernando Borges Freitas do cargo de chefe do Gabinete da Presidente do Supremo Tribunal Administrativo.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 2/2024 - Diário da República n.º 78/2024, Série I de 2024-04-19
Supremo Tribunal de Justiça
«Em processo penal, não é admissível recurso para o Supremo Tribunal de Justiça do acórdão da Relação que confirma, em recurso, decisão que julgou não verificada a ofensa de caso julgado em matéria penal, com esse único fundamento e por aplicação do art. 629.º, n.º 2, al. a), do CPC».

Acórdão (extrato) n.º 148/2024 - Diário da República n.º 67/2024, Série II de 2024-04-04
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma que tipifica o crime de abandono de animais de companhia contida no artigo 388.º, n.ºs 1 e 2, do Código Penal, na redação aprovada pela Lei n.º 39/2020, de 18 de agosto (abandono de animais de companhia).

Decreto-Lei n.º 26/2024 - Diário da República n.º 66/2024, Série I de 2024-04-03
Presidência do Conselho de Ministros
Cria e regula a Plataforma RAL+

Decreto-Lei n.º 27/2024 - Diário da República n.º 66/2024, Série I de 2024-04-03
Presidência do Conselho de Ministros
Altera as atribuições da Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça.

Oficiais de Justiça de Portugal

2024 – MARÇO

Portaria n.º 117/2024/1 - Diário da República n.º 62/2024, Série I de 2024-03-27
Justiça
Regulamenta as comunicações eletrónicas realizadas entre os tribunais e o Ministério Público e os serviços de registo comercial e predial.

Acórdão (extrato) n.º 70/2024 - Diário da República n.º 61/2024, Série II de 2024-03-26
Tribunal Constitucional
Não declara a inconstitucionalidade da norma incriminatória contida no artigo 387.º do Código Penal, na redação introduzida pela Lei n.º 69/2014, de 29 de agosto; e não declara a inconstitucionalidade da norma incriminatória contida no artigo 387.º, n.º 3, do Código Penal, na redação introduzida pela Lei n.º 39/2020, de 18 de agosto (Maus tratos a animais de companhia).

Acórdão (extrato) n.º 927/2023 - Diário da República n.º 59/2024, Série II de 2024-03-22
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a dimensão normativa extraída dos artigos 2.º e 4.º, n.º 4, da Lei n.º 113/2009, de

17 de setembro, e dos artigos 10.º, n.º 6, e 13.º, n.º 1, da Lei n.º 37/2015, de 5 de maio, interpretados no sentido da proibição absoluta de não transcrição da condenação por maus tratos no registo criminal, quando esteja em causa uma relação de emprego público ou privado que envolva menores.

Despacho n.º 3012/2024 - Diário da República n.º 58/2024, Série II de 2024-03-21
Justiça - Gabinete do Secretário de Estado da Justiça
Cria um grupo de trabalho designado por «Grupo de Trabalho da Interface para as Secretarias dos Tribunais».

Louvor (extrato) n.º 187/2024 - Diário da República n.º 58/2024, Série II de 2024-03-21
Tribunal Judicial da Comarca de Santarém
Atribuição de louvor aos funcionários judiciais da Comarca de Santarém.

Acórdão (extrato) n.º 73/2024 - Diário da República n.º 57/2024, Série II de 2024-03-20
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional o disposto nos artigos 119.º, n.º 1, e 374.º, n.º 1, ambos do Código Penal (na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março), quando interpretados no sentido de que o prazo de prescrição do crime de corrupção ativa é contado a partir da data em que ocorra entrega de uma dada vantagem ao funcionário, e não a partir da data em que ocorra a promessa dessa vantagem.

Acórdão (extrato) n.º 108/2024 - Diário da República n.º 57/2024, Série II de 2024-03-20
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional o disposto no artigo 134.º, n.º 2, do Código de Processo Penal (CPP), quando interpretado no sentido de que a falta de advertência constante desta norma, configurando nulidade, é passível de sanação («nulidade sanável»); não julga inconstitucional o disposto nos artigos 120.º, n.º 3, e 121.º, ambos do CPP, quando interpretados no sentido de que a não-arguição da nulidade por falta de advertência à testemunha nos termos do artigo 134.º, n.º 2, do CPP, importa a sua sanação quando não seja arguida até ao final do ato.

Oficiais de Justiça de Portugal

2024 – FEVEREIRO

Aviso (extrato) n.º 4517/2024 - Diário da República n.º 43/2024, Série II de 2024-02-29
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Exclusão do procedimento de admissão para ingresso nas carreiras de oficial de justiça por falta de início de funções. Primeiras colocações oficiosas nas categorias de ingresso das carreiras de oficial de justiça

Acórdão (extrato) n.º 54/2024 - Diário da República n.º 40/2024, Série II de 2024-02-26
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma do n.º 1 do artigo 97.º do Código de Processo Civil segundo a qual a incompetência absoluta do tribunal pode ser arguida pelas partes, e conhecida pelo tribunal, após prolação de sentença sobre o mérito da causa

Portaria n.º 69-A/2024 - Diário da República n.º 39/2024, 1º Suplemento, Série I de 2024-02-23
Habitação
Procede à definição dos termos e condições do apoio à promoção de habitação acessível na modalidade da cedência de terrenos e edifícios públicos

Portaria n.º 69-B/2024 - Diário da República n.º 39/2024, 1º Suplemento, Série I de 2024-02-23
Habitação
Procede à segunda alteração da Portaria n.º 65/2019, de 19 de fevereiro, que revê o regime de habitação de custos controlados

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 69/2024 - Diário da República n.º 37/2024, Série I de 2024-02-21
Tribunal Constitucional
Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma que impõe a obrigatoriedade de pagamento do remanescente da taxa de justiça ao réu que venceu totalmente o processo, obrigando-a a pedir o montante que pagou em sede de custas de parte, resultante do artigo 14.º, n.º 9, do Regulamento das Custas Processuais, na redação introduzida pela Lei n.º 7/2012, de 13 de fevereiro

Resolução do Conselho de Ministros n.º 26-A/2024 - Diário da República n.º 36/2024, 1º Suplemento, Série I de 2024-02-20
Presidência do Conselho de Ministros
Reconhece a situação de alerta na região do Algarve por motivo de seca e aprova um quadro de medidas de resposta

Lei n.º 26/2024 - Diário da República n.º 36/2024, Série I de 2024-02-20
Assembleia da República
Repõe o regime de garantias quanto ao reassumir das funções profissionais por quem seja chamado ao exercício de funções governativas e da contagem do tempo de exercício de cargos políticos para efeitos de aposentação ou reforma, procedendo à quinta alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, que aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos

Lei n.º 25/2024 - Diário da República n.º 36/2024, Série I de 2024-02-20
Assembleia da República
Combate as «portas giratórias» entre os cargos políticos e os grupos económicos, reforçando o regime de impedimento do exercício de cargos em empresas privadas por parte de titulares de cargos políticos executivos e o respetivo regime sancionatório, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho

Lei n.º 24/2024 - Diário da República n.º 36/2024, Série I de 2024-02-20
Assembleia da República
Lei-quadro da atribuição das categorias de vila ou cidade às povoações

Portaria n.º 50/2024 - Diário da República n.º 33/2024, Série I de 2024-02-15
Justiça, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Habitação
Procede à definição do reforço das garantias dos arrendatários em situação de carência de meios no âmbito do procedimento especial de despejo junto do Balcão do Arrendatário e do Senhorio

Portaria n.º 49/2024 - Diário da República n.º 33/2024, Série I de 2024-02-15
Justiça
Regulamenta o Balcão do Arrendatário e do Senhorio

Decreto Legislativo Regional n.º 3/2024/M - Diário da República n.º 28/2024, Série I de 2024-02-08
Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa
Aprova o valor da retribuição mínima mensal garantida para vigorar na Região Autónoma da Madeira

Lei n.º 20/2024 - Diário da República n.º 28/2024, Série I de 2024-02-08
Assembleia da República
Alteração ao regime do Estatuto do Cuidador Informal, aprovado em anexo à Lei n.º 100/2019, de 6 de setembro

Lei n.º 19-A/2024 - Diário da República n.º 27/2024, 2º Suplemento, Série I de 2024-02-07
Assembleia da República
Alteração às Leis n.os 7/2007, de 5 de fevereiro, que cria o cartão de cidadão e rege a sua emissão e utilização, 37/2014, de 26 de junho, que estabelece um sistema alternativo e voluntário de autenticação dos cidadãos nos portais e sítios na Internet da Administração Pública denominado Chave Móvel Digital, e 13/99, de 22 de março, que estabelece o novo regime jurídico do recenseamento eleitoral, e ao Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, que define os princípios gerais de ação a que devem obedecer os serviços e organismos da Administração Pública na sua atuação face ao cidadão

Despacho n.º 1358/2024 - Diário da República n.º 25/2024, Série II de 2024-02-05
Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Primeiro-Ministro
Concede tolerância de ponto aos trabalhadores que exercem funções públicas nos serviços da administração direta do Estado, sejam eles centrais ou desconcentrados, e nos institutos públicos, no dia 13 de fevereiro de 2023

Lei n.º 17/2024 - Diário da República n.º 25/2024, Série I de 2024-02-05
Assembleia da República
Cria uma linha nacional para a prevenção do suicídio e de comportamentos autolesivos

Lei n.º 18/2024 - Diário da República n.º 25/2024, Série I de 2024-02-05
Assembleia da República
Regula o acesso a metadados referentes a comunicações eletrónicas para fins de investigação criminal, procedendo à alteração da Lei n.º 32/2008, de 17 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2006/24/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março, relativa à conservação de dados gerados ou tratados no contexto da oferta de serviços de comunicações eletrónicas publicamente disponíveis ou de redes públicas de comunicações, conformando-a com os Acórdãos do Tribunal Constitucional n.os 268/2022 e 800/2023, e da Lei da Organização do Sistema Judiciário

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 1/2024 - Diário da República n.º 24/2024, Série I de 2024-02-02
Supremo Tribunal de Justiça
«Nos termos dos n.os 1 e 2, do art. 449.º, do Código de Processo Penal, não é admissível recurso extraordinário de revisão do despacho que revoga a suspensão de execução da pena.»

2024 – JANEIRO

Decreto-Lei n.º 17/2024 - Diário da República n.º 20/2024, Série I de 2024-01-29
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2024

Lei n.º 15/2024 - Diário da República n.º 20/2024, Série I de 2024-01-29
Assembleia da República
Proíbe as denominadas práticas de «conversão sexual» contra pessoas LGBT+, criminalizando os atos dirigidos à alteração, limitação ou repressão da orientação sexual, da identidade ou expressão de género, alterando a Lei n.º 38/2018, de 7 de agosto, e o Código Penal

Lei n.º 10/2024 - Diário da República n.º 14/2024, Série I de 2024-01-19
Assembleia da República
Regime Jurídico dos Atos de Advogados e Solicitadores

Lei n.º 7/2024 - Diário da República n.º 14/2024, Série I de 2024-01-19
Assembleia da República
Alteração ao Estatuto da Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução e à Lei n.º 77/2013, de 21 de novembro

Lei n.º 6/2024 - Diário da República n.º 14/2024, Série I de 2024-01-19
Assembleia da República
Alteração ao Estatuto da Ordem dos Advogados

Acórdão (extrato) n.º 598/2023 - Diário da República n.º 14/2024, Série II de 2024-01-19
Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a interpretação normativa extraída dos artigos 68.º, n.os 2 e 3, 281.º, n.º 1, alínea a), e 284.º, todos do Código de Processo Penal, segundo a qual, no inquérito instaurado por crime público ou semippúblico punível com pena de prisão não superior a 5 anos ou com sanção diferente da prisão, para o denunciante com a faculdade de se constituir assistente ou o ofendido com legitimidade para tal poder pronunciar-se sobre a proposta de suspensão provisória do processo, tem de o requerer até ao despacho do Ministério Público que, com a concordância do juiz de instrução, determina a suspensão do processo

Portaria n.º 11/2024 - Diário da República n.º 13/2024, Série I de 2024-01-18
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Saúde
Procede à segunda alteração à Portaria n.º 337/2004, de 31 de março, alterada pela Portaria n.º 220/2013, de 4 de julho, e à primeira alteração à Portaria n.º 220/2013, de 4 de julho, no que respeita à certificação da incapacidade temporária para o trabalho

Aviso (extrato) n.º 1125/2024 - Diário da República n.º 13/2024, Série II de 2024-01-18
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Primeiras colocações, oficiosas, de escrivães auxiliares efetuadas ao abrigo do n.º 1 do artigo 46.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça

Decreto Regulamentar n.º 1/2024 - Diário da República n.º 12/2024, Série I de 2024-01-17
Presidência do Conselho de Ministros
Altera a regulamentação do regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território nacional

Decreto-Lei n.º 15/2024 - Diário da República n.º 12/2024, Série I de 2024-01-17
Presidência do Conselho de Ministros
Altera o regime de avaliação de incapacidade das pessoas com deficiência

Portaria n.º 6/2024 - Diário da República n.º 3/2024, Série I de 2024-01-04
Justiça e Finanças
Atualiza o valor da Unidade de Referência (UR) constante da tabela anexa à Portaria n.º 1386/2004, de 10 de novembro, na sua redação atual

Nota Anos 2020, 2021, 2022 e 2023:
Para melhor identificar todos os diplomas e outras publicações que se relacionaram com o surto da pandemia de COVID19, todas as entradas sobre este tema se apresentam nesta cor diferente.
(publicações desde 02MAR2020 até 04JUL2023)

2023 – DEZEMBRO

Despacho n.º 13288-E/2023 - Diário da República n.º 250/2023, 4º Suplemento, Série II de 2023-12-29
Finanças - Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais
Aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente para vigorarem durante o ano de 2024

Portaria n.º 455-A/2023 - Diário da República n.º 250/2023, 1º Suplemento, Série I de 2023-12-29
Presidência do Conselho de Ministros
Aprova a lista de substâncias e métodos proibidos a partir de 1 de janeiro de 2024

Decreto-Lei n.º 135/2023 - Diário da República n.º 250/2023, Série I de 2023-12-29
Presidência do Conselho de Ministros
Altera as regras sobre a localização dos ficheiros do registo criminal

Lei n.º 82/2023 - Diário da República n.º 250/2023, Série I de 2023-12-29
Assembleia da República
Orçamento do Estado para 2024

Aviso n.º 25126/2023 - Diário da República n.º 247/2023, Série II de 2023-12-26
Justiça - Centro de Estudos Judiciários
Concurso de ingresso em curso de formação inicial, teórico-prática, para o preenchimento de um total de 104 vagas, sendo 52 para a magistratura judicial e 52 para a magistratura do Ministério Público

Aviso n.º 25127/2023 - Diário da República n.º 247/2023, Série II de 2023-12-26
Justiça - Centro de Estudos Judiciários
Concurso de ingresso em curso de formação inicial, teórico-prática, para o preenchimento de um total de 31 vagas para a magistratura dos tribunais administrativos e fiscais

Despacho n.º 12959-A/2023 - Diário da República n.º 242/2023, 2º Suplemento, Série II de 2023-12-18
Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Primeiro-Ministro
Concede tolerância de ponto aos trabalhadores que exercem funções públicas nos serviços da administração direta do Estado, sejam eles centrais ou desconcentrados, e nos institutos públicos nos próximos dias 26 de dezembro de 2023 e 2 de janeiro de 2024

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 14/2023 - Diário da República n.º 237/2023, Série I de 2023-12-11
Supremo Tribunal de Justiça
Fixação de jurisprudência: O crime de ofensa a organismo, serviço ou pessoa coletiva, previsto e punível pelo artigo 187.º do Código Penal, pode ser cometido através de escrito

Decreto do Presidente da República n.º 112-A/2023 - Diário da República n.º 236/2023, 1º Suplemento, Série I de 2023-12-07
Presidência da República
Demite o Governo, por efeito da aceitação do pedido de demissão apresentado pelo Primeiro-Ministro, António Luís Santos da Costa

Lei n.º 66/2023 - Diário da República n.º 236/2023, Série I de 2023-12-07
Assembleia da República
Alteração à Lei n.º 121/2019, de 25 de setembro, que cria a Ordem dos Assistentes Sociais e aprova o respetivo Estatuto

Portaria n.º 414/2023 - Diário da República n.º 236/2023, Série I de 2023-12-07
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Determina a idade normal de acesso à pensão de velhice em 2025

Decreto-Lei n.º 114-A/2023 - Diário da República n.º 234/2023, 2º Suplemento, Série I de 2023-12-05
Presidência do Conselho de Ministros
Transpõe a Diretiva (UE) 2020/1828 relativa a ações coletivas para proteção dos interesses dos consumidores

Decreto-Lei n.º 114-C/2023 - Diário da República n.º 234/2023, 3º Suplemento, Série I de 2023-12-05
Presidência do Conselho de Ministros
Transpõe parcialmente a Diretiva (UE) 2019/1151 e procede à criação de uma base de dados de inibições e destituições

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 13/2023 - Diário da República n.º 234/2023, Série I de 2023-12-05
Supremo Tribunal Administrativo
Acórdão do STA de 26-10-2023, no Processo n.º 621/17.2BEPNF-A - Pleno da 1.ª Secção Uniformiza-se a

jurisprudência nos seguintes termos: «O prazo de caducidade de um ano para reclamação ao Fundo de Garantia Salarial de créditos emergentes de contrato de trabalho previsto no artigo 2.º n.º 8 do Novo Regime do Fundo de Garantia Salarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 59/2015, de 21 de Abril, na redacção anterior à alteração introduzida pela Lei n.º 71/2018, de 31 de Dezembro, é susceptível de suspensão/interrupção, a determinar casuisticamente.»

2023 – NOVEMBRO

Declaração de Retificação n.º 887/2023 - Diário da República n.º 228/2023, Série II de 2023-11-24
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Retifica o Aviso (extrato) n.º 16442/2023, de 31 de agosto, relativo à lista de promoções referentes ao movimento anual dos oficiais de justiça reportada ao ano de 2021

Declaração de Retificação n.º 886/2023 - Diário da República n.º 228/2023, Série II de 2023-11-24
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Retifica o Aviso (extrato) n.º 16657/2023, de 1 de setembro, relativo à lista do movimento extraordinário dos oficiais de justiça de 2023

Decreto-Lei n.º 108/2023 - Diário da República n.º 226/2023, Série I de 2023-11-22
Presidência do Conselho de Ministros
Aprova medidas de valorização dos trabalhadores que exercem funções públicas

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 13/2023 - Diário da República n.º 225/2023, Série I de 2023-11-21
Supremo Tribunal de Justiça
«A regra prevista no art. 14.º, n.º 1, do CIRE, restringe o acesso geral de recurso ao STJ às decisões proferidas no processo principal de insolvência, nos incidentes nele processado e aos embargos à sentença de declaração de insolvência»

Acórdão (extrato) n.º 652/2023 - Diário da República n.º 225/2023, Série II de 2023-11-21
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional a norma contida nos artigos 196.º, n.º 2, e 235.º, n.º 1, do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, interpretados no sentido da irrecorribilidade do despacho que indefira liminarmente o pedido de concessão de licença de saída jurisdicional com fundamento na verificação de que a situação jurídico-penal do recluso não se encontra estabilizada

Acórdão (extrato) n.º 654/2023 - Diário da República n.º 225/2023, Série II de 2023-11-21
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma contida no artigo 185.º-A, n.º 3, alínea b), do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, interpretada no sentido segundo o qual a decisão arbitral sobre o mérito da pretensão deduzida que ponha termo ao processo arbitral é suscetível de recurso nas hipóteses ali previstas, ainda que a relação jurídica objeto do litígio se haja constituído no domínio da lei anterior à aprovação do referido preceito pela Lei n.º 118/2019, de 17 de setembro

Acórdão (extrato) n.º 655/2023 - Diário da República n.º 225/2023, Série II de 2023-11-21
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma contida no artigo 6.º, n.º 8, do Regulamento das Custas Processuais e respetivas tabelas anexas i e ii, interpretados no sentido de ser devido o pagamento do remanescente da taxa de justiça em recursos de decisão final de incidente de oposição à execução, quando este haja terminado antes da fase da instrução, com a consequente improcedência do recurso

Decreto-Lei n.º 107/2023 - Diário da República n.º 223/2023, Série I de 2023-11-17
Presidência do Conselho de Ministros
Atualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2024

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 12/2023 - Diário da República n.º 223/2023, Série I de 2023-11-17
Supremo Tribunal Administrativo
Acórdão do STA de 25 de Novembro de 2021 no Processo n.º 210/18.4BELLE - Pleno da 1.ª Secção - Uniformiza a Jurisprudência nos seguintes termos: «A submissão de uma proposta num ficheiro em formato PDF assinado digitalmente que agrupou vários documentos autónomos não assinados electronicamente não cumpre a exigência da assinatura individualizada de cada documento imposta pelo n.º 4 do artigo 57.º do CCP e pelo n.º 5 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015.»

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 8/2023 - Diário da República n.º 222/2023, Série I de 2023-11-16
Supremo Tribunal Administrativo
Acórdão do STA de 25 de Novembro de 2021 no Processo n.º 1147/16.7BEBRG - Pleno da 1.ª Secção - Uniformiza a Jurisprudência nos seguintes termos: «Endereçado à Administração, pelo interessado, um requerimento para reconhecimento do direito à reforma e à consequente atribuição de pensão, invocando o preenchimento dos requisitos legais, o meio processual próprio e adequado para reagir à recusa ou ao silêncio da Administração é a ação administrativa para obter a condenação à prática de ato devido, regulada nos artigos 66.º a 71.º do CPTA, devendo para o efeito serem observados os prazos definidos no artigo 69.º do mesmo Código.»

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 10/2023 - Diário da República n.º 222/2023, Série I de 2023-11-16
Supremo Tribunal Administrativo
Acórdão do STA de 24-05-2023, no Processo n.º 83/22.2BALSB - Pleno da 2.ª Secção. Uniformiza-se a jurisprudência nos seguintes termos: «A bolsa atribuída aos auditores de justiça, em formação no Centro de Estudos Judiciários, nos termos do artigo 31.º, n.º 5, da Lei n.º 2/2008, de 14.01, não integra o conceito de rendimento para efeitos de IRS, não estando sujeita a imposto, nos termos do disposto nos artigos 2.º e 2.º-A, ambos do Código do IRS.»

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 4/2023 - Diário da República n.º 222/2023, Série I de 2023-11-16
Supremo Tribunal Administrativo
Acórdão do STA de 30/09/2020, no Processo n.º 40/19.6BALSB - Pleno da 2.ª Secção. Uniformiza a Jurisprudência nos seguintes termos: «Só são devidos juros indemnizatórios decorrido um ano após o pedido de promoção da revisão oficiosa e até à data da emissão das respetivas notas de crédito a favor da Recorrida.»

Aviso (extrato) n.º 21986/2023 - Diário da República n.º 222/2023, Série II de 2023-11-16
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Lista definitiva do movimento extraordinário dos oficiais de justiça - setembro de 2023

Portaria n.º 360-A/2023 - Diário da República n.º 220/2023, 1º Suplemento, Série I de 2023-11-14
Justiça
Procede à alteração da dimensão das peças processuais no âmbito da tramitação eletrónica dos processos judiciais e administrativos e fiscais

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 12/2023 - Diário da República n.º 220/2023, Série I de 2023-11-14
Supremo Tribunal de Justiça
Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 640.º do Código de Processo Civil, o Recorrente que impugna a decisão sobre a matéria de facto não está vinculado a indicar nas conclusões a decisão alternativa

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 11/2023 - Diário da República n.º 218/2023, Série I de 2023-11-10

Supremo Tribunal de Justiça
«O requerimento apresentado pelo condenado, peticionando a substituição da multa por dias de trabalho, nos termos do artigo 48.º, n.º 1 do Código Penal, não integra a causa suspensiva da prescrição prevista no artigo 125.º, n.º 1, alínea a), do Código Penal.»

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 10/2023 - Diário da República n.º 218/2023, Série I de 2023-11-10
Supremo Tribunal de Justiça
«Na fase de inquérito, compete ao juiz de instrução ordenar ou autorizar a apreensão de mensagens de correio eletrónico ou de outros registos de comunicações de natureza semelhante, independentemente de se encontrarem abertas (lidas) ou fechadas (não lidas), que se afigurem ser de grande interesse para descoberta da verdade ou para a prova, nos termos do art. 17.º, da Lei n.º 109/2009, de 15/09 (Lei do Cibercrime)»

Acórdão (extrato) n.º 581/2023 - Diário da República n.º 218/2023, Série II de 2023-11-10
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional o n.º 1 do artigo 360.º do Código Penal, no sentido de uma testemunha ser obrigada a declarar com verdade em audiência de julgamento, no âmbito de um processo criminal, sobre a identificação da pessoa a quem comprou produto estupefaciente, sob pena de incorrer em responsabilidade criminal

2023 – OUTUBRO

Acórdão (extrato) n.º 73/2023 - Diário da República n.º 193/2023, Série II de 2023-10-04
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma contida no artigo 4.º, n.º 2, aplicado ex vi artigo 23.º, n.º 2, da Lei n.º 45/2011, de 24 de junho, interpretada no sentido de que o despacho a que alude este último preceito não tem de ser notificado ao arguido; não julga inconstitucional a interpretação normativa resultante da conjugação dos artigos 97.º, n.º 5, e 358.º, n.º 1, ambos do Código de Processo Penal, no sentido de não impor ao julgador o dever de fundamentar a comunicação da alteração não substancial dos factos, procedendo à concreta indicação, ainda que sumária, dos meios de prova subjacentes a essa alteração; não conhece do objeto do recurso quanto às restantes dimensões normativas questionadas

Acórdão (extrato) n.º 76/2023 - Diário da República n.º 191/2023, Série II de 2023-10-02
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucionais as seguintes normas: «a norma extraída dos artigos 399.º, 400.º, n.º 1, 2 e 3, 510.º do Código de Processo Penal, ex vi arts. 17.º, n.º 1 e 2, e 21.º da Lei n.º 88/2009, de 31.08, segundo a qual à recorribilidade da decisão de reconhecimento e execução de uma decisão de confisco estrangeira não são aplicáveis as normas reguladoras dos recursos em processo civil»; «a norma extraída do artigo 400.º, n.º 1, al. c), do Código de Processo Penal (ex vi arts. 17.º, n.º 1 e 2, e 21.º da Lei n.º 88/2009, de 31.08), segundo a qual em processo de reconhecimento e execução de decisão de confisco ao abrigo da Lei n.º 88/2009, de 31 de agosto, o acórdão proferido pelo Tribunal da Relação sobre o recurso da decisão final é irrecorrível para o Supremo Tribunal de Justiça»; «a norma extraída dos artigos arts. 4.º, 399.º, 400.º, 427.º, 432.º, 433.º, 437.º, 446.º, 447.º, 449.º do Código de Processo Penal, ex vi arts. 17.º, n.º 1 e 2, e 21.º da Lei n.º 88/2009, de 31.08, segundo a qual não é aplicável em processo de decisão de reconhecimento e execução da decisão de confisco ou perda de bens ao abrigo da Lei n.º 88/2009, de 31.08, o recurso de revista excecional previsto no art. 672.º, do [CPC]»

2023 – SETEMBRO

Portaria n.º 292-A/2023 - Diário da República n.º 190/2023, 1º Suplemento, Série I de 2023-09-29
Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Aprova a fixação dos valores limites da compensação devida ao trabalhador pelas despesas adicionais com prestação de trabalho em regime de teletrabalho que não constitui rendimento para efeitos fiscais ou de base de incidência contributiva para a segurança social

Aviso (extrato) n.º 18577/2023 - Diário da República n.º 188/2023, Série II de 2023-09-27
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Abertura de procedimento concursal comum para preenchimento de 19 postos de trabalho na carreira e categoria de técnico superior para as secretarias dos tribunais judiciais de 1.ª instância

Aviso (extrato) n.º 18578/2023 - Diário da República n.º 188/2023, Série II de 2023-09-27
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Realização de um movimento extraordinário de oficiais de justiça destinado às categorias de escrivão auxiliar e de técnico de justiça auxiliar

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 9/2023 - Diário da República n.º 184/2023, Série I de 2023-09-21
Supremo Tribunal de Justiça
No crime de tráfico de estupefacientes previsto no artigo 21.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, que se realiza em actos reiterados, o momento que, por referência à data do trânsito em julgado da primeira condenação anterior, releva para aferir a existência da relação de concurso de conhecimento superveniente prevista no artigo 78.º do Código Penal é o da prática do último acto típico

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2023 - Diário da República n.º 184/2023, Série I de 2023-09-21
Supremo Tribunal de Justiça
Nos termos do artigo 69.º, n.º 2, do Código Penal (na redação dada pela Lei n.º 77/2001, de 13 de julho), a pena acessória de proibição de conduzir veículos com motor abrange a condução de todas as categorias destes veículos

Aviso n.º 18189/2023 - Diário da República n.º 184/2023, Série II de 2023-09-21
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral do Ensino Superior
Regista a criação do curso técnico superior profissional de Jurídico Processual Aplicado do Instituto Politécnico de Coimbra - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra

Portaria n.º 281-A/2023 - Diário da República n.º 178/2023, 1º Suplemento, Série I de 2023-09-13
Justiça
Declara a instalação das subsecções especializadas dos tribunais centrais administrativos

Aviso (extrato) n.º 16657/2023 - Diário da República n.º 170/2023, Série II de 2023-09-01
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Lista do movimento extraordinário dos oficiais de justiça de 2023

Oficiais de Justiça de Portugal

2023 – AGOSTO

Aviso (extrato) n.º 16441/2023 - Diário da República n.º 169/2023, Série II de 2023-08-31
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Lista do movimento anual dos oficiais de justiça de 2023

Aviso (extrato) n.º 16442/2023 - Diário da República n.º 169/2023, Série II de 2023-08-31
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Lista de promoções referentes ao movimento anual dos oficiais de justiça reportada ao ano de 2021

Resolução da Assembleia da República n.º 104/2023 - Diário da República n.º 169/2023, Série I de 2023-08-31
Assembleia da República
Aprova o Tratado Relativo à Transmissão Eletrónica de Pedidos de Cooperação Jurídica e Judiciária Internacional entre Autoridades Centrais, assinado em Medellín a 24 e 25 de julho de 2019

Lei n.º 52/2023 - Diário da República n.º 166/2023, Série I de 2023-08-28
Assembleia da República
Completa a transposição da Decisão-Quadro 2002/584/JAI, do Conselho, de 13 de junho de 2002, da Diretiva (UE) 2010/64, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de outubro de 2010, da Diretiva (UE) 2012/13, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de maio de 2012, e da Diretiva (UE) 2013/48, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2013, relativas ao processo penal e ao mandado de detenção europeu, e altera a Lei n.º 65/2003, de 23 de agosto, e o Código de Processo Penal

Lei n.º 51/2023 - Diário da República n.º 166/2023, Série I de 2023-08-28
Assembleia da República
Define os objetivos, prioridades e orientações da política criminal para o biénio de 2023-2025, em cumprimento da Lei n.º 17/2006, de 23 de maio, que aprova a Lei Quadro da Política Criminal

Lei n.º 46/2023 - Diário da República n.º 159/2023, Série I de 2023-08-17
Assembleia da República
Modifica a idade máxima do adotando e a idade mínima do adotante, alterando o Código Civil e o Regime Jurídico do Processo de Adoção

Lei n.º 45/2023 - Diário da República n.º 159/2023, Série I de 2023-08-17
Assembleia da República
Reforça a proteção das vítimas de crimes contra a liberdade sexual, alterando o Código Penal, a Lei n.º 34/2004, de 29 de julho, e o Estatuto da Vítima

Lei n.º 38-A/2023 - Diário da República n.º 149/2023, 1º Suplemento, Série I de 2023-08-02
Assembleia da República
Perdão de penas e amnistia de infrações

Despacho n.º 7881/2023 - Diário da República n.º 148/2023, Série II de 2023-08-01
Supremo Tribunal de Justiça
Aprova o Regulamento Interno de Funcionamento e Horário de Trabalho do Supremo Tribunal de Justiça

2023 – JULHO

Decreto-Lei n.º 63/2023 - Diário da República n.º 147/2023, Série I de 2023-07-31
Presidência do Conselho de Ministros
Cria um regime extraordinário de revalidação de títulos de condução

Acórdão (extrato) n.º 327/2023 - Diário da República n.º 145/2023, Série II de 2023-07-27
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional o disposto nos artigos 3.º-A, n.º 3, e 5.º, n.º 1, ambos do Decreto-Lei n.º 42/2001, de 9 de fevereiro, quando interpretados no sentido de a deliberação do conselho diretivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P., prevista no primeiro dos preceitos definir a competência territorial de um Tribunal Administrativo e Fiscal; decide manter o Acórdão n.º 755/22

Acórdão (extrato) n.º 349/2023 - Diário da República n.º 145/2023, Série II de 2023-07-27
Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma do artigo 44.º, n.º 2, alínea c), do Código Penal, na redação dada pela Lei n.º 94/2017, de 23 de agosto, ao prever que o tribunal revoga o regime de permanência na habitação se o arguido for sujeito a prisão preventiva

Lei n.º 35/2023 - Diário da República n.º 141/2023, Série I de 2023-07-21
Assembleia da República
Aprova a Lei da Saúde Mental, altera legislação conexa, o Código Penal, o Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade e o Código Civil e revoga a Lei n.º 36/98, de 24 de julho

Lei n.º 34/2023 - Diário da República n.º 139/2023, Série I de 2023-07-19
Assembleia da República
Autoriza o Governo a alterar o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, o Código de Procedimento e de Processo Tributário, o Regime Geral das Infrações Tributárias e o Decreto-Lei n.º 42/2001, de 9 de fevereiro

Aviso (extrato) n.º 13291/2023 - Diário da República n.º 133/2023, Série II de 2023-07-11
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Realização de um movimento extraordinário de oficiais de justiça destinado às categorias de escrivão auxiliar e de técnico de justiça auxiliar, bem como às categorias de escrivão adjunto e de técnico de justiça adjunto
Acórdão (extrato) n.º 314/2023 - Diário da República n.º 132/2023, Série II de 2023-07-10
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional a norma contida nos artigos 18.º, n.º 1, alínea c), e n.º 2, 20.º, n.º 1, e 21.º do Novo Regime Jurídico da Concorrência, aprovado pela Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, na interpretação segundo a qual se admite o exame, recolha e apreensão de mensagens de correio eletrónico em processo de contraordenação da concorrência, desde que autorizado pelo Ministério Público, não sendo necessário despacho judicial prévio

Acórdão (extrato) n.º 317/2023 - Diário da República n.º 132/2023, Série II de 2023-07-10
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma ínsita no ponto 5, alínea a), das Instruções Gerais da Tabela Nacional de Incapacidades, anexa ao Decreto-Lei n.º 352/2007, de 23 de outubro, na interpretação que o fator de bonificação aí previsto é cumulável com a incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual e as prestações reparatórias previstas na Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro, para esta incapacidade

Acórdão (extrato) n.º 326/2023 - Diário da República n.º 132/2023, Série II de 2023-07-10
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional a interpretação normativa extraída das alíneas c) e d) do n.º 1 e do n.º 6 do artigo 43.º do Decreto n.º 2-B/2020, de 2 de abril, na parte em que pune com pena agravada nos limites mínimo e máximo a desobediência às ordens legítimas das entidades competentes, quando praticadas em violação do disposto no respetivo decreto; decide manter o Acórdão n.º 678/22
Despacho n.º 7257-A/2023 - Diário da República n.º 131/2023, 1º Suplemento, Série II de 2023-07-07
Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Primeiro-Ministro
Concede tolerância de ponto, nos dias 3 e 4 de agosto de 2023, aos trabalhadores que exercem funções públicas nos serviços da administração direta do Estado, centrais ou desconcentrados, e nos institutos públicos localizados no concelho de Lisboa

Decreto-Lei n.º 53/2023 - Diário da República n.º 129/2023, Série I de 2023-07-05
Presidência do Conselho de Ministros
Procede à regulamentação da Agenda do Trabalho Digno

Lei n.º 31/2023 - Diário da República n.º 128/2023, Série I de 2023-07-04
Assembleia da República
Cessação de vigência de leis publicadas no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Decreto-Lei n.º 52/2023 - Diário da República n.º 128/2023, Série I de 2023-07-04
Presidência do Conselho de Ministros

Altera o regime de pagamento de custas e de patrocínio judiciário dos membros do Governo e dos altos dirigentes da Administração Pública

2023 – JUNHO

Aviso n.º 12528/2023 - Diário da República n.º 126/2023, Série II de 2023-06-30
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Lista de classificação final do procedimento concursal, aberto pelo Aviso n.º 1875/2023, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 20, de 27 de janeiro de 2023, para ingresso nas carreiras do grupo de pessoal oficiais de justiça

Acórdão (extrato) n.º 212/2023 - Diário da República n.º 112/2023, Série II de 2023-06-12
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a interpretação conjugada do artigo 3.º, n.º 13, da Lei n.º 154/2015, de 14 de setembro, e do artigo 165.º, n.º 1, alínea a), do Estatuto da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução aprovado em anexo ao mesmo diploma, no sentido de os advogados, que se encontravam habilitados a exercer funções de agente de execução ao abrigo do regime vigente antes da aprovação daquele diploma, ficarem proibidos de cumular essas funções com o mandato judicial em qualquer caso, a partir do dia 31 de dezembro de 2017

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 5/2023 - Diário da República n.º 111/2023, Série I de 2023-06-09
Supremo Tribunal de Justiça
As declarações feitas pelo arguido no processo perante autoridade judiciária com respeito pelo disposto nos artigos 141.º, n.º 4, al. b), e 357.º, n.º 1, al. b), do Código de Processo Penal, podem ser valoradas como prova desde que reproduzidas ou lidas em audiência de julgamento

2023 – MAIO

Lei n.º 26/2023 - Diário da República n.º 104/2023, Série I de 2023-05-30
Assembleia da República
Reforça a proteção das vítimas de crimes de disseminação não consensual de conteúdos íntimos, alterando o Código Penal e o Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de janeiro, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva 2000/31/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho, relativa a certos aspetos legais dos serviços da sociedade de informação, em especial do comércio eletrónico, no mercado interno

Lei n.º 23/2023 - Diário da República n.º 101/2023, Série I de 2023-05-25
Assembleia da República
Prevê a retoma das medidas de acolhimento e o estabelecimento de programas de autonomização de crianças e jovens em perigo, alterando a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

Lei n.º 22/2023 - Diário da República n.º 101/2023, Série I de 2023-05-25
Assembleia da República
Regula as condições em que a morte medicamente assistida não é punível e altera o Código Penal

Acórdão (extrato) n.º 196/2023 - Diário da República n.º 99/2023, Série II de 2023-05-23
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma extraída do artigo 3.º, n.º 2, do Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março, na interpretação segundo a qual a violação da obrigação de confinamento, nos casos previstos na alínea b) do n.º 1 do mesmo artigo, concretamente, pelos cidadãos relativamente a quem a autoridade de saúde ou outros

profissionais de saúde tenham determinado a vigilância ativa, constitui crime de desobediência, punível nos termos do artigo 348.º, n.º 1, alínea a), do Código Penal; decide manter o Acórdão n.º 617/22

Acórdão (extrato) n.º 181/2023 - Diário da República n.º 99/2023, Série II de 2023-05-23
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional o disposto no artigo 80.º, n.º 1, do Código Penal, quando interpretado no sentido de não contemplar o desconto por inteiro no cumprimento da pena de prisão de todos os períodos de tempo sofridos/cumpridos por proibição/suspensão do exercício de profissão/atividade/função decretada judicialmente e que tenha sido cumprida

Acórdão (extrato) n.º 126/2023 - Diário da República n.º 99/2023, Série II de 2023-05-23
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional a interpretação normativa do artigo 287.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, no sentido de ser admissível a rejeição do requerimento de abertura de instrução, quando o mesmo foi apresentado através de correio eletrónico simples e não foi junto o original do aludido requerimento no prazo legalmente previsto, sem que o requerente seja previamente notificado para vir juntar o original desse requerimento

Oficiais de Justiça de Portugal

2023 – ABRIL

Portaria n.º 107-A/2023 - Diário da República n.º 76/2023, 1º Suplemento, Série I de 2023-04-18
Presidência do Conselho de Ministros e Finanças
Fixa a atualização do subsídio de refeição, a 1 de janeiro de 2023, aos trabalhadores da Administração Pública

Decreto-Lei n.º 26-B/2023 - Diário da República n.º 76/2023, 1º Suplemento, Série I de 2023-04-18
Presidência do Conselho de Ministros
Promove a atualização salarial intercalar do valor das remunerações da Administração Pública

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 197/2023 - Diário da República n.º 90/2023, Série I de 2023-05-10
Tribunal Constitucional
Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas contidas nos n.os 4 e 5 do artigo 2.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na redação da Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto (Novo regime do arrendamento apoiado para habitação); não toma conhecimento, por inutilidade superveniente, do pedido de apreciação e declaração de inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma jurídica regulamentar, constante do artigo 15.º, n.º 1, alínea b), do Regulamento do Regime de Acesso, Atribuição e Gestão do Parque Habitacional do Município de Tavira, entretanto revogada

Acórdão (extrato) n.º 77/2023 - Diário da República n.º 82/2023, Série II de 2023-04-27
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional a norma contida no artigo 3.º, n.º 3, do Código de Processo Civil, interpretado no sentido segundo o qual não é obrigatória a audição prévia do recorrente relativamente a um fundamento de conhecimento oficioso que foi somente suscitado pelo recorrido nas contra-alegações, quando o tribunal de recurso venha a decidir a causa com esse fundamento, sem que o recorrente se tenha pronunciado espontaneamente quanto ao mesmo

Aviso n.º 8070/2023 - Diário da República n.º 78/2023, Série II de 2023-04-20
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Lista dos candidatos admitidos e não admitidos ao procedimento concursal a que se refere o Aviso n.º 1875/2023, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 20, de 27 de janeiro de 2023

Portaria n.º 107-A/2023 - Diário da República n.º 76/2023, 1º Suplemento, Série I de 2023-04-18
Presidência do Conselho de Ministros e Finanças
Fixa a atualização do subsídio de refeição, a 1 de janeiro de 2023, aos trabalhadores da Administração Pública

Decreto-Lei n.º 26-B/2023 - Diário da República n.º 76/2023, 1º Suplemento, Série I de 2023-04-18
Presidência do Conselho de Ministros
Promove a atualização salarial intercalar do valor das remunerações da Administração Pública

Decreto-Lei n.º 26-A/2023 - Diário da República n.º 75/2023, 1º Suplemento, Série I de 2023-04-17
Presidência do Conselho de Ministros
Determina a cessação da obrigatoriedade do uso de máscaras e viseiras para o acesso ou permanência em determinados locais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Parecer (extrato) n.º 6/2023 - Diário da República n.º 71/2023, Série II de 2023-04-11
Ministério Público - Procuradoria-Geral da República
Greve dos funcionários de justiça entre 15 de fevereiro e 15 de março de 2023, às diligências/audiências de discussão e julgamento e ao registo de atos contabilísticos

Acórdão (extrato) n.º 61/2023 - Diário da República n.º 71/2023, Série II de 2023-04-11
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma contida nos artigos 215.º, n.os 1, alínea a), 2, alíneas d) e e), e 3, e 218.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, na interpretação segundo a qual o período de detenção validada pelo juiz de instrução não se inclui na contabilização do prazo máximo de duração da medida de prisão preventiva sem que tenha sido deduzida acusação e, consequentemente, do correspondente prazo máximo de duração da medida de obrigação de permanência na habitação

Aviso (extrato) n.º 7329/2023 - Diário da República n.º 71/2023, Série II de 2023-04-11
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Lista de antiguidade do pessoal oficial de justiça reportada a 31 de dezembro de 2022

Acórdão (extrato) n.º 273/2022 - Diário da República n.º 70/2023, Série II de 2023-04-10
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma inscrita no artigo 49.º, n.º 3, da Lei n.º 144/99, de 31 de agosto, que estabelece a Lei de Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal, interpretado no sentido de não ser admissível recurso para o Supremo Tribunal de Justiça das decisões interlocutórias proferidas no âmbito do processo de extradição

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 8/2023/M - Diário da República n.º 66/2023, Série I de 2023-04-03
Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa
Abertura de concurso para garantir a contratação dos oficiais de justiça para assegurar o funcionamento adequado dos Tribunais e do Ministério Público na Região Autónoma da Madeira

Lei n.º 13/2023 - Diário da República n.º 66/2023, Série I de 2023-04-03
Assembleia da República
Altera o Código do Trabalho e legislação conexa, no âmbito da agenda do trabalho digno

Oficiais de Justiça de Portugal

2023 – MARÇO

Decreto-Lei n.º 21-A/2023 - Diário da República n.º 62/2023, 1º Suplemento, Série I de 2023-03-28
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece medidas excecionais de apoio às famílias para mitigação dos efeitos da inflação

Portaria n.º 86/2023 - Diário da República n.º 61/2023, Série I de 2023-03-27
Justiça
Procede à alteração das regras relativas à distribuição, por meios eletrónicos, dos processos nos tribunais judiciais e nos tribunais administrativos e fiscais

Decreto-Lei n.º 20-B/2023 - Diário da República n.º 58/2023, 1º Suplemento, Série I de 2023-03-22
Presidência do Conselho de Ministros
Cria apoios extraordinários de apoio às famílias para pagamento da renda e da prestação de contratos de crédito

Aviso n.º 5563/2023 - Diário da República n.º 54/2023, Série II de 2023-03-16
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Projeto de lista de candidatos a admitir e a excluir do procedimento concursal a que se refere o Aviso n.º 1875/2023, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 20, de 27 de janeiro de 2023, para ingresso na carreira do grupo de oficiais de justiça

Parecer (extrato) n.º 1/2023 - Diário da República n.º 48/2023, Série II de 2023-03-08
Ministério Público - Procuradoria-Geral da República
Licitude da greve, abuso de direito e consequências (Parecer Conselho Consultivo greve professores)

Decreto-Lei n.º 18/2023 - Diário da República n.º 45/2023, Série I de 2023-03-03
Presidência do Conselho de Ministros
Regulamenta o regime de antecipação da idade de pensão de velhice por deficiência

Lei n.º 10/2023 - Diário da República n.º 45/2023, Série I de 2023-03-03
Assembleia da República
Completa a transposição da Diretiva (UE) 2019/2161, relativa à defesa dos consumidores

Lei n.º 9/2023 - Diário da República n.º 45/2023, Série I de 2023-03-03
Assembleia da República
Inclui novas substâncias psicoativas na definição de droga, transpondo a Diretiva Delegada (UE) 2022/1326, da Comissão, de 18 de março de 2022, e alterando o Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas

Oficiais de Justiça de Portugal

2023 – FEVEREIRO

Aviso n.º 3035/2023 - Diário da República n.º 32/2023, Série II de 2023-02-14
Justiça - Conselho dos Oficiais de Justiça
Resultado da eleição dos vogais do Conselho dos Oficiais de Justiça

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 3/2023 - Diário da República n.º 31/2023, Série I de 2023-02-13
Supremo Tribunal de Justiça
«À contagem da pena acessória de proibição de conduzir veículos com motor prevista no artigo 69.º do Código Penal aplicam-se, por analogia, nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal, as regras de contagem da pena de prisão constantes do artigo 479.º do Código de Processo Penal.»

Acórdão (extrato) n.º 652/2022 - Diário da República n.º 28/2023, Série II de 2023-02-08
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma contida nos artigos 246.º, n.º 4, 229.º, n.º 5, e 230.º, n.º 2, do Código de Processo Civil, interpretados no sentido segundo o qual se considera válida a citação de pessoa coletiva por carta registada remetida para a sede que consta do ficheiro central de pessoas coletivas do Registo Nacional de Pessoas Coletivas, ainda que a mesma corresponda a instalações encerradas, sem que a destinatária da citação tenha comunicado ao referido ficheiro central a alteração da sua sede

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 2/2023 - Diário da República n.º 23/2023, Série I de 2023-02-01
Supremo Tribunal de Justiça
«O perdão de penas de prisão previsto no artigo 2.º da Lei n.º 9/2020, de 10 de abril, verificados que sejam os

demais requisitos legais, só pode ser aplicado a condenados que sejam reclusos à data da sua entrada em vigor»

2023 – JANEIRO

Acórdão (extrato) n.º 843/2022 - Diário da República n.º 22/2023, Série II de 2023-01-31
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional a norma que tipifica o crime de maus-tratos de animal de companhia, contida no artigo 387.º, n.º 3, do Código Penal, na redação introduzida pela Lei n.º 39/2020, de 18 de agosto, em conjugação com o artigo 389.º, n.os 1 e 3, do Código Penal, igualmente na redação introduzida pela Lei n.º 39/2020, de 18 de agosto

Acórdão (extrato) n.º 857/2022 - Diário da República n.º 22/2023, Série II de 2023-01-31
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional a norma que resulta da interpretação conjugada dos artigos 11.º, n.º 1, e 25.º, n. º 4, do Código de Processos nos Tribunais Administrativos (aprovado pela Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 118/2019, de 17 de setembro), segundo a qual, nos tribunais administrativos, quando seja demandado o Estado ou na mesma ação sejam demandados diversos ministérios, a representação do Estado pelo Ministério Público é uma possibilidade, sendo a citação dirigida unicamente ao Centro de Competências Jurídicas do Estado, que assegura a sua transmissão aos serviços competentes e coordena os termos da respetiva intervenção em juízo

Aviso n.º 1875/2023 - Diário da República n.º 20/2023, Série II de 2023-01-27
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Abertura de concurso externo de ingresso para admissão de escrivães auxiliares e/ou técnicos de justiça auxiliares das carreiras do grupo de pessoal oficial de justiça

Despacho n.º 1364/2023 - Diário da República n.º 20/2023, Série II de 2023-01-27
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Declara as listas de candidatos admitidos à eleição de vogais do Conselho de Oficiais de Justiça

Acórdão (extrato) n.º 794/2022 - Diário da República n.º 19/2023, Série II de 2023-01-26
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional o disposto nos artigos 11.º, n.º 1, in fine, e 25.º, n.º 4, ambos do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, na redação conferida pela Lei n.º 118/2019, de 17 de setembro, quando interpretados no sentido de que nas ações instauradas contra o Estado Português nos Tribunais Administrativos o Ministério Público não é citado, ficando a sua intervenção processual dependente de solicitação pelo Centro de Competências Jurídicas do Estado, a quem compete coordenar essa intervenção

Acórdão (extrato) n.º 796/2022 - Diário da República n.º 19/2023, Série II de 2023-01-26
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional o disposto nos artigos 11.º, n.º 1, in fine, e 25.º, n.º 4, ambos do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, na redação conferida pela Lei n.º 118/2019, de 17 de setembro, quando interpretados no sentido de que nas ações instauradas contra o Estado Português nos Tribunais Administrativos o Ministério Público não é citado, ficando a sua intervenção processual dependente de solicitação pelo Centro de Competências Jurídicas do Estado, a quem compete coordenar essa intervenção

Despacho n.º 1296-B/2023 - Diário da República n.º 18/2023, 2º Suplemento, Série II de 2023-01-25
Finanças - Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais
Aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente para vigorarem durante o primeiro semestre do ano de 2023

Portaria n.º 34/2023 - Diário da República n.º 18/2023, Série I de 2023-01-25
Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Procede à atualização dos montantes do abono de família para crianças e jovens, do abono de família pré-natal, do subsídio de funeral, da bonificação por deficiência do abono de família, do subsídio por assistência de terceira pessoa e reforça as majorações do abono de família nas situações de monoparentalidade

Portaria n.º 31-A/2023 - Diário da República n.º 14/2023, 1º Suplemento, Série I de 2023-01-19
Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Atualiza o valor de referência do complemento solidário para idosos, bem como o complemento solidário para idosos atribuído

Portaria n.º 31-B/2023 - Diário da República n.º 14/2023, 1º Suplemento, Série I de 2023-01-19
Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Procede à atualização do valor de referência anual da componente base e do valor de referência anual do complemento da prestação social para a inclusão, bem como do limite máximo anual de acumulação da componente base com rendimentos de trabalho

Lei n.º 3/2023 - Diário da República n.º 11/2023, Série I de 2023-01-16
Assembleia da República
Dispensa a tentativa de conciliação nos processos de divórcio sem consentimento de um dos cônjuges nos casos de condenação por crime de violência doméstica, alterando o Código Civil e o Código de Processo Civil

Lei n.º 2/2023 - Diário da República n.º 11/2023, Série I de 2023-01-16
Assembleia da República
Completa a transposição da Diretiva (UE) 2017/541, alterando a Lei de Combate ao Terrorismo, o Código Penal, o Código de Processo Penal e legislação conexa

Resolução do Conselho de Ministros n.º 2-A/2023 - Diário da República n.º 10/2023, 1º Suplemento, Série I de 2023-01-13
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece um questionário prévio à integração de novos membros no Governo

Acórdão (extrato) n.º 802/2022 - Diário da República n.º 7/2023, Série II de 2023-01-10
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma do artigo 80.º, n.º 1, do Código Penal interpretada no sentido de que a prisão preventiva cumprida pelo arguido em processo diferente não é descontada por inteiro na pena, quando o facto pelo qual o arguido foi condenado tenha sido praticado posteriormente à decisão final do processo no âmbito do qual tal prisão preventiva foi aplicada

Acórdão (extrato) n.º 829/2022 - Diário da República n.º 7/2023, Série II de 2023-01-10
Tribunal Constitucional
Não se pronuncia pela inconstitucionalidade das normas constantes do artigo 2.º - «que alteram o artigo 12.º da Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, na sua redação atual, que aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal» - e 3.º - «que alteram os artigos 16.º, 23.º-A e 25.º da Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, que aprova a Lei de Segurança Interna» - do Decreto n.º 17/XV da Assembleia da República, que «reestrutura o Ponto Único de Contacto para a Cooperação Policial Internacional, alterando a Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, que aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal, e a Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, que aprova a Lei de Segurança Interna»

Portaria n.º 24-A/2023 - Diário da República n.º 6/2023, 1º Suplemento, Série I de 2023-01-09
Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Procede à atualização anual das pensões de acidentes de trabalho para o ano de 2023

Portaria n.º 24-B/2023 - Diário da República n.º 6/2023, 1º Suplemento, Série I de 2023-01-09
Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Procede à atualização anual das pensões para o ano de 2023

Portaria n.º 24-C/2023 - Diário da República n.º 6/2023, 1º Suplemento, Série I de 2023-01-09
Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Determina os coeficientes de revalorização das remunerações anuais das pensões do ano de 2022

Acórdão (extrato) n.º 747/2022 - Diário da República n.º 2/2023, Série II de 2023-01-03
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma do artigo 1844.º, n.º 2, alínea a), do Código Civil

Acórdão (extrato) n.º 792/2022 - Diário da República n.º 2/2023, Série II de 2023-01-03
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional a norma constante do n.º 8 do artigo 2.º do Novo Regime do Fundo de Garantia Salarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 59/2015, de 21 de abril, na interpretação segundo a qual o prazo de um ano para requerer o pagamento dos créditos laborais, certificados com a declaração de insolvência, cominado naquele preceito legal é de caducidade e insuscetível de qualquer interrupção ou suspensão; não julga inconstitucional a norma extraída da alínea a) do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 59/2015, de 21 de abril, nos termos da qual os requerimentos apresentados na pendência de Processo Especial de Revitalização ficam sujeitos ao Novo Regime do Fundo de Garantia Salarial e são objeto de reapreciação oficiosa

Decreto-Lei n.º 2/2023 - Diário da República n.º 1/2023, Série I de 2023-01-02
Presidência do Conselho de Ministros
Define a utilização das câmaras portáteis de uso individual pelos agentes policiais

Decreto-Lei n.º 3/2023 - Diário da República n.º 1/2023, Série I de 2023-01-02
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece a comparticipação pelas despesas decorrentes da declaração de luto nacional

Nota Anos 2020, 2021, 2022 e 2023:
Para melhor identificar todos os diplomas e outras publicações que se relacionaram com o surto da pandemia de COVID19, todas as entradas sobre este tema se apresentam nesta cor diferente.
(publicações desde 02MAR2020 até 04JUL2023)

2022 – DEZEMBRO

Lei n.º 24-C/2022 - Diário da República n.º 251/2022, 2º Suplemento, Série I de 2022-12-30
Assembleia da República
Lei das Grandes Opções para 2022-2026

Lei n.º 24-D/2022 - Diário da República n.º 251/2022, 2º Suplemento, Série I de 2022-12-30
Assembleia da República
Orçamento do Estado para 2023

Portaria n.º 306/2022 - Diário da República n.º 246/2022, Série I de 2022-12-23
Presidência do Conselho de Ministros
Aprova a lista de substâncias e métodos proibidos a partir de 1 de janeiro de 2023

Decreto do Presidente da República n.º 176-A/2022 - Diário da República n.º 245/2022, 2º Suplemento, Série I de 2022-12-22
Presidência da República
É indultado da pena acessória de expulsão do território nacional, aplicada a Antonino Carlos Pereira Gomes no processo n.º 3103/15.3TDLSB do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste, Juízo Central Criminal

de Sintra, por razões humanitárias

Decreto do Presidente da República n.º 176-B/2022 - Diário da República n.º 245/2022, 2º Suplemento, Série I de 2022-12-22
Presidência da República
É indultada do remanescente da pena de 5 anos de prisão, aplicada a Rubia Abreu Fernandes no processo n.º 3/20.9GAELV do Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre, por razões humanitárias

Decreto do Presidente da República n.º 176-C/2022 - Diário da República n.º 245/2022, 2º Suplemento, Série I de 2022-12-22
Presidência da República
É indultado do remanescente da pena de 4 anos e 6 meses de prisão, aplicada a Jacinto Manuel Ramos Guerreiro no processo n.º 671/20.1T8PTM do Tribunal Judicial da Comarca de Faro, Juízo Central Criminal de Portimão, por razões humanitárias

Decreto do Presidente da República n.º 176-D/2022 - Diário da República n.º 245/2022, 2º Suplemento, Série I de 2022-12-22
Presidência da República
É indultado do remanescente da pena de prisão, aplicada a Adão Mendes Dias Ferreira no processo n.º 44/10.4PJOER do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste, Juízo Local Criminal de Oeiras, por razões humanitárias

Decreto do Presidente da República n.º 176-E/2022 - Diário da República n.º 245/2022, 2º Suplemento, Série I de 2022-12-22
Presidência da República
É indultado do remanescente da pena de prisão, aplicada a Mário João Pereira Pinto no processo n.º 111/14.5GACB do Tribunal Judicial da Comarca de Leiria, Juízo Local Criminal de Alcobaça, por razões humanitárias

Acórdão (extrato) n.º 770/2022 - Diário da República n.º 245/2022, Série II de 2022-12-22
Tribunal Constitucional
Confirma decisão sumária que não julgou inconstitucionais os artigos 1838.º e 1839.º, n.º 1, do Código Civil, interpretados no sentido de que o pretenso pai biológico não tem legitimidade para propor ação de impugnação de paternidade presumida

Acórdão (extrato) n.º 766/2022 - Diário da República n.º 245/2022, Série II de 2022-12-22
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional a norma contida no artigo 6.º-B, n.º 5, alínea d), da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, na redação introduzida pela Lei n.º 4-B/2021, de 1 de fevereiro, interpretada no sentido segundo o qual a exceção à suspensão de prazos processuais ali prevista é aplicável aos prazos de recursos de decisões proferidas anteriormente à respetiva entrada em vigor

Decreto-Lei n.º 85-A/2022 - Diário da República n.º 245/2022, 1º Suplemento, Série I de 2022-12-22
Presidência do Conselho de Ministros
Atualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2023

Decreto-Lei n.º 85-B/2022 - Diário da República n.º 245/2022, 1º Suplemento, Série I de 2022-12-22
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece um apoio às famílias vulneráveis em face do aumento extraordinário dos preços

Decreto-Lei n.º 84-F/2022 - Diário da República n.º 241/2022, 1º Suplemento, Série I de 2022-12-16
Presidência do Conselho de Ministros
Aprova medidas de valorização dos trabalhadores em funções públicas

Portaria n.º 292/2022 - Diário da República n.º 236/2022, Série I de 2022-12-09
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Determina a idade normal de acesso à pensão de velhice em 2024

Despacho n.º 14058/2022 - Diário da República n.º 234/2022, Série II de 2022-12-06
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Delibera o dia 23 de janeiro de 2023 para a eleição de vogais do Conselho dos Oficiais de Justiça

Despacho n.º 14057/2022 - Diário da República n.º 234/2022, Série II de 2022-12-06
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Delibera no processo disciplinar a João José de Moura Batista

Despacho (extrato) n.º 14059/2022 - Diário da República n.º 234/2022, Série II de 2022-12-06
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Extinção do vínculo de emprego público de Hugo Roberto Vieira Ramos de Freitas, por denúncia do contrato

Despacho (extrato) n.º 14060/2022 - Diário da República n.º 234/2022, Série II de 2022-12-06
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Exoneração de funções de Rosa Limoeiro Julião

Despacho (extrato) n.º 14061/2022 - Diário da República n.º 234/2022, Série II de 2022-12-06
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Exoneração de funções de Fernando Manuel Ramos Lopes

Despacho n.º 13976/2022 - Diário da República n.º 233/2022, Série II de 2022-12-05
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Delibera que o trabalhador Acácio José Teixeira Silva seja notificado de decisão do Conselho dos Oficiais de Justiça

Despacho (extrato) n.º 13977/2022 - Diário da República n.º 233/2022, Série II de 2022-12-05
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Exoneração de funções de Maria Orquídea da Fonseca Lopes Lobo

Despacho (extrato) n.º 13978/2022 - Diário da República n.º 233/2022, Série II de 2022-12-05
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Exoneração de funções de Paula Cristina Queirós Bomtempo Costa

Despacho n.º 13958/2022 - Diário da República n.º 232/2022, Série II de 2022-12-02
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Delibera que o trabalhador João José de Moura Batista seja notificado de decisão do Conselho dos Oficiais de Justiça

Acórdão (extrato) n.º 704/2022 - Diário da República n.º 232/2022, Série II de 2022-12-02
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma contida no artigo 218.º, n.º 2, alínea c), do Código Penal, interpretado no sentido segundo o qual pode dar-se como verificada a circunstância qualificativa de «especial vulnerabilidade da vítima, em razão de idade, deficiência ou doença», sem que a mesma resulte demonstrada no processo através de prova pericial

Acórdão (extrato) n.º 703/2022 - Diário da República n.º 232/2022, Série II de 2022-12-02
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma contida nos artigos 113.º, n.os 1, alínea c), e 10.º, do Código de Processo Penal, conjugadas com o artigo 196.º, n.º 3, alínea b), 214.º, n.º 1, alínea e), 2.ª parte, e 495.º, n.º 2, do mesmo diploma, na redação introduzida pela Lei n.º 20/2013, de 21 de fevereiro, interpretados no sentido da admissibilidade da notificação por via postal simples da decisão de revogação da suspensão da pena de prisão ao arguido que tenha prestado termo de identidade e residência em momento anterior à entrada em vigor da Lei n.º 20/2013, de 21 de fevereiro, sem constar do mesmo a advertência de que só se extingue com a extinção da pena

Acórdão (extrato) n.º 701/2022 - Diário da República n.º 232/2022, Série II de 2022-12-02
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma contida no artigo 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, na redação

introduzida pela Lei n.º 59/98, de 25 de agosto, na interpretação segundo a qual a decisão de provocar a intervenção do tribunal singular ali prevista, uma vez exercida pelo Ministério Público, não pode ser revertida pelo assistente, em requerimento de abertura de instrução

2022 – NOVEMBRO

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 10/2022 - Diário da República n.º 227/2022, Série I de 2022-11-24
Supremo Tribunal de Justiça
A escritura pública declaratória de união estável celebrada no Brasil não constitui uma decisão revestida de força de caso julgado que recaia sobre direitos privados; daí que não seja suscetível de revisão e confirmação pelos tribunais portugueses, nos termos dos arts. 978.º e ss. do Código de Processo Civil

Acórdão (extrato) n.º 676/2022 - Diário da República n.º 226/2022, Série II de 2022-11-23
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a interpretação normativa do n.º 6 do artigo 16.º da Lei n.º 34/2004, de 29 de julho, na redação dada pela Lei n.º 47/2007, de 28 de agosto, segundo a qual, quando o requerente de apoio judiciário for uma pessoa coletiva com fins lucrativos, o apoio judiciário não compreende a modalidade de pagamento faseado de taxa de justiça e demais encargos com o processo

Despacho n.º 13444/2022 - Diário da República n.º 223/2022, Série II de 2022-11-18
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Designação do dia para eleições do Conselho dos Oficiais de Justiça e composição da respetiva comissão

Portaria n.º 280/2022 - Diário da República n.º 223/2022, Série I de 2022-11-18
Presidência do Conselho de Ministros e Finanças
Fixa a atualização do subsídio de refeição, a 1 de outubro de 2022, aos trabalhadores da Administração Pública

Acórdão (extrato) n.º 653/2022 - Diário da República n.º 222/2022, Série II de 2022-11-17
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma contida no artigo 86.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, na redação introduzida pela Lei n.º 48/2007, de 29 de agosto, interpretado no sentido segundo o qual a validação, pelo juiz de instrução criminal, da decisão do Ministério Público de aplicação ao processo, durante a fase de inquérito, do segredo de justiça, não tem de ser precedida da audição de arguido já constituído no processo

Acórdão (extrato) n.º 656/2022 - Diário da República n.º 222/2022, Série II de 2022-11-17
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma contida nos artigos 40.º, n.º 1, alínea a), e n.º 2, na versão introduzida pela Lei n.º 94/2021, de 21 de dezembro, 268.º, n.º 1, alíneas a) e b), 141.º, 202.º, n.os 1 e 2, 269. º, n.º 1, alínea a), 154.º, n.os 1 e 3, e 159.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, na interpretação segundo a qual o juiz que presida a primeiro interrogatório de arguido detido, aplique medida de coação de prisão preventiva sob a forma de internamento preventivo e ordene a realização de perícia psiquiátrica fica, por esse facto, impedido de intervir na fase de instrução

Acórdão (extrato) n.º 651/2022 - Diário da República n.º 222/2022, Série II de 2022-11-17
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma contida nos artigos 17.º e 268.º, n.º 1, alínea f), do Código de Processo Penal, interpretados no sentido segundo o qual o juiz de instrução criminal não tem competência para determinar a tradução de documentos requerida pelo arguido na fase de inquérito

Acórdão (extrato) n.º 604/2022 - Diário da República n.º 219/2022, Série II de 2022-11-14
Tribunal Constitucional

Condena a reclamante como litigante de má-fé, por a sua conduta processual consubstanciar a dedução de pretensão cuja falta de fundamento não ignorava e ter feito, repetidamente, um uso manifestamente reprovável dos incidentes processuais

2022 – OUTUBRO

Diretiva n.º 2/2022 - Diário da República n.º 205/2022, Série II de 2022-10-24
Ministério Público - Procuradoria-Geral da República
Direito dos menores de idade ao livre exercício do direito de associação

Acórdão (extrato) n.º 619/2022 - Diário da República n.º 205/2022, Série II de 2022-10-24
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional a norma constante do artigo 46.º, n.º 7, do Decreto n.º 2-C/2020, de 17 de abril, da Presidência do Conselho de Ministros, segundo a qual a desobediência e a resistência às ordens legítimas das entidades competentes, quando praticadas em violação do disposto no mesmo diploma, são sancionadas nos termos da lei penal e as respetivas penas são sempre agravadas em um terço, nos seus limites mínimo e máximo, nos termos do n.º 4 do artigo 6.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho

2022 – SETEMBRO

Decreto-Lei n.º 66-A/2022 - Diário da República n.º 190/2022, 1º Suplemento, Série I de 2022-09-30
Presidência do Conselho de Ministros
Determina a cessação de vigência de decretos-leis publicados, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Acórdão (extrato) n.º 490/2022 - Diário da República n.º 186/2022, Série II de 2022-09-26
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional a norma constante do artigo 3.º, n.º 1, alínea b), dos Regimes Anexos às Resoluções do Conselho de Ministros n.os 135-A/2021, de 29 de setembro, e 114-A/2021, de 20 de agosto, na interpretação segundo a qual «os cidadãos relativamente a quem a autoridade de saúde ou outros profissionais de saúde tenham determinado a vigilância ativa ficam em confinamento obrigatório, em estabelecimento de saúde, no domicílio ou, não sendo aí possível, noutro local definido pelas autoridades competentes»

Acórdão (extrato) n.º 489/2022 - Diário da República n.º 186/2022, Série II de 2022-09-26
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional a norma resultante da interpretação conjugada do disposto no artigo 5.º, n.º 3, alínea c), do Decreto-Lei n.º 82/2009, de 2 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 135/2013, de 4 de outubro, e do previsto pelos pontos 12 e 26 da Norma n.º 15/2020, da Direção-Geral de Saúde, de 24 de julho de 2020, atualizada em 19 de fevereiro de 2021, no sentido de que pode ser decretado o isolamento profilático, por ordem da autoridade de saúde pública, a alunos de uma instituição de ensino e respetivos agregados familiares, quando tenha sido detetado um caso positivo da doença COVID-19 em tal instituição

Acórdão (extrato) n.º 477/2022 - Diário da República n.º 182/2022, Série II de 2022-09-20
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional a norma do n.º 6 do artigo 43.º do Decreto n.º 2-B/2020, de 2 de abril, da Presidência do Conselho de Ministros, por referência às alíneas c) e d) do n.º 1 do mesmo normativo, quando esteja em causa a desobediência a uma ordem de recolhimento domiciliário, na parte em que aí se prevê um agravamento do limite mínimo e máximo da pena prevista para o crime de desobediência simples

Acórdão (extrato) n.º 465/2022 - Diário da República n.º 180/2022, Série II de 2022-09-16
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional a norma do artigo 25.º, n.os 1 e 4, do Regime anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-C/2021, de 30 de abril, interpretada no sentido de que qualquer cidadão, nacional ou estrangeiro, residente ou não em território nacional, poderá ser privado da liberdade pelo período de 14 dias, com base em ordem administrativa e sem controlo judicial

Acórdão (extrato) n.º 464/2022 - Diário da República n.º 180/2022, Série II de 2022-09-16
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional a norma do artigo 25.º, n.os 1 e 4, do Regime anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-C/2021, de 30 de abril, na redação conferida pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 59-B/2021, de 13 de maio (regras aplicáveis ao tráfego aéreo em matéria de confinamento obrigatório)

Acórdão (extrato) n.º 466/2022 - Diário da República n.º 180/2022, Série II de 2022-09-16
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional a norma do artigo 3.º, n.os 1, alínea b), 2 e 3, do Regime anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 157/2021, de 27 de novembro (com referência aos n.os 2 e 10 da resolução

Decreto-Lei n.º 58/2022 - Diário da República n.º 174/2022, Série I de 2022-09-08
Presidência do Conselho de Ministros
Altera o Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais

Decreto-Lei n.º 57-B/2022 - Diário da República n.º 172/2022, 1º Suplemento, Série I de 2022-09-06
Presidência do Conselho de Ministros
Permite o regresso dos clientes finais com consumos anuais inferiores ou iguais a 10 000 m3 ao regime de tarifas reguladas de venda de gás natural

Decreto-Lei n.º 57-C/2022 - Diário da República n.º 172/2022, 1º Suplemento, Série I de 2022-09-06
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece medidas excecionais de apoio às famílias para mitigação dos efeitos da inflação

Resolução do Conselho de Ministros n.º 74-A/2022 - Diário da República n.º 172/2022, 1º Suplemento, Série I de 2022-09-06
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece medidas excecionais de apoio às famílias para mitigação dos efeitos da inflação

Acórdão (extrato) n.º 540/2022 - Diário da República n.º 172/2022, Série II de 2022-09-06
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional a norma contida no artigo 24.º, n.º 1, da Lei n.º 65/2003, de 23 de agosto [Regime jurídico do mandado de detenção europeu (RMDE)], interpretado no sentido segundo o qual o detido que deu o seu consentimento à entrega não pode recorrer do despacho que homologou o consentimento, para entrega à autoridade emissora do mandado de detenção e - após validação da garantia prestada - determinou a execução da sua entrega; não toma conhecimento do objeto do recurso quanto à norma contida nos artigos 20.º, n.º 3, e 26.º do RMDE, interpretados no sentido segundo o qual «o consentimento na entrega à autoridade judiciária de emissão prestado pelo detido é irrevogável e tem como consequência a renúncia ao processo de execução do mandado de detenção europeu»

2022 – AGOSTO

Aviso (extrato) n.º 16934/2022 - Diário da República n.º 168/2022, Série II de 2022-08-31
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Lista do movimento anual dos oficiais de justiça de 2022

Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-A/2022 - Diário da República n.º 165/2022, 1º Suplemento, Série I de 2022-08-26
Presidência do Conselho de Ministros
Prorroga a declaração da situação de alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Decreto-Lei n.º 57-A/2022 - Diário da República n.º 165/2022, 1º Suplemento, Série I de 2022-08-26
Presidência do Conselho de Ministros
Altera as medidas aplicáveis no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Decreto-Lei n.º 57/2022 - Diário da República n.º 164/2022, Série I de 2022-08-25
Presidência do Conselho de Ministros
Simplifica a tramitação do incidente de verificação do passivo e graduação de créditos no processo de insolvência

Lei n.º 18/2022 - Diário da República n.º 164/2022, Série I de 2022-08-25
Assembleia da República
Altera o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional

Despacho n.º 9465/2022 - Diário da República n.º 148/2022, Série II de 2022-08-02
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Delegação e subdelegação nos subdiretores da Direção-Geral da Administração da Justiça

Lei n.º 14/2022 - Diário da República n.º 148/2022, Série I de 2022-08-02
Assembleia da República
Transpõe a Diretiva (UE) 2019/884 do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito ao intercâmbio de informações sobre nacionais de países terceiros, alterando a Lei n.º 37/2015, de 5 de maio, e o Decreto-Lei n.º 171/2015, de 25 de agosto

Lei n.º 13/2022 - Diário da República n.º 147/2022, Série I de 2022-08-01
Assembleia da República
Altera o Código de Processo Penal e a Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro, que estabelece medidas de combate à criminalidade organizada e económico-financeira

Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2022 - Diário da República n.º 147/2022, Série I de 2022-08-01
Presidência do Conselho de Ministros
Altera algumas regras da segunda edição do programa extraordinário de estágios na administração direta e indireta do Estado

Portaria n.º 200/2022 - Diário da República n.º 147/2022, Série I de 2022-08-01
Justiça e Finanças
Atualiza o valor da unidade de referência constante da tabela anexa à Portaria n.º 1386/2004, de 10 de novembro, na sua redação atual

Oficiais de Justiça de Portugal

2022 – JULHO

Resolução do Conselho de Ministros n.º 67-A/2022 - Diário da República n.º 146/2022, 1º Suplemento, Série I de 2022-07-29
Presidência do Conselho de Ministros
Prorroga a declaração da situação de alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Decreto-Lei n.º 51/2022 - Diário da República n.º 143/2022, Série I de 2022-07-26
Presidência do Conselho de Ministros
Aprova medidas de valorização remuneratória de trabalhadores em funções públicas

Despacho (extrato) n.º 8592/2022 - Diário da República n.º 134/2022, Série II de 2022-07-13
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Exoneração de funções de Fernando Odeberto da Silva Pereira

Despacho n.º 8564-A/2022 - Diário da República n.º 133/2022, 2º Suplemento, Série II de 2022-07-12
Finanças - Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais
Aprova as alterações às tabelas de retenção na fonte, que se encontram em vigor para o continente no ano de 2022, relativamente aos rendimentos de trabalho pagos ou colocados à disposição a partir de 1 de julho de 2022

Aviso (extrato) n.º 13526/2022 - Diário da República n.º 131/2022, Série II de 2022-07-08
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Extinção do vínculo de emprego público estabelecido com Maria de La Sallete Coelho Guilherme de Sá, por motivos disciplinares

Despacho n.º 8382/2022 - Diário da República n.º 131/2022, Série II de 2022-07-08
Supremo Tribunal de Justiça
Nomeação do licenciado António Nolasco Leal Gonçalves como administrador do Supremo Tribunal de Justiça

Acórdão (extrato) n.º 410/2022 - Diário da República n.º 126/2022, Série II de 2022-07-01
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma extraível do artigo 13.º, n.º 1, da Lei n.º 37/2015, de 5 de maio, quando interpretada no sentido que «as pessoas coletivas estão excluídas do âmbito de aplicação do direito à não transcrição para o registo criminal»

Acórdão (extrato) n.º 394/2022 - Diário da República n.º 126/2022, Série II de 2022-07-01
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a interpretação extraída dos artigos 409.º, n.º 1, e 428.º, ambos do Código de Processo Penal, no sentido de ser admissível, nos casos em que o arguido é o único recorrente, a aplicação pelo tribunal de recurso de norma agravante não contemplada quer na acusação, quer na decisão proferida pelo tribunal a quo; julga inconstitucional a interpretação extraída do artigo 424.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, no sentido de que, nos casos de aplicação de norma agravante do crime não anteriormente suscitada no processo, não há o dever de o tribunal notificar o arguido e de lhe dar oportunidade para se pronunciar

Oficiais de Justiça de Portugal

2022 – JUNHO

Despacho n.º 7898/2022 - Diário da República n.º 123/2022, Série II de 2022-06-28
Justiça - Gabinete da Ministra
Determina a constituição de um grupo de trabalho para a justiça administrativa e fiscal

Declaração de Retificação n.º 19/2022 - Diário da República n.º 143/2022, Série I de 2022-07-26
Assembleia da República
Retificação à Lei n.º 12/2022, de 27 de junho, «Orçamento do Estado para 2022
Lei n.º 12/2022 - Diário da República n.º 122/2022, Série I de 2022-06-27
Assembleia da República
Orçamento do Estado para 2022

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 268/2022 - Diário da República n.º 108/2022, Série I de 2022-06-03
Tribunal Constitucional

Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma constante do artigo 4.º da Lei n.º 32/2008, de 17 de julho, conjugada com o artigo 6.º da mesma lei; declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 9.º da Lei n.º 32/2008, de 17 de julho, relativa à transmissão de dados armazenados às autoridades competentes para investigação, deteção e repressão de crimes graves, na parte em que não prevê uma notificação ao visado de que os dados conservados foram acedidos pelas autoridades de investigação criminal, a partir do momento em que tal comunicação não seja suscetível de comprometer as investigações nem a vida ou integridade física de terceiros

Despacho n.º 7122/2022 - Diário da República n.º 108/2022, Série II de 2022-06-03
Justiça - Gabinete da Ministra
Delega competências no Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, Jorge Albino Alves Costa, e no Secretário de Estado da Justiça, Pedro Luís Ferrão Tavares

Despacho n.º 7123/2022 - Diário da República n.º 108/2022, Série II de 2022-06-03
Justiça - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça
Nomeia os juízes sociais para as causas de família e menores do Juízo de Competência Genérica de Velas do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores

Despacho n.º 7124/2022 - Diário da República n.º 108/2022, Série II de 2022-06-03
Justiça - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça
Nomeia os juízes sociais para as causas do Tribunal de Família e Menores da Comarca de Coimbra

2022 – MAIO

Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2022 - Diário da República n.º 104/2022, Série I de 2022-05-30
Presidência do Conselho de Ministros
Prorroga a declaração da situação de alerta no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Acórdão (extrato) n.º 279/2022 - Diário da República n.º 104/2022, Série II de 2022-05-30
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma resultante da interpretação do disposto nos artigos 61.º, n.º 1, alínea d), e 125.º do Código de Processo Penal, no sentido de que os documentos obtidos por uma inspeção tributária, ao abrigo do dever de cooperação imposto nos artigos 9.º, n.º 1, do Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária e Aduaneira, e 59.º, n.º 4, da Lei Geral Tributária, ocorrida previamente à instauração da fase de inquérito, podem posteriormente vir a ser usados como prova em processo criminal pela prática do crime de fraude fiscal movido contra o contribuinte

Acórdão (extrato) n.º 275/2022 - Diário da República n.º 104/2022, Série II de 2022-05-30
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional a norma contida nos artigos 24.º, n.º 1, alínea b), e 29.º, n.º 2, da Lei Geral Tributária, interpretados no sentido de a obrigação tributária subsidiária ser transmissível em caso de sucessão universal por morte, quando a reversão é determinada após o falecimento do administrador, diretor ou gerente do devedor originário, contra os respetivos sucessores, onerando-os, assim, com a prova de que a falta de pagamento não é imputável ao falecido

Acórdão (extrato) n.º 277/2022 - Diário da República n.º 104/2022, Série II de 2022-05-30
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional a norma contida no artigo 277.º, alínea e), do Código de Processo Civil, aplicável ex vi do artigo 4.º do Código de Processo Penal, quando interpretados no sentido de considerar supervenientemente inútil o recurso de decisão que aplicou medidas de coação não privativas de liberdade, por força da sua extinção temporal ou revogação na pendência do recurso

Acórdão (extrato) n.º 278/2022 - Diário da República n.º 104/2022, Série II de 2022-05-30

Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional a norma contida nos artigos 8.º, 8.º-A, 8.º-B e anexo da Lei n.º 34/2004, de 29 de julho, e 12.º e anexo iv da Portaria n.º 1085-A/2004, de 31 de agosto, interpretados no sentido segundo o qual a insuficiência económica demonstrada pelo requerente do benefício do apoio judiciário não lhe permite obter o benefício da dispensa de pagamento da taxa de justiça e demais encargos com o processo, mas apenas o respetivo pagamento faseado, quando o rendimento mensal disponível é substancialmente equivalente ao valor da taxa de justiça inicial a suportar no processo e o valor da prestação mensal a suportar na modalidade de pagamento faseado tem como consequência uma diminuição do rendimento mensal líquido do beneficiário para um valor inferior ao da remuneração mínima mensal garantida

Despacho n.º 6391/2022 - Diário da República n.º 98/2022, Série II de 2022-05-20
Justiça - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça
Nomeia os juízes sociais para as causas do Tribunal Judicial da Comarca de Angra do Heroísmo

Resolução do Conselho de Ministros n.º 41-C/2022 - Diário da República n.º 87/2022, 2º Suplemento, Série I de 2022-05-05
Presidência do Conselho de Ministros
Prorroga a declaração da situação de alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

2022 – ABRIL

Aviso (extrato) n.º 8515/2022 - Diário da República n.º 81/2022, Série II de 2022-04-27
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Lista de antiguidade do pessoal oficial de justiça reportada a 31 de dezembro de 2021

Decreto-Lei n.º 30-E/2022 - Diário da República n.º 78/2022, 1º Suplemento, Série I de 2022-04-21
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece medidas excecionais e temporárias no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Resolução do Conselho de Ministros n.º 41-A/2022 - Diário da República n.º 78/2022, 1º Suplemento, Série I de 2022-04-21
Presidência do Conselho de Ministros
Declara a situação de alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Deliberação n.º 473/2022 - Diário da República n.º 74/2022, Série II de 2022-04-14
Ministério Público - Procuradoria-Geral da República - Conselho Superior do Ministério Público
Aprova o Código de Conduta dos Magistrados do Ministério Público

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 3/2022 - Diário da República n.º 73/2022, Série I de 2022-04-13
Supremo Tribunal de Justiça
É aplicável à impugnação judicial da decisão da autoridade administrativa proferida em sede de procedimento de contraordenação laboral, prevista no artigo 33.º da Lei n.º 107/2009, de 14 de setembro, o disposto nos artigos 107.º, n.º 5, 107.º-A, do Código de Processo Penal, e 139.º, n.º 5, do Código de Processo Civil, por remissão dos artigos 6.º, n.º 1, da Lei n.º 107/2009, de 14 de setembro, e 104.º, n.º 1, do Código de Processo Penal

Regulamento (extrato) n.º 346/2022 - Diário da República n.º 69/2022, Série II de 2022-04-07
Conselho Superior da Magistratura
Regulamento das Obrigações Declarativas dos Magistrados Judiciais

2022 – MARÇO

Decreto do Presidente da República n.º 81-D/2022 - Diário da República n.º 63/2022, 2º Suplemento, Série I de 2022-03-30

Presidência da República

São nomeados, sob proposta do Primeiro-Ministro, Mário Filipe Campolargo, Secretário de Estado da Digitalização e da Modernização Administrativa, Tiago Barreto Caldeira Antunes, Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, André Moz Caldas, Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Eduardo Nuno Rodrigues e Pinheiro, Secretário de Estado do Planeamento, Inês Pacheco Ramires Ferreira, Secretária de Estado da Administração Pública, Francisco Gonçalo Nunes André, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Bernardo Forjaz Vieira Ivo Cruz, Secretário de Estado da Internacionalização, Marco Alexandre da Silva Capitão Costa Ferreira, Secretário de Estado da Defesa Nacional, Maria Isabel Solnado Porto Oneto, Secretária de Estado da Administração Interna, Patrícia Alexandra Costa Gaspar, Secretária de Estado da Proteção Civil, Jorge Albino Alves Costa, Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, Pedro Luís Ferrão Tavares, Secretário de Estado da Justiça, Sofia Alves de Aguiar Batalha, Secretária de Estado do Orçamento, António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes, Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, João Nuno Marques de Carvalho Mendes, Secretário de Estado do Tesouro, Sara Abrantes Guerreiro, Secretária de Estado da Igualdade e Migrações, João Paulo Moreira Correia, Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, João Jorge Arêde Correia Neves, Secretário de Estado da Economia, Rita Baptista Marques, Secretária de Estado do Turismo, Comércio e Serviços, José Maria da Cunha Costa, Secretário de Estado do Mar, Isabel Alexandra Rodrigues Cordeiro, Secretária de Estado da Cultura, Pedro Nuno de Freitas Lopes Teixeira, Secretário de Estado do Ensino Superior, António de Oliveira Leite, Secretário de Estado da Educação, Luís Miguel de Oliveira Fontes, Secretário de Estado do Trabalho, Gabriel Gameiro Rodrigues Bastos, Secretário de Estado da Segurança Social, Ana Sofia Pedroso Lopes Antunes, Secretária de Estado da Inclusão, António Lacerda Sales, Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, Maria de Fátima de Jesus Fonseca, Secretária de Estado da Saúde, João Saldanha de Azevedo Galamba, Secretário de Estado do Ambiente e da Energia, João Paulo Marçal Lopes Catarino, Secretário de Estado da Conservação da Natureza e Florestas, Jorge Moreno Delgado, Secretário de Estado da Mobilidade Urbana, Hugo Santos Mendes, Secretário de Estado das Infraestruturas, Marina Sola Gonçalves, Secretária de Estado da Habitação, Isabel Cristina Fernandes Rodrigues Ferreira, Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, Carlos Manuel Soares Miguel, Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, Rui Manuel Costa Martinho, Secretário de Estado da Agricultura, e Teresa Alexandra Meca Valverde Gouveia Coelho Estêvão Pedro, Secretária de Estado das Pescas

Decreto do Presidente da República n.º 81-C/2022 - Diário da República n.º 63/2022, 2º Suplemento, Série I de 2022-03-30

Presidência da República

São nomeados, sob proposta do Primeiro-Ministro, Mariana Guimarães Vieira da Silva, Ministra da Presidência, João Titterington Gomes Cravinho, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Maria Helena Chaves Carreiras, Ministra da Defesa Nacional, José Luís Pereira Carneiro, Ministro da Administração Interna, Catarina Teresa Rola Sarmento e Castro, Ministra da Justiça, Fernando Medina Maciel Almeida Correia, Ministro das Finanças, Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares, António José da Costa Silva, Ministro da Economia e do Mar, Pedro Adão e Silva Cardoso Pereira, Ministro da Cultura, Elvira Maria Correia Fortunato, Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, João Miguel Marques da Costa, Ministro da Educação, Ana Manuel Jerónimo Lopes Correia Mendes Godinho, Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Marta Alexandra Fartura Braga Temido de Almeida Simões, Ministra da Saúde, José Duarte Piteira Rica Silvestre Cordeiro, Ministro do Ambiente e da Ação Climática, Pedro Nuno de Oliveira Santos, Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Ana Maria Pereira Abrunhosa Trigueiros de Aragão, Ministra da Coesão Territorial, e Maria do Céu de Oliveira Antunes, Ministra da Agricultura e da Alimentação

Decreto do Presidente da República n.º 81-B/2022 - Diário da República n.º 63/2022, 2º Suplemento, Série I de 2022-03-30

Presidência da República
Nomeia Primeiro-Ministro do XXIII Governo Constitucional António Luís Santos da Costa

Resolução do Conselho de Ministros n.º 34-A/2022 - Diário da República n.º 61/2022, 2º Suplemento, Série I de 2022-03-28
Presidência do Conselho de Ministros
Prorroga a declaração da situação de alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Portaria n.º 119/2022 - Diário da República n.º 58/2022, Série I de 2022-03-23
Justiça
Procede à segunda alteração à Portaria n.º 121/2021, de 9 de junho, que regulamenta o arquivo eletrónico de documentos lavrados por notário e de outros documentos arquivados nos cartórios, a certidão notarial permanente e a participação de atos por via eletrónica à Conservatória dos Registos Centrais

Despacho (extrato) n.º 3404/2022 - Diário da República n.º 57/2022, Série II de 2022-03-22
Conselho Superior da Magistratura
Aposentação/jubilação da juíza conselheira do Supremo Tribunal de Justiça, Dr.ª Francisca Eugénia da Silva Dias van Dunem

Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-F/2022 - Diário da República n.º 56/2022, 2º Suplemento, Série I de 2022-03-21
Presidência do Conselho de Ministros
Prorroga a declaração da situação de alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Aviso n.º 5170/2022 - Diário da República n.º 50/2022, Série II de 2022-03-11
Justiça - Centro de Estudos Judiciários
Concurso de ingresso em curso de formação inicial, teórico-prática, para o preenchimento de um total de 104 vagas, sendo 52 na magistratura judicial e 52 na magistratura do Ministério Público

Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-C/2022 - Diário da República n.º 46/2022, 1º Suplemento, Série I de 2022-03-07
Presidência do Conselho de Ministros
Prorroga a declaração da situação de alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-D/2022 - Diário da República n.º 50/2022, 1º Suplemento, Série I de 2022-03-11
Presidência do Conselho de Ministros
Amplia o âmbito da concessão de proteção temporária a pessoas deslocadas da Ucrânia, em consequência dos recentes conflitos armados vividos naquele país
Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-A/2022 - Diário da República n.º 42/2022, 2º Suplemento, Série I de 2022-03-01
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece os critérios específicos da concessão de proteção temporária a pessoas deslocadas da Ucrânia, em consequência dos recentes conflitos armados vividos naquele país

Despacho n.º 2657/2022 - Diário da República n.º 42/2022, Série II de 2022-03-01
Justiça - Conselho dos Oficiais de Justiça
Renovação da comissão de serviço do vice-presidente do Conselho dos Oficiais de Justiça, Dr. Rodolfo Santos de Serpa, juiz de direito

Despacho n.º 2658/2022 - Diário da República n.º 42/2022, Série II de 2022-03-01
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Delegação e subdelegação de competências no vice-presidente do Conselho dos Oficiais de Justiça

2022 – FEVEREIRO

Acórdão (extrato) n.º 50/2022 - Diário da República n.º 40/2022, Série II de 2022-02-25
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma do artigo 824.º, n.º 2, do Código Civil, interpretado no sentido de que o direito de uso e habitação de imóvel hipotecado, que corresponda a casa de morada de família, cujo registo seja posterior ao registo de hipoteca sobre o mesmo imóvel, caduca com a realização da venda executiva

Despacho n.º 2477/2022
Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Primeiro-Ministro
Concede tolerância de ponto aos trabalhadores que exercem funções públicas nos serviços da administração direta do Estado, sejam eles centrais ou desconcentrados, e nos institutos públicos no dia 1 de março de 2022

Despacho n.º 2390-B/2022 - Diário da República n.º 38/2022, 1º Suplemento, Série II de 2022-02-23
Finanças - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais
Aprova as tabelas de retenção na fonte para vigorarem durante o ano de 2022 relativamente aos rendimentos de trabalho dependente por titulares residentes no continente

Despacho n.º 2390-A/2022 - Diário da República n.º 38/2022, 1º Suplemento, Série II de 2022-02-23
Finanças - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais
Aprova as tabelas de retenção na fonte para vigorarem durante o ano de 2022, relativamente aos rendimentos de trabalho dependente por titulares residentes na Região Autónoma dos Açores

Portaria n.º 100/2022 - Diário da República n.º 37/2022, Série I de 2022-02-22
Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Fixa o montante do subsídio a atribuir ao cuidador informal principal e do rendimento de referência do seu agregado familiar

Resolução do Conselho de Ministros n.º 25-A/2022 - Diário da República n.º 35/2022, 2º Suplemento, Série I de 2022-02-18
Presidência do Conselho de Ministros
Declara a situação de alerta no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Decreto-Lei n.º 23-A/2022 - Diário da República n.º 35/2022, 2º Suplemento, Série I de 2022-02-18
Presidência do Conselho de Ministros
Altera as medidas aplicáveis no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Acórdão (extrato) n.º 54/2022 - Diário da República n.º 34/2022, Série II de 2022-02-17
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma resultante da alínea c) do n.º 1 do artigo 48.º do Regime Geral do Processo Tutelar Cível, em conjugação com o n.º 4 do artigo 738.º do Código do Processo Civil, quando interpretada no sentido de não estabelecer nenhuma diferenciação, fundada na natureza ou no montante dos rendimentos da pessoa judicialmente obrigada a prestar alimentos, e de não estabelecer como limite mínimo de aplicabilidade a preservação de montante equivalente ao valor do indexante dos apoios sociais (IAS)

Decreto-Lei n.º 22/2022 - Diário da República n.º 25-A/2022, Série I de 2022-02-06
Presidência do Conselho de Ministros
Altera as medidas relativas ao Certificado Digital COVID da UE

Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/2022 - Diário da República n.º 25-A/2022, Série I de 2022-02-06
Presidência do Conselho de Ministros
Altera as medidas aplicáveis no âmbito da pandemia da doença COVID-19

2022 – JANEIRO

Resolução do Conselho de Ministros n.º 5-A/2022 - Diário da República n.º 15/2022, 1º Suplemento, Série I de 2022-01-21
Presidência do Conselho de Ministros
Altera as medidas aplicáveis no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Diretiva n.º 1/2022 - Diário da República n.º 13/2022, Série II de 2022-01-19
Ministério Público - Procuradoria-Geral da República
Legitimidade do Ministério Público para reclamar créditos emergentes de taxas de portagem, custos administrativos, juros, coimas e demais encargos, previstos na Lei n.º 25/2006, de 30 de junho, nos tribunais judiciais

Despacho n.º 737/2022 - Diário da República n.º 12/2022, Série II de 2022-01-18
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Organização das unidades orgânicas da Direção-Geral da Administração da Justiça

Lei n.º 9/2022 - Diário da República n.º 7/2022, Série I de 2022-01-11
Assembleia da República
Estabelece medidas de apoio e agilização dos processos de reestruturação das empresas e dos acordos de pagamento, transpõe a Diretiva (UE) 2019/1023, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019, e altera o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, o Código das Sociedades Comerciais, o Código do Registo Comercial e legislação conexa

Resolução do Conselho de Ministros n.º 2-A/2022 - Diário da República n.º 5/2022, 1º Suplemento, Série I de 2022-01-07
Presidência do Conselho de Ministros
Altera as medidas aplicáveis no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Decreto-Lei n.º 6-A/2022 - Diário da República n.º 5/2022, 1º Suplemento, Série I de 2022-01-07
Presidência do Conselho de Ministros
Altera as medidas no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Lei n.º 5/2022 - Diário da República n.º 5/2022, Série I de 2022-01-07
Assembleia da República
Regime de antecipação da idade de pensão de velhice por deficiência

Lei Orgânica n.º 1/2022 - Diário da República n.º 2/2022, Série I de 2022-01-04
Assembleia da República
Harmoniza a Lei Eleitoral para o Parlamento Europeu com as disposições em vigor na ordem jurídica portuguesa sobre perda de mandato de titulares de cargos eletivos, alterando a Lei n.º 14/87, de 29 de abril, e a Lei n.º 28/82, de 15 de novembro, que aprova a organização, funcionamento e processo do Tribunal Constitucional

Portaria n.º 6/2022 - Diário da República n.º 2/2022, Série I de 2022-01-04
Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Procede à atualização anual das pensões de acidentes de trabalho para o ano de 2022

Lei n.º 3/2022 - Diário da República n.º 2/2022, Série I de 2022-01-04
Assembleia da República
Conta-corrente entre os contribuintes e o Estado

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 1/2022 - Diário da República n.º 1/2022, Série I de 2022-01-03
Supremo Tribunal de Justiça

A preclusão do direito de requerer a dispensa do pagamento do remanescente da taxa de justiça, a que se reporta o n.º 7 do artigo 6.º do Regulamento das Custas Processuais, tem lugar com o trânsito em julgado da decisão final do processo

Decreto-Lei n.º 1/2022 - Diário da República n.º 1/2022, Série I de 2022-01-03
Presidência do Conselho de Ministros
Altera o regime de avaliação de incapacidade das pessoas com deficiência

Lei n.º 2/2022 - Diário da República n.º 1/2022, Série I de 2022-01-03
Assembleia da República
Alargamento progressivo da gratuitidade das creches e das amas do Instituto da Segurança Social, I. P.

Lei n.º 1/2022 - Diário da República n.º 1/2022, Série I de 2022-01-03
Assembleia da República
Alarga o período de faltas justificadas em caso de falecimento de descendente ou afim no 1.º grau da linha reta, alterando o Código do Trabalho

Nota Anos 2020, 2021, 2022 e 2023:
Para melhor identificar todos os diplomas e outras publicações que se relacionaram com o surto da pandemia de COVID19, todas as entradas sobre este tema se apresentam nesta cor diferente.
(publicações desde 02MAR2020 até 04JUL2023)

2021 – DEZEMBRO

Lei n.º 99-A/2021 - Diário da República n.º 253/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-12-31
Assembleia da República
Alteração ao Código dos Valores Mobiliários, ao Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, ao Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, ao Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, aos estatutos da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas e a legislação conexa

Aviso n.º 24133/2021 - Diário da República n.º 253/2021, Série II de 2021-12-31
Justiça - Polícia Judiciária
Concurso externo de ingresso para a admissão de 100 candidatos ao curso de formação de inspetores da Polícia Judiciária

Decreto-Lei n.º 126-C/2021 - Diário da República n.º 253/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-12-31
Presidência do Conselho de Ministros
Aprova o regime transitório de execução orçamental

Resolução do Conselho de Ministros n.º 200/2021 - Diário da República n.º 253/2021, Série I de 2021-12-31
Presidência do Conselho de Ministros
Cria a segunda edição do programa extraordinário de estágios na administração direta e indireta do Estado, a realizar durante o ano de 2022

Lei n.º 99/2021 - Diário da República n.º 253/2021, Série I de 2021-12-31
Assembleia da República
Contribuições especiais e valor das custas processuais para 2022

Lei n.º 98/2021 - Diário da República n.º 253/2021, Série I de 2021-12-31
Assembleia da República
Lei de Bases do Clima

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 6/2021 - Diário da República n.º 251/2021, Série I de 2021-12-29
Supremo Tribunal de Justiça
A existência de uma declaração sub-rogatória pelo credor, de acordo com o artigo 589.º do Código Civil, no confiador solidariamente responsável que satisfez o crédito, não afasta a aplicação do regime da sub-rogação legal e do direito ao reembolso pelos outros confiadores, na medida das suas quotas, resultante da conjugação dos artigos 650.º, n.º 1, e 524.º do Código Civil

Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021 - Diário da República n.º 251/2021, Série I de 2021-12-29
Presidência do Conselho de Ministros
Aprova a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030

Lei n.º 95/2021 - Diário da República n.º 251/2021, Série I de 2021-12-29
Assembleia da República
Regula a utilização e o acesso pelas forças e serviços de segurança e pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil a sistemas de videovigilância para captação, gravação e tratamento de imagem e som, revogando a Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro

Portaria n.º 325-C/2021 - Diário da República n.º 251/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-12-29
Finanças e Modernização do Estado e da Administração Pública
Aprova o Regulamento do Curso de Formação Específico para Ingresso na Carreira Especial de Gestão e Inspeção Tributária e Aduaneira e na Carreira Especial de Inspeção e Auditoria Tributária e Aduaneira da Autoridade Tributária e Aduaneira

Despacho n.º 12564-A/2021 - Diário da República n.º 247/2021, 1º Suplemento, Série II de 2021-12-23
Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Primeiro-Ministro
Concede tolerância de ponto aos trabalhadores que exercem funções públicas nos serviços da administração direta do Estado, sejam eles centrais ou desconcentrados, e nos institutos públicos nos dias 24 e 31 de dezembro

Resolução do Conselho de Ministros n.º 181-A/2021 - Diário da República n.º 247/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-12-23
Presidência do Conselho de Ministros
Altera as medidas aplicáveis no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Decreto-Lei n.º 119-B/2021 - Diário da República n.º 247/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-12-23
Presidência do Conselho de Ministros
Altera as medidas no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Decreto-Lei n.º 119-A/2021 - Diário da República n.º 246/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-12-22
Presidência do Conselho de Ministros
Altera as medidas no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Portaria n.º 307/2021 - Diário da República n.º 243/2021, Série I de 2021-12-17
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Determina a idade normal de acesso à pensão de velhice em 2023

Portaria n.º 301/2021 - Diário da República n.º 241/2021, Série I de 2021-12-15
Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Procede à atualização de pensões para 2022

Lei n.º 88/2021 - Diário da República n.º 241/2021, Série I de 2021-12-15
Assembleia da República
Regime transitório de obrigatoriedade do uso de máscara em espaços públicos

Lei n.º 87/2021 - Diário da República n.º 241/2021, Série I de 2021-12-15
Assembleia da República
Assegura, em matéria de extradição e de congelamento, apreensão e perda de bens, o cumprimento dos

Acordos entre a União Europeia e a República da Islândia e o Reino da Noruega e o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, alterando a Lei n.º 144/99, de 31 de agosto

Lei n.º 86/2021 - Diário da República n.º 241/2021, Série I de 2021-12-15
Assembleia da República
Cessação de vigência do regime excecional de flexibilização da execução das penas e das medidas de graça, no âmbito da pandemia COVID-19, aprovado pela Lei n.º 9/2020, de 10 de abril

Portaria n.º 294/2021 - Diário da República n.º 239/2021, Série I de 2021-12-13
Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Procede à atualização anual do valor do indexante dos apoios sociais (IAS)

Decreto-Lei n.º 109-G/2021 - Diário da República n.º 238/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-12-10
Presidência do Conselho de Ministros
Transpõe parcialmente a Diretiva (UE) 2019/2161, relativa à defesa dos consumidores

Decreto-Lei n.º 109-E/2021 - Diário da República n.º 237/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-12-09
Presidência do Conselho de Ministros
Cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção e estabelece o regime geral de prevenção da corrupção

Decreto-Lei n.º 109-A/2021 - Diário da República n.º 236/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-12-07
Presidência do Conselho de Ministros
Atualiza as remunerações da Administração Pública e aumenta a respetiva base remuneratória

Decreto-Lei n.º 109-B/2021 - Diário da República n.º 236/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-12-07
Presidência do Conselho de Ministros
Aprova a atualização do valor da retribuição mínima mensal garantida e cria uma medida excecional de compensação

Mapa Oficial n.º 1-C/2021 - Diário da República n.º 235/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-12-06
Comissão Nacional de Eleições
Número de deputados a eleger para a Assembleia da República e a sua distribuição pelos círculos eleitorais

Lei n.º 83/2021 - Diário da República n.º 235/2021, Série I de 2021-12-06
Assembleia da República
Modifica o regime de teletrabalho, alterando o Código do Trabalho e a Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro, que regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais

Decreto do Presidente da República n.º 91/2021 - Diário da República n.º 234-B/2021, Série I de 2021-12-05
Presidência da República
Dissolve a Assembleia da República

Parecer do Conselho de Estado n.º 1/2021 - Diário da República n.º 234-B/2021, Série I de 2021-12-05
Conselho de Estado
Pronuncia-se sobre a dissolução da Assembleia da República

Decreto do Presidente da República n.º 89/2021 - Diário da República n.º 234-A/2021, Série I de 2021-12-04
Presidência da República
Nomeia, sob proposta do Primeiro-Ministro, Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem para o cargo de Ministra da Administração Interna

Despacho n.º 11943-A/2021 - Diário da República n.º 233/2021, 1º Suplemento, Série II de 2021-12-02
Finanças - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais
Aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente para vigorarem durante o ano de 2022

2021 – NOVEMBRO

Mapa Oficial n.º 1-B/2021 - Diário da República n.º 231/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-11-29
Comissão Nacional de Eleições
Mapa oficial dos resultados das eleições gerais para os titulares dos órgãos das autarquias locais de 26 de setembro de 2021

Lei n.º 80/2021 - Diário da República n.º 231/2021, Série I de 2021-11-29
Assembleia da República
Clarifica os processos de revisão ou reavaliação do grau de incapacidade, alterando o Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de outubro, que estabelece o regime de avaliação de incapacidade das pessoas com deficiência para efeitos de acesso às medidas e benefícios previstos na lei

Portaria n.º 274-A/2021 - Diário da República n.º 231/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-11-29
Economia e Transição Digital
Estabelece o modelo, procedimentos e condições necessárias à aplicação do Decreto-Lei n.º 66/2021, de 30 de julho, que cria a tarifa social de fornecimento de serviços de Internet

Resolução do Conselho de Ministros n.º 157/2021 - Diário da República n.º 230-A/2021, Série I de 2021-11-27
Presidência do Conselho de Ministros
Declara a situação de calamidade no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Declaração de Retificação n.º 41/2021 - Diário da República n.º 239/2021, Série I de 2021-12-13
Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral
Retifica o Decreto-Lei n.º 104/2021, de 27 de novembro, que altera as medidas no âmbito da pandemia da doença COVID-19
Decreto-Lei n.º 104/2021 - Diário da República n.º 230-A/2021, Série I de 2021-11-27
Presidência do Conselho de Ministros
Altera as medidas no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Resolução da Assembleia da República n.º 299/2021 - Diário da República n.º 230/2021, Série I de 2021-11-26
Assembleia da República
Eleição do Provedor de Justiça

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 5/2021 - Diário da República n.º 229/2021, Série I de 2021-11-25
Supremo Tribunal de Justiça
O acórdão da Relação que, incidindo sobre a decisão de 1.ª instância proferida ao abrigo do n.º 3 do artigo 942.º do CPC, aprecia a existência ou inexistência da obrigação de prestar contas, admite recurso de revista, nos termos gerais

Lei n.º 77/2021 - Diário da República n.º 227/2021, Série I de 2021-11-23
Assembleia da República
Altera a Lei da Organização do Sistema Judiciário e o Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de março, que estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais

Lei n.º 75/2021 - Diário da República n.º 224/2021, Série I de 2021-11-18
Assembleia da República
Reforça o acesso ao crédito e contratos de seguros por pessoas que tenham superado ou mitigado situações de risco agravado de saúde ou de deficiência, proibindo práticas discriminatórias e consagrando o direito ao esquecimento, alterando a Lei n.º 46/2006, de 28 de agosto, e o regime jurídico do contrato de seguro

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 4/2021 - Diário da República n.º 221/2021, Série I de 2021-11-15
Supremo Tribunal de Justiça
Nas acções de investigação de paternidade, intentadas nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 1817.º, ex vi do artigo 1873.º do CC, compete ao Réu/investigado o ónus de provar que o prazo de três anos referido no aludido normativo já se mostrava expirado à data em que o investigante intentou a acção

Decreto-Lei n.º 92-A/2021 - Diário da República n.º 216/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-11-08
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece um subsídio financeiro, de natureza transitória e excecional, a atribuir aos cidadãos nos seus consumos no setor dos combustíveis

Portaria n.º 236/2021 - Diário da República n.º 215/2021, Série I de 2021-11-05
Finanças e Justiça
Define o mapa de pessoal do Balcão Nacional do Arrendamento e do Serviço de Injunção em Matéria de Arrendamento

Decreto-Lei n.º 88/2021 - Diário da República n.º 213/2021, Série I de 2021-11-03
Presidência do Conselho de Ministros
Desenvolve o sistema de autenticação eletrónica dos cidadãos «Chave Móvel Digital»

2021 – OUTUBRO

Resolução do Conselho de Ministros n.º 142-A/2021 - Diário da República n.º 211/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-10-29
Presidência do Conselho de Ministros
Altera as medidas no âmbito da situação de alerta

Aviso n.º 19984/2021 - Diário da República n.º 206/2021, Série II de 2021-10-22
Conselho Superior da Magistratura
Procedimento concursal para o recrutamento de 30 postos de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, para o exercício de funções nos gabinetes de apoio aos magistrados judiciais dos tribunais judiciais, em regime de comissão de serviço

Acórdão (extrato) n.º 738/2021 - Diário da República n.º 206/2021, Série II de 2021-10-22
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma contida no artigo 7.º, n.º 7, da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 4-A/2020, de 6 de abril, na interpretação segundo a qual é válida e regular a contra-inquirição de testemunha ou declarante, numa sessão de audiência em processo judicial, através de sistema de comunicação à distância, quando a mesma tenha sido inquirida pela parte contrária presencialmente, em sessão realizada em data anterior

Acórdão (extrato) n.º 733/2021 - Diário da República n.º 206/2021, Série II de 2021-10-22
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma do artigo 243.º, n.º 1, alínea b), do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, em conjugação com a alínea f) do n.º 1 do artigo 238.º do mesmo diploma, na medida em que determina a cessação antecipada do procedimento de exoneração do passivo restante quando se apure que o devedor foi condenado, por sentença transitada em julgado, pela prática, nos 10 anos anteriores à data da entrada em juízo do pedido de declaração da insolvência ou posteriormente a esta data, de crime de insolvência dolosa previsto e punido no artigo 227.º, n.os 1 e 3, do Código Penal

Acórdão (extrato) n.º 731/2021 - Diário da República n.º 206/2021, Série II de 2021-10-22
Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma do artigo 100.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março, na interpretação segundo a qual a declaração de insolvência suspende o prazo prescricional das dívidas tributárias imputáveis ao devedor insolvente; não julga inconstitucional a norma do artigo 49.º, n.º 1, da lei geral tributária, na redação dada pela Lei n.º 53-A/2006, de 29 de dezembro, em conjugação com o artigo 2.º, alínea d), desta mesma lei e com o artigo 327.º, n.º 1, do Código Civil, na interpretação segundo a qual o prazo de prescrição das dívidas tributárias interrompido com a citação não volta a correr enquanto não transitar em julgado a decisão que puser termo ao processo

Acórdão (extrato) n.º 553/2021 - Diário da República n.º 206/2021, Série II de 2021-10-22
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma extraída do artigo 45.º, n.os 5 e 6, do Código de Processo Penal, no sentido de que não é passível de recurso para o Supremo Tribunal de Justiça a decisão proferida pelo Tribunal da Relação sobre incidente de recusa de juiz

Parecer (extrato) n.º 5/2020 - Diário da República n.º 204/2021, Série II de 2021-10-20
Ministério Público - Procuradoria-Geral da República
Os poderes do Ministério Público na fase intermédia do processo contraordenacional

Parecer (extrato) n.º 27/2020 - Diário da República n.º 204/2021, Série II de 2021-10-20
Ministério Público - Procuradoria-Geral da República
Cobrança das custas fixada na fase administrativa do processo contraordenacional

Parecer (extrato) n.º 15/2020 - Diário da República n.º 204/2021, Série II de 2021-10-20
Ministério Público - Procuradoria-Geral da República
Representação da Caixa Geral de Depósitos, S. A. - ação intentada para exercício do direito à indemnização por responsabilidade civil dos seus administradores

Parecer (extrato) n.º 14/2020 - Diário da República n.º 204/2021, Série II de 2021-10-20
Ministério Público - Procuradoria-Geral da República
Responsabilidade civil dos administradores para com a sociedade (empresa pública) - prescrição do direito à indemnização

Parecer (extrato) n.º 29/2020 - Diário da República n.º 204/2021, Série II de 2021-10-20
Ministério Público - Procuradoria-Geral da República
Perda de coisas perigosas no direito de mera ordenação social

Portaria n.º 209/2021 - Diário da República n.º 202/2021, Série I de 2021-10-18
Administração Interna e Justiça
Aprova o modelo de auto de notícia/denúncia padrão de violência doméstica, adiante designado de «Auto VD», a utilizar pela Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública, Polícia Judiciária e pelos Serviços do Ministério Público em situações de violência doméstica

Diretiva n.º 3/2021 - Diário da República n.º 192/2021, Série II de 2021-10-01
Ministério Público - Procuradoria-Geral da República
Cobrança coerciva de custas aplicadas na fase administrativa de processos de contraordenação - competência para a instauração de execução

Oficiais de Justiça de Portugal

2021 – SETEMBRO

Resolução do Conselho de Ministros n.º 135-A/2021 - Diário da República n.º 190/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-09-29

Presidência do Conselho de Ministros
Altera as medidas no âmbito da situação de alerta

Declaração de Retificação n.º 33/2021 - Diário da República n.º 199/2021, Série I de 2021-10-13
Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral
Retifica o Decreto-Lei n.º 78-A/2021, de 29 de setembro, que altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19
Decreto-Lei n.º 78-A/2021 - Diário da República n.º 190/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-09-29
Presidência do Conselho de Ministros
Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19

Acórdão (extrato) n.º 525/2021 - Diário da República n.º 187/2021, Série II de 2021-09-24
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma extraída do artigo 400.º, n.º 1, alínea e), do Código de Processo Penal, na interpretação segundo a qual não é admissível recurso, para o Supremo Tribunal de Justiça, de acórdãos proferidos em recurso, pelas Relações, que, revertendo decisão absolutória parcial proferida pela 1.ª instância, agravem, sem ultrapassar o limite de cinco anos, a pena unitária de prisão, suspensa na sua execução em que o arguido havia sido condenado na 1.ª instância; revoga o Acórdão n.º 102/21

Acórdão (extrato) n.º 524/2021 - Diário da República n.º 187/2021, Série II de 2021-09-24
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma resultante da conjugação dos artigos 400.º, n.º 1, alínea e), e 432.º, n.º 1, alínea b), ambos do Código de Processo Penal, na redação introduzida pela Lei n.º 20/2013, de 21 de fevereiro, na interpretação segundo a qual não é admissível recurso, para o Supremo Tribunal de Justiça, de acórdãos proferidos em recurso, pelas Relações, que, inovatoriamente face à absolvição ocorrida em 1.ª instância, condenem os arguidos em pena de prisão não superior a cinco anos, suspensa na sua execução; revoga o Acórdão n.º 100/21

Acórdão (extrato) n.º 523/2021 - Diário da República n.º 187/2021, Série II de 2021-09-24
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma resultante da conjugação dos artigos 432.º, n.º 1, alínea b), e 400.º, n.º 1, alínea e), ambos do Código de Processo Penal, na redação introduzida pela Lei n.º 20/2013, de 21 de fevereiro, na interpretação segundo a qual não é admissível recurso, para o Supremo Tribunal de Justiça, de acórdãos proferidos em recurso, pelas Relações, que condenem os arguidos em pena de multa, ainda que as decisões recorridas da 1.ª instância sejam absolutórias; revoga o Acórdão n.º 31/20; não conhece do recurso interposto pelo recorrente particular

Acórdão (extrato) n.º 491/2021 - Diário da República n.º 185/2021, Série II de 2021-09-22
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional a norma interpretativamente extraída do artigo 495.º, n.º 2, e do artigo 119.º, ambos do Código de Processo Penal, que permite a revogação da suspensão da pena de prisão não sujeita a condições ou acompanhada de regime de prova, com dispensa de audição presencial do arguido/condenado e sem que lhe tenha sido previamente dada a oportunidade de sobre a mesma se pronunciar, por esta preterição redundar em mera irregularidade

Acórdão (extrato) n.º 486/2021 - Diário da República n.º 185/2021, Série II de 2021-09-22
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a dimensão normativa extraída do artigo 359.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, na redação da Lei n.º 48/2007, de 29 de agosto, segundo a qual, perante uma alteração substancial dos factos descritos na acusação que não sejam autonomizáveis, o tribunal não pode proferir decisão de extinção da instância em curso e determinar a comunicação ao Ministério Público para que este proceda pela totalidade dos factos

Acórdão (extrato) n.º 485/2021 - Diário da República n.º 185/2021, Série II de 2021-09-22
Tribunal Constitucional

Julga inconstitucional a interpretação normativa extraída dos n.os 1 a 3 do artigo 35.º da Lei n.º 107/2009, de 14 de setembro, no sentido de que a atribuição de efeito suspensivo ao recurso judicial de decisão final condenatória, proferida em processo contraordenacional, por autoridade administrativa, depende do depósito do valor da coima aplicada e das custas do processo ou de garantia bancária no mesmo valor, na modalidade «à primeira solicitação», sem que o juiz da causa possa avaliar se de tal exigência resulta prejuízo considerável para o arguido; não conhece do recurso interposto ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 70.º da Lei do Tribunal Constitucional

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 687/2021 - Diário da República n.º 185/2021, Série I de 2021-09-22
Tribunal Constitucional
Decide, com referência ao Decreto n.º 167/XIV, da Assembleia da República, publicado no Diário da Assembleia da República, série II-A, n.º 177, de 29 de julho de 2021, e enviado ao Presidente da República para promulgação como lei, pronunciar-se pela inconstitucionalidade das normas constantes do seu artigo 5.º, na parte em que altera o artigo 17.º da Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro (Lei do Cibercrime)

Acórdão (extrato) n.º 675/2021 - Diário da República n.º 179/2021, Série II de 2021-09-14
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a interpretação extraída dos artigos 58.º, n.º 2, 59.º, n.os 1 e 2, e 101.º, todos do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, conjugados com o artigo 279.º do Código Civil, segundo a qual, na contagem do prazo de propositura da ação de impugnação do ato de adjudicação em sede de contencioso pré-contratual, não se atende à norma da alínea b) do artigo 279.º, mas apenas à norma da alínea c) do mesmo preceito

Despacho n.º 9116/2021 - Diário da República n.º 179/2021, Série II de 2021-09-14
Conselho Superior da Magistratura
Designação de assessores para os Gabinetes de Apoio aos Magistrados Judiciais

Despacho n.º 8945/2021 - Diário da República n.º 176/2021, Série II de 2021-09-09
Justiça - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça
Nomeia os juízes sociais para as causas de família e menores do Juízo de Família e Menores de Cascais do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste

Despacho n.º 8946/2021 - Diário da República n.º 176/2021, Série II de 2021-09-09
Justiça - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça
Nomeia os juízes sociais para as causas de família e menores do Juízo de Família e Menores do Barreiro do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

Portaria n.º 183/2021 - Diário da República n.º 170/2021, Série I de 2021-09-01
Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Fixa o montante percentual da taxa de justiça a atribuir ao Fundo de Cobrança Executiva da Segurança Social

Oficiais de Justiça de Portugal

2021 – AGOSTO

Aviso (extrato) n.º 16474/2021 - Diário da República n.º 169/2021, Série II de 2021-08-31
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Lista do movimento anual dos oficiais de justiça de 2021

Deliberação (extrato) n.º 907/2021 - Diário da República n.º 169/2021, Série II de 2021-08-31
Conselho Superior da Magistratura
Movimento judicial ordinário de 2021

Deliberação (extrato) n.º 902/2021 - Diário da República n.º 168/2021, Série II de 2021-08-30
Ministério Público - Procuradoria-Geral da República - Conselho Superior do Ministério Público
Movimento ordinário de magistrados do Ministério Público - 2021

Lei n.º 66/2021 - Diário da República n.º 164/2021, Série I de 2021-08-24
Assembleia da República
Modifica o regime de estacionamento, pernoita e aparcamento de autocaravanas, alterando o Código da Estrada e o Regulamento de Sinalização do Trânsito

Despacho n.º 8330/2021 - Diário da República n.º 163/2021, Série II de 2021-08-23
Justiça - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça
Nomeia os juízes sociais para as causas de família e menores do Juízo de Família e Menores de Vila Real do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real

Declaração de Retificação n.º 28-A/2021 - Diário da República n.º 167/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-08-27
Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral
Retifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 114-A/2021, de 20 de agosto, que declara a situação de contingência no âmbito da pandemia da doença COVID-19
Resolução do Conselho de Ministros n.º 114-A/2021 - Diário da República n.º 162/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-08-20
Presidência do Conselho de Ministros
Declara a situação de contingência no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 32/2021/M - Diário da República n.º 160/2021, Série I de 2021-08-18
Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa
Recomenda a abertura de procedimento concursal para a contratação de oficiais de justiça

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 3/2021 - Diário da República n.º 158/2021, Série I de 2021-08-16
Supremo Tribunal de Justiça
Quando o administrador da insolvência do promitente vendedor optar pela recusa do cumprimento de contrato-promessa de compra e venda, o promitente comprador tem direito a ser ressarcido pelo valor correspondente à prestação efetuada, nos termos dos artigos 106.º, n.º 2, 104.º, n.º 5, e 102.º, n.º 3, do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março

Lei n.º 57/2021 - Diário da República n.º 158/2021, Série I de 2021-08-16
Assembleia da República
Alarga a proteção das vítimas de violência doméstica, alterando a Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, o Código Penal e o Código de Processo Penal

Lei n.º 56/2021 - Diário da República n.º 158/2021, Série I de 2021-08-16
Assembleia da República
Introduz mecanismos de controlo da distribuição eletrónica dos processos da jurisdição administrativa e fiscal, alterando o Código de Processo nos Tribunais Administrativos e o Código de Procedimento e de Processo Tributário

Despacho n.º 8053-A/2021 - Diário da República n.º 157/2021, 1º Suplemento, Série II de 2021-08-13
Finanças, Justiça, Modernização do Estado e da Administração Pública e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Gabinetes do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais, da Secretária de Estado da Justiça e dos Secretários de Estado da Administração Pública e da Segurança Social
Clarifica que a prestação de trabalho no âmbito dos serviços de atendimento ao público não é compatível com teletrabalho

Lei n.º 55/2021 - Diário da República n.º 157/2021, Série I de 2021-08-13
Assembleia da República
Introduz mecanismos de controlo da distribuição eletrónica dos processos judiciais, alterando o Código de Processo Civil

Lei n.º 54/2021 - Diário da República n.º 157/2021, Série I de 2021-08-13
Assembleia da República
Transpõe a Diretiva (UE) 2019/1153 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019, que estabelece normas destinadas a facilitar a utilização de informações financeiras e de outro tipo para efeitos de prevenção, deteção, investigação ou repressão de determinadas infrações penais, e altera o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras

Despacho (extrato) n.º 7956/2021 - Diário da República n.º 156/2021, Série II de 2021-08-12
Ministério Público - Procuradoria-Geral da República
Cria o serviço de apostilas nos serviços do Ministério Público do Tribunal da Relação de Guimarães, procedendo, ainda, à alteração do Regulamento do Serviço de Apostilas

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 2/2021 - Diário da República n.º 151/2021, Série I de 2021-08-05
Supremo Tribunal de Justiça
A venda, em sede de processo de insolvência, de imóvel hipotecado, com arrendamento celebrado subsequentemente à hipoteca, não faz caducar os direitos do locatário de harmonia com o preceituado no artigo 109.º, n.º 3, do CIRE, conjugado com o artigo 1057,º do Código Civil, sendo inaplicável o disposto no n.º 2 do artigo 824.º do Código Civil

Despacho n.º 7625/2021 - Diário da República n.º 149/2021, Série II de 2021-08-03
Justiça - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça
Fixa em (euro) 210,00 (duzentos e dez) o montante da comparticipação no custo do procedimento das candidaturas aos concursos de ingresso na formação inicial de magistrados autorizados pelo Despacho n.º 7384/2021, da Ministra da Justiça, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 143, de 26 de julho de 2021

Despacho n.º 7626/2021 - Diário da República n.º 149/2021, Série II de 2021-08-03
Justiça - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça
Nomeia os juízes sociais para as causas de família e menores do Juízo de Família e Menores de Setúbal do Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal

Despacho n.º 7624/2021 - Diário da República n.º 149/2021, Série II de 2021-08-03
Justiça - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça
Nomeia os juízes sociais para as causas de família e menores do Juízo de Família e Menores de Matosinhos do Tribunal Judicial da Comarca do Porto

Despacho n.º 7623/2021 - Diário da República n.º 149/2021, Série II de 2021-08-03
Justiça - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça
Nomeia os juízes sociais para as causas de família e menores do Juízo de Família e Menores do Porto do Tribunal Judicial da Comarca do Porto

Oficiais de Justiça de Portugal

2021 – JULHO

Despacho n.º 7385/2021 - Diário da República n.º 143/2021, Série II de 2021-07-26
Justiça - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça
Nomeia os juízes sociais para as causas de família e menores do Juízo de Competência Genérica da Horta do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 474/2021 - Diário da República n.º 142/2021, Série I de 2021-07-23
Tribunal Constitucional
Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas constantes dos n.os 1 e 3 do artigo

12.º da Lei n.º 38/2018, de 7 de agosto (Direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e à proteção das características sexuais de cada pessoa)

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 418/2021 - Diário da República n.º 142/2021, Série I de 2021-07-23
Tribunal Constitucional
Declara, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade da norma constante do n.º 4 do artigo 248.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, na parte em que impede a obtenção do apoio judiciário, na modalidade de dispensa do pagamento da taxa de justiça e demais encargos com o processo, aos devedores que tendo obtido a exoneração do passivo restante e cuja massa insolvente e o rendimento disponível foram insuficientes para o pagamento integral das custas e encargos do processo de exoneração, sem consideração pela sua concreta situação económica

Despacho n.º 7351/2021 - Diário da República n.º 142/2021, Série II de 2021-07-23
Justiça - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça
Nomeia os juízes sociais para as causas de família e menores do Juízo de Família e Menores de Portimão do Tribunal Judicial da Comarca de Faro

Despacho n.º 7118/2021 - Diário da República n.º 138/2021, Série II de 2021-07-19
Justiça - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça
Nomeia os juízes sociais para as causas de família e menores do Juízo de Competência Genérica de São Roque do Pico do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores

Aviso n.º 13594/2021 - Diário da República n.º 138/2021, Série II de 2021-07-19
Negócios Estrangeiros - Secretaria-Geral
Taxas de câmbio adotadas na cobrança de emolumentos consulares a efetuar a partir de 1 de agosto de 2021

Decreto-Lei n.º 56-C/2021 - Diário da República n.º 132/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-07-09
Presidência do Conselho de Ministros
Altera o regime contraordenacional no âmbito da situação de calamidade, contingência e alerta

Acórdão (extrato) n.º 293/2021 - Diário da República n.º 131/2021, Série II de 2021-07-08
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a interpretação normativa respeitante ao artigo 135.º, n.os 3 e 4, do Código de Processo Penal (aplicável ex vi do n.º 4 do artigo 417.º do Código de Processo Civil), nos termos da qual a decisão do Tribunal da Relação que quebra o segredo profissional, invocado nos termos do disposto no artigo 135.º do Código de Processo Penal, é irrecorrível, em virtude de proibição implícita constante daqueles preceitos normativos

Decreto n.º 18-A/2021 - Diário da República n.º 130/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-07-07
Presidência do Conselho de Ministros
Fixa a data de 26 de setembro de 2021 para as eleições gerais para os órgãos das autarquias locais

Decreto-Lei n.º 56-B/2021 - Diário da República n.º 130/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-07-07
Presidência do Conselho de Ministros
Altera o regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda e estabelece a garantia de fornecimento de serviços essenciais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Decreto-Lei n.º 56-A/2021 - Diário da República n.º 129/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-07-06
Presidência do Conselho de Ministros
Prorroga medidas extraordinárias de apoio aos trabalhadores e às empresas, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 272/2021 - Diário da República n.º 129/2021, Série I de 2021-07-06
Tribunal Constitucional
Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da interpretação conjugada das normas contidas no artigo 334.º do Código do Trabalho e no artigo 481.º, n.º 2, proémio, do Código das Sociedades Comerciais, na parte em que impede a responsabilidade solidária da sociedade com sede fora de território

nacional, em relação de participações recíprocas, de domínio ou de grupo com uma sociedade portuguesa, pelos créditos emergentes da relação de trabalho subordinado estabelecida com esta, ou da sua rutura

Portaria n.º 138-E/2021 - Diário da República n.º 126/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-07-01
Presidência do Conselho de Ministros, Administração Interna e Justiça
Aprova os modelos dos documentos comprovativos da atribuição do estatuto de vítima e do estatuto de vítima especialmente vulnerável, incluindo por crime de violência doméstica

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 318/2021 - Diário da República n.º 126/2021, Série I de 2021-07-01
Tribunal Constitucional
Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma contida no artigo 112.º, n.º 1, alínea b), subalínea iii), do Código do Trabalho, na redação introduzida pela Lei n.º 93/2019, de 4 de setembro, na parte que se refere aos trabalhadores que «estejam à procura do primeiro emprego», quando aplicável a trabalhadores que anteriormente tenham sido contratados, com termo, por um período igual ou superior a 90 dias, por outro(s) empregador(es); não declara a inconstitucionalidade da norma contida no artigo 112.º, n.º 1, alínea b), subalínea iii), do Código do Trabalho, na redação do diploma referido na antecedente alínea, na parte remanescente; não declara a inconstitucionalidade da norma contida no artigo 142.º, n.os 1 e 2, do Código do Trabalho, na redação introduzida pela Lei n.º 93/2019, de 4 de setembro, e não declara a inconstitucionalidade da norma contida no artigo 502.º, n.º 1, alínea b), subalínea ii), do Código do Trabalho, na redação introduzida pela Lei n.º 93/2019, de 4 de setembro

2021 – JUNHO

Resolução do Conselho de Ministros n.º 77-A/2021 - Diário da República n.º 121/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-06-24
Presidência do Conselho de Ministros
Altera as medidas aplicáveis a determinados municípios no âmbito da situação de calamidade

Decreto-Lei n.º 54-A/2021 - Diário da República n.º 122/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-06-25
Presidência do Conselho de Ministros
Executa na ordem jurídica interna o Regulamento (UE) 2021/953, relativo ao Certificado Digital COVID da UE

Acórdão (extrato) n.º 283/2021 - Diário da República n.º 121/2021, Série II de 2021-06-24
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a interpretação do artigo 407.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, segundo a qual «o recurso interposto da decisão que indefere o requerimento de nulidade das diligências de busca e apreensão de correspondência eletrónica apenas deve subir com o que vier a ser interposto da decisão final»

Despacho n.º 6196/2021 - Diário da República n.º 121/2021, Série II de 2021-06-24
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Prorrogação de competências nos administradores judiciários para autorizar e estabelecer a execução de trabalho presencial na modalidade de jornada contínua

Portaria n.º 126/2021 - Diário da República n.º 121/2021, Série I de 2021-06-24
Finanças, Justiça e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Regulamenta a consulta direta, pelos administradores judiciais, às bases de dados da administração tributária, da segurança social, da Caixa Geral de Aposentações, do Fundo de Garantia Salarial, do registo predial, do registo comercial, do registo automóvel, do registo civil e de outros registos ou arquivos semelhantes

Declaração de Retificação n.º 20/2021 - Diário da República n.º 126/2021, Série I de 2021-07-01
Assembleia da República

Retifica a Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, «Define o regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias e revoga a Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procede à reorganização administrativa do território das freguesias»
Lei n.º 39/2021 - Diário da República n.º 121/2021, Série I de 2021-06-24
Assembleia da República
Define o regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias e revoga a Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procede à reorganização administrativa do território das freguesias

Aviso (extrato) n.º 11507/2021 - Diário da República n.º 119/2021, Série II de 2021-06-22
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Homologação da lista de antiguidade do pessoal oficial de justiça do ano de 2020

Resolução do Conselho de Ministros n.º 76-A/2021 - Diário da República n.º 116/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-06-17
Presidência do Conselho de Ministros
Altera as medidas aplicáveis a determinados municípios no âmbito da situação de calamidade

Mapa n.º 1-A/2021 - Diário da República n.º 116/2021, 1º Suplemento, Série II de 2021-06-17
Administração Interna - Secretaria-Geral
Mapa com o número de eleitores inscritos no recenseamento eleitoral, apurados de acordo com as circunscrições de recenseamento

Decreto-Lei n.º 53-A/2021 - Diário da República n.º 115/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-06-16
Presidência do Conselho de Ministros
Altera diversas medidas no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Lei n.º 36-A/2021 - Diário da República n.º 113/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-06-14
Assembleia da República
Renova a imposição transitória da obrigatoriedade do uso de máscara em espaços públicos, prorrogando a vigência da Lei n.º 62-A/2020, de 27 de outubro

Lei n.º 36/2021 - Diário da República n.º 113/2021, Série I de 2021-06-14
Assembleia da República
Aprova a lei-quadro do estatuto de utilidade pública

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 1/2021 - Diário da República n.º 112/2021, Série I de 2021-06-11
Supremo Tribunal de Justiça
Os actos inseridos na tramitação dos processos qualificados como urgentes, cujos prazos terminem em férias judiciais, são praticados no dia do termo do prazo, não se transferindo a sua prática para o primeiro dia útil subsequente ao termo das férias judiciais

Portaria n.º 122/2021 - Diário da República n.º 112/2021, Série I de 2021-06-11
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Procede à primeira alteração da Portaria n.º 200/2020, de 19 de agosto, que cria e regulamenta o Programa de Acessibilidades aos Serviços Públicos e na Via Pública

Declaração de Retificação n.º 18-A/2021 - Diário da República n.º 113/2021, 3º Suplemento, Série I de 2021-06-14
Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral
Retifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 74-A/2021, de 9 de junho, que altera as medidas aplicáveis em situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19
Resolução do Conselho de Ministros n.º 74-A/2021 - Diário da República n.º 111/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-06-09
Presidência do Conselho de Ministros
Altera as medidas aplicáveis em situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Declaração de Retificação n.º 18-B/2021 - Diário da República n.º 117/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-06-18
Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral
Retifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 70-B/2021, de 4 de junho, que prossegue a estratégia do levantamento de medidas de confinamento no âmbito do combate à pandemia da doença COVID-19
Resolução do Conselho de Ministros n.º 70-B/2021 - Diário da República n.º 108/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-06-04
Presidência do Conselho de Ministros
Prossegue a estratégia do levantamento de medidas de confinamento no âmbito do combate à pandemia da doença COVID-19

Lei Orgânica n.º 1/2021 - Diário da República n.º 108/2021, Série I de 2021-06-04
Assembleia da República
Altera a Lei Eleitoral do Presidente da República, clarifica e simplifica a apresentação de candidaturas por grupos de cidadãos eleitores e assegura procedimentos adequados à realização das eleições para os órgãos das autarquias locais no contexto da pandemia da doença COVID-19, alterando diversas leis

Acórdão (extrato) n.º 221/2021 - Diário da República n.º 107/2021, Série II de 2021-06-02
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional a interpretação normativa extraída da conjugação do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1, e no n.º 2, do artigo 10.º com os n.os 1 e 3 do artigo 41.º, ambos do Estatuto dos Funcionários de Justiça, na redação do Decreto-Lei n.º 169/2003, de 1 de agosto, no sentido de que o fator de classificação "antiguidade na categoria (anos completos)» se aplica nos mesmos termos aos oficiais de justiça admitidos a concorrer nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do referido Estatuto, por deterem «curso superior adequado», previsto no Despacho Conjunto n.º 743/2000, de 7 de julho, e aos escrivães de direito e técnicos de justiça principais igualmente detentores de tal habilitação, admitidos a concorrer nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 10.º do mesmo Estatuto

Acórdão (extrato) n.º 265/2021 - Diário da República n.º 107/2021, Série II de 2021-06-02
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a interpretação, extraída do artigo 139.º, n.os 5 e 6, do Código de Processo Civil, no sentido de que a parte assistida por patrono nomeado, por lhe ter sido concedida pela Segurança Social proteção jurídica na vertente de apoio judiciário e modalidade de nomeação de patrono e pagamento de compensação a patrono, não está isenta da multa pela prática de ato no prazo adicional dos três dias úteis ali previsto

2021 – MAIO

Aviso n.º 10185/2021 - Diário da República n.º 105/2021, Série II de 2021-05-31
Justiça - Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P.
Procedimento por mobilidade para 17 técnicos de informática para o núcleo de Arquitetura e Sistemas de Informação para a área dos Tribunais – Veja também a Oferta na BEP.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 64-A/2021 - Diário da República n.º 104/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-05-28
Presidência do Conselho de Ministros
Prorroga a situação de calamidade e altera as medidas aplicáveis a determinados municípios no âmbito da situação de calamidade

Decreto Regulamentar n.º 2-A/2021 - Diário da República n.º 104/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-05-28

Presidência do Conselho de Ministros
Define o âmbito e as condições específicas de funcionamento do programa «IVAucher»

Lei n.º 32/2021 - Diário da República n.º 103/2021, Série I de 2021-05-27
Assembleia da República
Estabelece limitações à redação de cláusulas contratuais e prevê a criação de um sistema de controlo e prevenção de cláusulas abusivas, alterando o Decreto-Lei n.º 446/85, de 25 de outubro, que institui o regime jurídico das cláusulas contratuais gerais

Decreto-Lei n.º 37/2021 - Diário da República n.º 99/2021, Série I de 2021-05-21
Presidência do Conselho de Ministros
Cria uma medida excecional de compensação ao aumento do valor da retribuição mínima mensal garantida

Lei n.º 30/2021 - Diário da República n.º 99/2021, Série I de 2021-05-21
Assembleia da República
Aprova medidas especiais de contratação pública e altera o Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, o Código de Processo nos Tribunais Administrativos, aprovado em anexo à Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro, e o Decreto-Lei n.º 200/2008, de 9 de outubro

Acórdão (extrato) n.º 176/2021 - Diário da República n.º 97/2021, Série II de 2021-05-19
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a interpretação normativa resultante do artigo 671.º, n.º 2, do Código de Processo Civil, segundo a qual não é admissível recurso de revista para o Supremo Tribunal de Justiça da decisão proferida pelo Tribunal da Relação, no âmbito do incidente sobre a quebra do sigilo profissional, ao abrigo do artigo 135.º do Código de Processo Penal, interposto pelo obrigado ao sigilo

Acórdão (extrato) n.º 145/2021 - Diário da República n.º 97/2021, Série II de 2021-05-19
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma prevista no artigo 69.º, n.º 2, do Código Penal, na interpretação segundo a qual, em caso de condenação pela prática do crime de desobediência a que alude a alínea c) do respetivo n.º 1, não é permitido restringir a proibição de condução a uma determinada categoria de veículos motorizados, ou excluir dessa proibição a condução da categoria de veículos utilizada pelo arguido no exercício da sua atividade profissional de motorista

Acórdão (extrato) n.º 147/2021 - Diário da República n.º 97/2021, Série II de 2021-05-19
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma do artigo 188.º, n.º 6, alínea a), do Código de Processo Penal, na redação dada pela Lei n.º 48/2007, de 29 de agosto, no sentido de que o juiz de instrução criminal determina a destruição imediata dos suportes técnicos e relatórios manifestamente estranhos ao processo, que digam respeito a conversações em que não intervenham pessoas referidas no n.º 4 do artigo 187.º do mesmo diploma, sem que antes o arguido deles tenha conhecimento e possa pronunciar-se sobre a sua relevância

Acórdão (extrato) n.º 121/2021 - Diário da República n.º 97/2021, Série II de 2021-05-19
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a interpretação normativa dos artigos 17.º, 53.º, n.º 2, alínea b), e 269.º, n.º 1, alínea f), do Código de Processo Penal, segundo a qual está subtraída ao Juiz de Instrução Criminal a competência para conhecer das invalidades processuais dos atos de constituição de arguido e aplicação de Termo de Identidade e Residência, praticados pelo Ministério Público; não conhece do objeto do recurso quanto a uma das questões de inconstitucionalidade colocadas por um dos recorrentes

Lei n.º 28/2021 - Diário da República n.º 96/2021, Série I de 2021-05-18
Assembleia da República
Cessação de vigência de decretos-leis publicados entre os anos de 1986 e 1991

Resolução do Conselho de Ministros n.º 59-B/2021 - Diário da República n.º 94/2021, 4º Suplemento, Série I de 2021-05-14

Presidência do Conselho de Ministros
Declara a situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

2021 – ABRIL

Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-C/2021 - Diário da República n.º 84/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-04-30
Presidência do Conselho de Ministros
Declara a situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 172/2021 - Diário da República n.º 81/2021, Série I de 2021-04-27
Tribunal Constitucional
Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma contida no n.º 6 do artigo 10.º da Lei n.º 25/2006, de 30 de junho, quando interpretada no sentido de estabelecer uma presunção inilidível em relação ao autor da contraordenação, independentemente da prova que sobre a autoria for feita em processo judicial

Aviso (extrato) n.º 7673/2021 - Diário da República n.º 80/2021, Série II de 2021-04-26
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Movimento extraordinário dos oficiais de justiça de fevereiro de 2021

Lei n.º 21/2021 - Diário da República n.º 76/2021, Série I de 2021-04-20
Assembleia da República
Altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, o Código do Imposto do Selo, o Código Fiscal do Investimento, o Código do Imposto sobre os Veículos e o Código do Imposto Único de Circulação e cria uma medida extraordinária de contagem de prazos no âmbito do IRC

Declaração de Retificação n.º 12-A/2021 - Diário da República n.º 77/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-04-21
Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral
Retifica o Decreto n.º 7/2021, de 17 de abril, da Presidência do Conselho de Ministros, que regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 74-A, de 17 de abril de 2021
Decreto n.º 7/2021 - Diário da República n.º 74-A/2021, Série I de 2021-04-17
Presidência do Conselho de Ministros
Regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República

Despacho n.º 3863/2021 - Diário da República n.º 74/2021, Série II de 2021-04-16
Justiça - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça
Aprova o Regulamento de Cedência de Utilização de Curta Duração de Espaços Afetos à Área da Justiça

Decreto n.º 6-A/2021 - Diário da República n.º 73/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-04-15
Presidência do Conselho de Ministros
Regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República

Decreto Regulamentar Regional n.º 3-A/2021/A - Diário da República n.º 73/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-04-15
Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo
Regulamenta a aplicação, na Região Autónoma dos Açores, do Decreto do Presidente da República n.º 41-A/2021, de 14 de abril

Resolução da Assembleia da República n.º 114-A/2021 - Diário da República n.º 72/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-04-14
Assembleia da República
Autorização da renovação do estado de emergência

Decreto do Presidente da República n.º 41-A/2021 - Diário da República n.º 72/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-04-14
Presidência da República
Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública

Regulamento n.º 339/2021 - Diário da República n.º 71/2021, Série II de 2021-04-13
Justiça - Conselho dos Oficiais de Justiça – COJ
Regulamento das Inspeções

Lei n.º 13-B/2021 - Diário da República n.º 65/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-04-05
Assembleia da República
Cessa o regime de suspensão de prazos processuais e procedimentais adotado no âmbito da pandemia da doença COVID-19, alterando a Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março

Lei n.º 13-A/2021 - Diário da República n.º 65/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-04-05
Assembleia da República
Renova a imposição transitória da obrigatoriedade do uso de máscara em espaços públicos, prorrogando, pela segunda vez, a vigência da Lei n.º 62-A/2020, de 27 de outubro

Decreto n.º 6/2021 - Diário da República n.º 64-A/2021, Série I de 2021-04-03
Presidência do Conselho de Ministros
Regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República

2021 – MARÇO

Decreto-Lei n.º 25-A/2021 - Diário da República n.º 62/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-03-30
Presidência do Conselho de Ministros
Prorroga o regime excecional e transitório de reorganização do trabalho e de minimização de riscos de transmissão da infeção da doença COVID-19 no âmbito das relações laborais

Decreto n.º 5/2021 - Diário da República n.º 60-A/2021, Série I de 2021-03-28
Presidência do Conselho de Ministros
Regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República

Resolução da Assembleia da República n.º 90-A/2021 - Diário da República n.º 59/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-03-25
Assembleia da República
Autorização da renovação do estado de emergência

Decreto do Presidente da República n.º 31-A/2021 - Diário da República n.º 59/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-03-25
Presidência da República
Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública

Decreto-Lei n.º 23/2021 - Diário da República n.º 57/2021, Série I de 2021-03-23
Presidência do Conselho de Ministros
Determina a cessação de vigência de decretos-leis publicados entre os anos de 1986 e 1991

Despacho n.º 3053/2021 - Diário da República n.º 56/2021, Série II de 2021-03-22
Justiça - Conselho dos Oficiais de Justiça
Delegação e subdelegação no vice-presidente do Conselho dos Oficiais de Justiça, Dr. Rodolfo Santos de Serpa

Despacho n.º 3052/2021 - Diário da República n.º 56/2021, Série II de 2021-03-22
Justiça - Conselho dos Oficiais de Justiça
Nomeação como vice-presidente do Conselho dos Oficiais de Justiça do Dr. Rodolfo Santos de Serpa, juiz de direito

Decreto-Lei n.º 22-A/2021 - Diário da República n.º 53/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-03-17
Presidência do Conselho de Ministros
Prorroga prazos e estabelece medidas excecionais e temporárias no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Declaração de Retificação n.º 9-B/2021 - Diário da República n.º 58/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-03-24
Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral
Retifica o Decreto n.º 4/2021, de 13 de março, da Presidência do Conselho de Ministros, que regulamenta a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República, publicado do Diário da República, 1.ª série, n.º 50-A, de 13 de março de 2021
Decreto n.º 4/2021 - Diário da República n.º 50-A/2021, Série I de 2021-03-13
Presidência do Conselho de Ministros
Regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República

Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2021 - Diário da República n.º 50-A/2021, Série I de 2021-03-13
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece uma estratégia de levantamento de medidas de confinamento no âmbito do combate à pandemia da doença COVID-19

Resolução da Assembleia da República n.º 77-B/2021 - Diário da República n.º 49/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-03-11
Assembleia da República
Autorização da renovação do estado de emergência

Decreto do Presidente da República n.º 25-A/2021 - Diário da República n.º 49/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-03-11
Presidência da República
Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública

Despacho (extrato) n.º 2728/2021 - Diário da República n.º 49/2021, Série II de 2021-03-11
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Convertidas em definitivas as colocações provisórias de escrivães auxiliares e técnicos de justiça auxiliares

Portaria n.º 53/2021 - Diário da República n.º 48/2021, Série I de 2021-03-10
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Estabelece a idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral de segurança social em 2022

Aviso n.º 3904/2021 - Diário da República n.º 43/2021, Série II de 2021-03-03
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Realização de um movimento extraordinário de oficiais de justiça de fevereiro de 2021

Deliberação (extrato) n.º 219-A/2021 - Diário da República n.º 41/2021, 1º Suplemento, Série II de 2021-03-01

Ministério Público - Procuradoria-Geral da República - Conselho Superior do Ministério Público
Renovação da comissão de serviço dos magistrados do Ministério Público coordenadores de comarca

Deliberação (extrato) n.º 219-B/2021 - Diário da República n.º 41/2021, 1º Suplemento, Série II de 2021-03-01
Ministério Público - Procuradoria-Geral da República - Conselho Superior do Ministério Público
Nomeação, em comissão de serviço, dos magistrados do Ministério Público coordenadores de comarca

2021 – FEVEREIRO

Decreto n.º 3-F/2021 - Diário da República n.º 40/2021, 3º Suplemento, Série I de 2021-02-26
Presidência do Conselho de Ministros
Regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República

Resolução da Assembleia da República n.º 69-A/2021 - Diário da República n.º 39/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-02-25
Assembleia da República
Autorização da renovação do estado de emergência

Decreto do Presidente da República n.º 21-A/2021 - Diário da República n.º 39/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-02-25
Presidência da República
Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública

Lei n.º 7/2021 - Diário da República n.º 40/2021, Série I de 2021-02-26
Assembleia da República
Reforça as garantias dos contribuintes e a simplificação processual, alterando a Lei Geral Tributária, o Código de Procedimento e de Processo Tributário, o Regime Geral das Infrações Tributárias e outros atos legislativos

Despacho n.º 1934/2021 - Diário da República n.º 36/2021, Série II de 2021-02-22
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Delegação de competências nos administradores judiciários

Lei n.º 6/2021 - Diário da República n.º 35/2021, Série I de 2021-02-19
Assembleia da República
Prorroga o prazo para a prova de detenção de cofre pelos detentores de armas de fogo, previsto na Lei n.º 50/2019, de 24 de julho

Lei n.º 5/2021 - Diário da República n.º 35/2021, Série I de 2021-02-19
Assembleia da República
Período extraordinário de entrega voluntária de armas de fogo não manifestadas ou registadas

Despacho n.º 1689-A/2021 - Diário da República n.º 30/2021, 1º Suplemento, Série II de 2021-02-12
Educação - Gabinetes do Secretário de Estado Adjunto e da Educação e da Secretária de Estado da Educação
Altera o calendário de funcionamento das atividades educativas e letivas dos estabelecimentos de ensino e o calendário das provas e exames, aprovados pelo Despacho n.º 6906-B/2020, de 2 de julho, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 128, 2.º suplemento, de 3 de julho de 2020

Decreto n.º 3-E/2021 - Diário da República n.º 30/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-02-12
Presidência do Conselho de Ministros
Regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República

Decreto do Presidente da República n.º 11-A/2021 - Diário da República n.º 29/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-02-11
Presidência da República
Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública

Resolução da Assembleia da República n.º 63-A/2021 - Diário da República n.º 29/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-02-11
Assembleia da República
Autorização da renovação do estado de emergência

Lei n.º 4-B/2021 - Diário da República n.º 21/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-02-01
Assembleia da República
Estabelece um regime de suspensão de prazos processuais e procedimentais decorrente das medidas adotadas no âmbito da pandemia da doença COVID-19, alterando a Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março

Decreto-Lei n.º 10/2021 - Diário da República n.º 21/2021, Série I de 2021-02-01
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece a atualização da base remuneratória da Administração Pública e o valor do montante pecuniário correspondente aos níveis 5, 6 e 7 da tabela remuneratória única

2021 – JANEIRO

Despacho n.º 1242-D/2021 - Diário da República n.º 20/2021, 3º Suplemento, Série II de 2021-01-29
Administração Interna - Gabinete do Ministro
Determina os pontos de passagem autorizados na fronteira terrestre

Portaria n.º 25-A/2021 - Diário da República n.º 20/2021, 3º Suplemento, Série I de 2021-01-29
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece os serviços relevantes para efeitos de acolhimento, nos estabelecimentos de ensino, dos filhos ou outros dependentes a cargo dos respetivos profissionais

Decreto n.º 3-D/2021 - Diário da República n.º 20/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-01-29
Presidência do Conselho de Ministros
Regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República

Decreto do Presidente da República n.º 9-A/2021 - Diário da República n.º 19/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-01-28
Presidência da República
Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública

Resolução da Assembleia da República n.º 14-A/2021 - Diário da República n.º 19/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-01-28
Assembleia da República
Autorização da renovação do estado de emergência

Despacho n.º 1090-D/2021 - Diário da República n.º 17/2021, 3º Suplemento, Série II de 2021-01-26
Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Primeiro-Ministro
Solicita às entidades competentes a indicação de prioridades na vacinação contra a COVID-19, relativamente às pessoas que asseguram serviços essenciais nos respetivos órgãos

Decreto-Lei n.º 8-A/2021 - Diário da República n.º 15/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-01-22
Presidência do Conselho de Ministros

Altera o regime contraordenacional no âmbito da situação de calamidade, contingência e alerta e procede à qualificação contraordenacional dos deveres impostos pelo estado de emergência

Decreto-Lei n.º 8-B/2021 - Diário da República n.º 15/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-01-22
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece um conjunto de medidas de apoio no âmbito da suspensão das atividades letivas e não letivas presenciais

Decreto n.º 3-C/2021 - Diário da República n.º 15/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-01-22
Presidência do Conselho de Ministros
Altera a regulamentação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República

Decreto n.º 3-B/2021 - Diário da República n.º 12/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-01-19
Presidência do Conselho de Ministros
Altera a regulamentação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República

Despacho n.º 714-C/2021 - Diário da República n.º 10/2021, 2º Suplemento, Série II de 2021-01-15
Economia e Transição Digital - Gabinete do Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital
Proíbe a venda de bens tipicamente comercializados nos estabelecimentos de comércio a retalho encerrados ou com a atividade suspensa devido à declaração do estado de emergência

Decreto-Lei n.º 6-E/2021 - Diário da República n.º 10/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-01-15
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece mecanismos de apoio no âmbito do estado de emergência

Decreto-Lei n.º 6-A/2021 - Diário da República n.º 9/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-01-14
Presidência do Conselho de Ministros
Altera o regime contraordenacional no âmbito da situação de calamidade, contingência e alerta e agrava a contraordenação relativa ao teletrabalho obrigatório durante o estado de emergência

Decreto n.º 3-A/2021 - Diário da República n.º 9/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-01-14
Presidência do Conselho de Ministros
Regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República

Diretiva n.º 1/2021 - Diário da República n.º 9/2021, Série II de 2021-01-14
Ministério Público - Procuradoria-Geral da República
Diretivas e instruções genéricas para execução da Lei da Política Criminal para o biénio de 2020-2022

Acórdão (extrato) n.º 641/2020 - Diário da República n.º 9/2021, Série II de 2021-01-14
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional a norma contida na segunda parte do n.º 2 do artigo 637.º do Código de Processo Civil, quando estabelece, nos recursos em que se invoque um conflito jurisprudencial que se pretende ver resolvido, que o recorrente junta obrigatoriamente, sob pena de imediata rejeição, cópia, ainda que não certificada, do acórdão fundamento, sem que antes seja convidado a suprir essa omissão

Acórdão (extrato) n.º 640/2020 - Diário da República n.º 9/2021, Série II de 2021-01-14
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma do artigo 168.º, n.º 1, da Lei n.º 21/85, de 30 de julho, na redação dada pela Lei n.º 143/99, de 31 de agosto, segundo a qual a impugnação das deliberações do Conselho Superior da Magistratura relativas à classificação de serviço dos magistrados judiciais corre termos, não nos Tribunais Administrativos, mas numa secção especial do Supremo Tribunal de Justiça, cujo presidente é por inerência o presidente do Conselho Superior da Magistratura

Decreto do Presidente da República n.º 6-B/2021 - Diário da República n.º 8/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-01-13
Presidência da República
Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública

Resolução da Assembleia da República n.º 1-B/2021 - Diário da República n.º 8/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-01-13
Assembleia da República
Modificação da declaração do estado de emergência e autorização da sua renovação

Decreto-Lei n.º 4/2021 - Diário da República n.º 5/2021, Série I de 2021-01-08
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece o alargamento da ADSE aos titulares de contrato individual de trabalho que exerçam funções em entidades de natureza jurídica pública

Decreto n.º 2-A/2021 - Diário da República n.º 4/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-01-07
Presidência do Conselho de Ministros
Regulamenta a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República

Decreto do Presidente da República n.º 6-A/2021 - Diário da República n.º 3/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-01-06
Presidência da República
Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública

Resolução da Assembleia da República n.º 1-A/2021 - Diário da República n.º 3/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-01-06
Assembleia da República
Autorização da renovação do estado de emergência

Decreto n.º 1/2021 - Diário da República n.º 1-A/2021, Série I de 2021-01-01
Presidência do Conselho de Ministros
Declara o luto nacional pelo falecimento de Carlos do Carmo de Ascensão Almeida

Nota Anos 2020, 2021, 2022 e 2023:
Para melhor identificar todos os diplomas e outras publicações que se relacionaram com o surto da pandemia de COVID19, todas as entradas sobre este tema se apresentam nesta cor diferente.
(publicações desde 02MAR2020 até 04JUL2023)

2020 - DEZEMBRO

Lei n.º 75-B/2020 - Diário da República n.º 253/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-12-31
Assembleia da República
Orçamento do Estado para 2021

Lei n.º 75-C/2020 - Diário da República n.º 253/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-12-31
Assembleia da República
Lei das Grandes Opções para 2021-2023

Lei n.º 75-D/2020 - Diário da República n.º 253/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-12-31
Assembleia da República
Renovação da imposição transitória da obrigatoriedade do uso de máscara em espaços públicos, prorrogando a vigência da Lei n.º 62-A/2020, de 27 de outubro

Decreto-Lei n.º 109-A/2020 - Diário da República n.º 253/2020, 3º Suplemento, Série I de 2020-12-31
Presidência do Conselho de Ministros
Fixa o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2021

Decreto-Lei n.º 107/2020 - Diário da República n.º 253/2020, Série I de 2020-12-31
Presidência do Conselho de Ministros
Altera as medidas excecionais de proteção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social e demais entidades da economia social, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Decreto-Lei n.º 106-A/2020 - Diário da República n.º 252/2020, 3º Suplemento, Série I de 2020-12-30
Presidência do Conselho de Ministros
Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19

Portaria n.º 303-A/2020 - Diário da República n.º 250/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-12-28
Justiça e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Fixa o valor do fator de correção do Indexante Contributivo previsto no artigo 79.º-A do Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/2015, de 29 de junho, para o ano de 2021

Aviso n.º 20974/2020 - Diário da República n.º 250/2020, Série II de 2020-12-28
Conselho Superior da Magistratura
Procedimento concursal para o recrutamento de 54 postos de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, para o exercício de funções nos gabinetes de apoio aos magistrados judiciais dos tribunais judiciais, em regime de comissão de serviço

Acórdão (extrato) n.º 595/2020 - Diário da República n.º 249/2020, Série II de 2020-12-24
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma contida no artigo 12.º, n.º 3, da Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro, em conjugação com os artigos 113.º, n.º 10, e 119.º, alínea c), do Código de Processo Penal, na interpretação segundo a qual, realizada pelo tribunal a notificação para o pagamento voluntário previsto no referido preceito decorridos mais de 10 dias após a data do trânsito em julgado do acórdão condenatório, tal notificação não tem de ser realizada na pessoa do arguido, bastando que o seja na pessoa do advogado que o representa

Portaria n.º 298-B/2020 - Diário da República n.º 248/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-12-23
Saúde
Procede à criação e estabelece a implementação do Plano Nacional de Vacinação contra a COVID-19 (PNV COVID-19) através do Serviço Nacional de Saúde (SNS)

Decreto-Lei n.º 105/2020 - Diário da República n.º 248/2020, Série I de 2020-12-23
Presidência do Conselho de Ministros
Institui o Sistema Público de Apoio à Conciliação no Sobre-Endividamento

Despacho n.º 12497-A/2020 - Diário da República n.º 247/2020, 1º Suplemento, Série II de 2020-12-22
Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Primeiro-Ministro
Concede tolerância de ponto aos trabalhadores que exercem funções públicas nos serviços da administração direta do Estado, sejam eles centrais ou desconcentrados, e nos institutos públicos no dia 24 de dezembro

Decreto n.º 11-A/2020 - Diário da República n.º 246/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-12-21
Presidência do Conselho de Ministros
Regulamenta a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República

Despacho (extrato) n.º 12324/2020 - Diário da República n.º 245/2020, Série II de 2020-12-18
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Convertidas em definitivas as colocações provisórias de escrivães auxiliares e técnico de justiça auxiliar

Resolução da Assembleia da República n.º 90-A/2020 - Diário da República n.º 244/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-12-17
Assembleia da República
Autorização da renovação do estado de emergência

Decreto do Presidente da República n.º 66-A/2020 - Diário da República n.º 244/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-12-17
Presidência da República
Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública

Deliberação (extrato) n.º 1261/2020 - Diário da República n.º 244/2020, Série II de 2020-12-17
Conselho Superior da Magistratura
Nomeação de juízes presidentes dos tribunais judiciais das comarcas

Decreto-Lei n.º 102-B/2020 - Diário da República n.º 238/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-12-09
Presidência do Conselho de Ministros
Altera o Código da Estrada e legislação complementar, transpondo a Diretiva (UE) 2020/612

Decreto n.º 11/2020 - Diário da República n.º 236-A/2020, Série I de 2020-12-06
Presidência do Conselho de Ministros
Regulamenta a aplicação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República

Portaria n.º 278-A/2020 - Diário da República n.º 236/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-12-04
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Define os termos, condições e procedimentos do processo de candidatura, seleção, formação e avaliação das famílias de acolhimento, bem como o respetivo reconhecimento

Portaria n.º 278/2020 - Diário da República n.º 236/2020, Série I de 2020-12-04
Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Procede à atualização anual das pensões de acidentes de trabalho para o ano de 2020

Resolução da Assembleia da República n.º 89-A/2020 - Diário da República n.º 236/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-12-04
Assembleia da República
Autorização da renovação do estado de emergência

Decreto do Presidente da República n.º 61-A/2020 - Diário da República n.º 236/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-12-04
Presidência da República
Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública

Despacho n.º 11886-A/2020 - Diário da República n.º 235/2020, 1º Suplemento, Série II de 2020-12-03
Finanças - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais
Aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente para vigorarem durante o ano de 2021

Decreto n.º 10/2020 - Diário da República n.º 233-A/2020, Série I de 2020-12-01
Presidência do Conselho de Ministros
Declara luto nacional por um dia pelo falecimento de Eduardo Lourenço

Oficiais de Justiça de Portugal

2020 - NOVEMBRO

Decreto-Lei n.º 101-A/2020 - Diário da República n.º 232/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-11-27
Presidência do Conselho de Ministros
Altera o apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade em empresas em situação de crise empresarial e clarifica o regime excecional e temporário de faltas justificadas motivadas por assistência à família

Lei n.º 75/2020 - Diário da República n.º 232/2020, Série I de 2020-11-27
Assembleia da República
Processo extraordinário de viabilização de empresas

Decreto-Lei n.º 101/2020 - Diário da República n.º 231/2020, Série I de 2020-11-26
Presidência do Conselho de Ministros
Procede à criação de uma licença especial para reestruturação familiar e do respetivo subsídio, no âmbito do crime de violência doméstica

Despacho n.º 11718-A/2020 - Diário da República n.º 230/2020, 1º Suplemento, Série II de 2020-11-25
Administração Interna - Gabinete do Ministro
Aprova o Regulamento das Condições Materiais das Salas de Atendimento à Vítima em Estabelecimento Policial

Diretiva n.º 4/2020 - Diário da República n.º 230/2020, Série II de 2020-11-25
Ministério Público - Procuradoria-Geral da República
Exercício de poderes hierárquicos em processo penal - procedimentos

Decreto do Presidente da República n.º 60-A/2020 - Diário da República n.º 229/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-11-24
Presidência da República
Fixa o dia 24 de janeiro de 2021 para a eleição do Presidente da República

Decreto-Lei n.º 99/2020 - Diário da República n.º 227-B/2020, Série I de 2020-11-22
Presidência do Conselho de Ministros
Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19

Declaração de Retificação n.º 47-B/2020 - Diário da República n.º 229/2020, 3º Suplemento, Série I de 2020-11-24
Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral
Segunda retificação ao Decreto n.º 9/2020, de 21 de novembro, da Presidência do Conselho de Ministros, que regulamenta a aplicação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República
Declaração de Retificação n.º 47/2020 - Diário da República n.º 227-B/2020, Série I de 2020-11-22
Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral
Retifica o Decreto n.º 9/2020, de 21 de novembro, da Presidência do Conselho de Ministros, que regulamenta a aplicação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República
Decreto n.º 9/2020 - Diário da República n.º 227-A/2020, Série I de 2020-11-21
Presidência do Conselho de Ministros
Regulamenta a aplicação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República

Resolução da Assembleia da República n.º 87-A/2020 - Diário da República n.º 227/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-11-20
Assembleia da República
Autorização da renovação do estado de emergência

Decreto do Presidente da República n.º 59-A/2020 - Diário da República n.º 227/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-11-20
Presidência da República
Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 515/2020 - Diário da República n.º 225/2020, Série I de 2020-11-18
Tribunal Constitucional
Declara, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade da norma da alínea a) do n.º 5 do artigo 24.º da Lei n.º 34/2004, de 29 de julho, com o sentido de que o prazo interrompido por aplicação do n.º 4 do mesmo

artigo se inicia com a notificação ao patrono nomeado da sua designação, quando o requerente do apoio judiciário desconheça essa nomeação, por dela ainda não ter sido notificado

Lei n.º 72/2020 - Diário da República n.º 223/2020, Série I de 2020-11-16
Assembleia da República
Estabelece um regime transitório de simplificação de procedimentos administrativos e altera o Código do Procedimento Administrativo

Acórdão (extrato) n.º 476/2020 - Diário da República n.º 223/2020, Série II de 2020-11-16
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma extraída dos n.os 2 e 4 do artigo 246.º e do n.º 5 do artigo 229.º, ambos do Código de Processo Civil, aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho, quando interpretado no sentido de que é válida a citação efetuada por depósito do respetivo expediente na morada da sociedade comercial citanda, constante do ficheiro central de pessoas coletivas do Registo Nacional de Pessoas Coletivas, apesar de a carta de citação prévia, expedida para a mesma morada, ter sido devolvida com a indicação «Mudou-se»

Resolução do Conselho de Ministros n.º 96-B/2020 - Diário da República n.º 221/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-11-12
Presidência do Conselho de Ministros
Prorroga a declaração da situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Lei Orgânica n.º 4/2020 - Diário da República n.º 220/2020, Série I de 2020-11-11
Assembleia da República
Alarga o voto em mobilidade e uniformiza normas sobre a realização de atos eleitorais e referendários, alterando as leis eleitorais para o Presidente da República, a Assembleia da República e dos órgãos das autarquias locais, as leis orgânicas do regime do referendo e do referendo local e o regime jurídico do recenseamento eleitoral

Lei Orgânica n.º 3/2020 - Diário da República n.º 220/2020, Série I de 2020-11-11
Assembleia da República
Regime excecional e temporário de exercício de direito de voto antecipado para os eleitores que estejam em confinamento obrigatório, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, em atos eleitorais e referendários a realizar no ano de 2021

Deliberação (extrato) n.º 1162/2020 - Diário da República n.º 220/2020, Série II de 2020-11-11
Conselho Superior da Magistratura
Nomeação de juízes conselheiros para o Supremo Tribunal de Justiça

Acórdão (extrato) n.º 489/2020 - Diário da República n.º 219/2020, Série II de 2020-11-10
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional a norma do artigo 248.º, n.º 4, do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE), na parte em que impede a obtenção do apoio judiciário, na modalidade de dispensa do pagamento da taxa de justiça e demais encargos com o processo, aos devedores que tendo obtido a exoneração do passivo restante e cuja massa insolvente e o rendimento disponível foram insuficientes para o pagamento integral das custas e encargos do processo de exoneração, sem consideração pela sua concreta situação económica

Acórdão (extrato) n.º 289/2020 - Diário da República n.º 219/2020, Série II de 2020-11-10
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional o n.º 1 do artigo 165.º do Código de Processo Penal, interpretado no sentido de que, em sede de recurso para a Relação que abrange a matéria de facto, é extemporânea e como tal inadmissível a junção de documentos considerados pela defesa como essenciais e imprescindíveis para aferir da justeza da condenação que tenham sido produzidos e conhecidos pelo recorrente somente depois da decisão da primeira instância ou após a interposição do recurso, quando tais documentos, objetivamente considerados, comportam apenas uma outra valoração de situações já objeto de perícias ordenadas pelo tribunal de primeira instância

Lei Orgânica n.º 2/2020 - Diário da República n.º 219/2020, Série I de 2020-11-10
Assembleia da República
Nona alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade

Decreto n.º 8/2020 - Diário da República n.º 217-A/2020, Série I de 2020-11-08
Presidência do Conselho de Ministros
Regulamenta a aplicação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República

Resolução da Assembleia da República n.º 83-A/2020 - Diário da República n.º 217/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-11-06
Assembleia da República
Autorização da declaração do estado de emergência

Decreto do Presidente da República n.º 51-U/2020 - Diário da República n.º 217/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-11-06
Presidência da República
Declara o estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública

Despacho n.º 10942-A/2020 - Diário da República n.º 217/2020, 2º Suplemento, Série II de 2020-11-06
Administração Interna, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Saúde - Gabinetes do Ministro da Administração Interna e das Ministras do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Saúde
Cria estruturas de apoio de retaguarda (EAR), em todos os distritos do território continental, para acolher pessoas infetadas com SARS-CoV-2 e utentes de estruturas residenciais para pessoas idosas (ERPI), infetados com SARS-CoV-2, que careçam de apoio específico, sem necessidade de internamento hospitalar

Resolução do Conselho de Ministros n.º 93/2020 - Diário da República n.º 215/2020, Série I de 2020-11-04
Presidência do Conselho de Ministros
Determina a aprovação de medidas de uniformização e atenuação de custos para os utilizadores de autoestradas

Decreto-Lei n.º 96/2020 - Diário da República n.º 215/2020, Série I de 2020-11-04
Presidência do Conselho de Ministros
Prevê a dispensa de cobrança de taxas moderadoras nas consultas e em todos os exames complementares de diagnóstico e terapêutica prescritos no âmbito da rede de prestação de cuidados de saúde primários

Lei n.º 65/2020 - Diário da República n.º 215/2020, Série I de 2020-11-04
Assembleia da República
Estabelece as condições em que o tribunal pode decretar a residência alternada do filho em caso de divórcio, separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento dos progenitores, alterando o Código Civil

Decreto-Lei n.º 94-A/2020 - Diário da República n.º 214/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-11-03
Presidência do Conselho de Ministros
Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19

Resolução do Conselho de Ministros n.º 92-A/2020 - Diário da República n.º 213/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-11-02
Presidência do Conselho de Ministros
Declara a situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Oficiais de Justiça de Portugal

2020 - OUTUBRO

Portaria n.º 256/2020 - Diário da República n.º 210/2020, Série I de 2020-10-28
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Simplifica o processo de reconhecimento do Estatuto do Cuidador Informal, aprovado em anexo à Lei n.º 100/2019, de 6 de setembro

Regulamento n.º 946/2020 - Diário da República n.º 210/2020, Série II de 2020-10-28
Ministério Público - Procuradoria-Geral da República - Conselho Superior do Ministério Público
Regulamento de Movimento dos Magistrados do Ministério Público

Lei n.º 62-A/2020 - Diário da República n.º 209/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-10-27
Assembleia da República
Imposição transitória da obrigatoriedade do uso de máscara em espaços públicos

Resolução do Conselho de Ministros n.º 89-A/2020 - Diário da República n.º 208/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-10-26
Presidência do Conselho de Ministros
Determina a limitação de circulação entre diferentes concelhos do território continental no período entre as 00h00 de 30 de outubro e as 06h00 de dia 3 de novembro de 2020

Decreto n.º 7-A/2020 - Diário da República n.º 208/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-10-26
Presidência do Conselho de Ministros
Declara o luto nacional no dia 2 de novembro de 2020 e presta homenagem a todos os falecidos, em especial às vítimas da pandemia da doença COVID-19

Declaração de Retificação n.º 43/2020 - Diário da República n.º 216/2020, Série I de 2020-11-05
Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral
Retifica a Portaria n.º 250-B/2020, de 23 de outubro, que regulamenta as condições e os procedimentos de atribuição do apoio extraordinário de proteção social para trabalhadores em situação de desproteção económica e social e que não tenham acesso a qualquer instrumento ou mecanismo de proteção social
Portaria n.º 250-B/2020 - Diário da República n.º 207/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-10-23
Finanças, Justiça e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Portaria que regulamenta as condições e os procedimentos de atribuição do apoio extraordinário de proteção social para trabalhadores em situação de desproteção económica e social e que não tenham acesso a qualquer instrumento ou mecanismo de proteção social

Parecer (extrato) n.º 7/2020 - Diário da República n.º 207/2020, Série II de 2020-10-23
Ministério Público - Procuradoria-Geral da República
Extinção do aviso prévio de greve do SFJ, Sindicato dos Funcionários Judiciais.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 88-B/2020 - Diário da República n.º 206/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-10-22
Presidência do Conselho de Ministros
Define medidas especiais aplicáveis aos concelhos de Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira no âmbito da situação de calamidade

Decreto-Lei n.º 87-A/2020 - Diário da República n.º 201/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-10-15
Presidência do Conselho de Ministros
Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19

Resolução do Conselho de Ministros n.º 88-A/2020 - Diário da República n.º 200/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-10-14
Presidência do Conselho de Ministros
Declara a situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2020 - Diário da República n.º 200/2020, Série I de 2020-10-14
Presidência do Conselho de Ministros
Define orientações e recomendações relativas à organização e funcionamento dos serviços públicos de atendimento aos cidadãos e empresas no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2020 - Diário da República n.º 200/2020, Série I de 2020-10-14
Presidência do Conselho de Ministros
Define orientações e recomendações relativas à organização do trabalho na Administração Pública no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Lei n.º 61/2020 - Diário da República n.º 199/2020, Série I de 2020-10-13
Assembleia da República
Autoriza o Governo a legislar em matéria relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços, transpondo a Diretiva (UE) n.º 2018/957, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de junho de 2018, e procedendo à primeira alteração à Lei n.º 29/2017, de 30 de maio

Despacho n.º 9857/2020 - Diário da República n.º 199/2020, Série II de 2020-10-13
Justiça - Conselho dos Oficiais de Justiça
Delegação, subdelegação e ratificação de ato

Despacho n.º 9856/2020 - Diário da República n.º 199/2020, Série II de 2020-10-13
Justiça - Conselho dos Oficiais de Justiça
Designação de vice-presidente

Portaria n.º 239/2020 - Diário da República n.º 198/2020, Série I de 2020-10-12
Justiça
Altera a Portaria n.º 282/2013, de 29 de agosto, que regulamenta vários aspetos das ações executivas cíveis

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 4/2020 - Diário da República n.º 195/2020, Série I de 2020-10-07
Supremo Tribunal Administrativo
Acórdão do STA de 07 de Maio de 2020 no Processo n.º 19/19.8BESNT-A. Uniformiza a Jurisprudência nos seguintes termos: «A partir de 1 de setembro de 2016 e para as ações executivas que vierem a ser instauradas em juízo desde aquela data, «ex vi» dos arts. 04.º, n.º 1, als. l) e n), do ETAF, 157.º, n.º 5, do CPTA, 61.º e 89.º do DL n.º 433/82, de 27/10, 15.º, n.º 5, do DL n.º 214-G/2015, de 2/10, cabe à jurisdição administrativa a competência para a execução jurisdicional das decisões administrativas que, por violação de normas de direito administrativo em matéria de urbanismo, hajam aplicado coimas e tenham estas sido alvo ou não de impugnação»

Resolução da Assembleia da República n.º 78/2020 - Diário da República n.º 195/2020, Série I de 2020-10-07
Assembleia da República
Apreciação da aplicação do estado de emergência, declarado pelo Decreto do Presidente da República n.º 20-A/2020, de 17 de abril

Resolução da Assembleia da República n.º 77/2020 - Diário da República n.º 194/2020, Série I de 2020-10-06
Assembleia da República
Apreciação da aplicação do estado de emergência, declarado pelo Decreto do Presidente da República n.º 17-A/2020, de 2 de abril

Acórdão (extrato) n.º 393/2020 - Diário da República n.º 192/2020, Série II de 2020-10-01
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional a norma extraível dos artigos 30.º e 31.º, n.º 6, da Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, na redação conferida pela Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, segundo a qual a falta de resposta do arrendatário à comunicação prevista no artigo 30.º determina a transição do contrato para o Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU), e vale como aceitação da renda, bem como do tipo e da duração do contrato propostos pelo senhorio, ficando o contrato submetido ao NRAU, sem que ao primeiro tenham sido comunicadas as alternativas que lhe assistem e sem que o mesmo tenha sido advertido do efeito associado ao seu eventual silêncio

Acórdão (extrato) n.º 398/2020 - Diário da República n.º 192/2020, Série II de 2020-10-01
Tribunal Constitucional

Julga inconstitucional a norma do n.º 3, com referência ao n.º 2, do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 387-A/87, de 29 de dezembro, enquanto estabelece que incorre na pena de prisão até dois anos ou multa até 200 dias quem, sem justa causa, se recusar a responder ao inquérito (jurados em seleção para o tribunal de júri).

Acórdão (extrato) n.º 370/2020 - Diário da República n.º 192/2020, Série II de 2020-10-01
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma constante do n.º 2 do artigo 26.º-A do Regulamento das Custas Processuais, aditada pela Lei n.º 27/2019, de 28 de março, nos termos da qual a reclamação da nota discriminativa e justificativa das custas de parte está sujeita ao depósito da totalidade do valor da nota

Decreto-Lei n.º 79-A/2020 - Diário da República n.º 192/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-10-01
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece um regime excecional e transitório de reorganização do trabalho e de minimização de riscos de transmissão da infeção da doença COVID-19 no âmbito das relações laborais

2020 - SETEMBRO

Lei n.º 58-A/2020 - Diário da República n.º 191/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-09-30
Assembleia da República
Alarga o regime extraordinário de proteção dos arrendatários, procedendo à sexta alteração à Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março

Decreto-Lei n.º 78-A/2020 - Diário da República n.º 190/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-09-29
Presidência do Conselho de Ministros
Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19

Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2020 - Diário da República n.º 190/2020, Série I de 2020-09-29
Presidência do Conselho de Ministros
Prorroga a declaração da situação de contingência, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Aviso (extrato) n.º 14624/2020 - Diário da República n.º 188/2020, Série II de 2020-09-25
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Exclusão do procedimento de admissão por falta de início de funções. Primeiras colocações, oficiosas, de escrivães auxiliares e de técnicos de justiça auxiliares efetuadas ao abrigo do n.º 2 do artigo 46.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça e nomeação de outros em substituição.

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 299/2020 - Diário da República n.º 183/2020, Série I de 2020-09-18
Tribunal Constitucional
Declara, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade da norma constante do n.º 8 do artigo 1091.º do Código Civil, na redação dada pela Lei n.º 64/2018, de 29 de outubro

Resolução do Conselho de Ministros n.º 70-A/2020 - Diário da República n.º 178/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-09-11
Presidência do Conselho de Ministros
Declara a situação de contingência, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Decreto-Lei n.º 62-A/2020 - Diário da República n.º 172/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-09-03
Presidência do Conselho de Ministros
Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19

2020 - AGOSTO

Aviso (extrato) n.º 12634/2020 - Diário da República n.º 169/2020, Série II de 2020-08-31
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Movimento anual dos oficiais de justiça de 2020

Deliberação (extrato) n.º 839/2020 - Diário da República n.º 169/2020, Série II de 2020-08-31
Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais
Movimento judicial ordinário de 2020

Resolução do Conselho de Ministros n.º 68-A/2020 - Diário da República n.º 168/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-08-28
Presidência do Conselho de Ministros
Prorroga a declaração da situação de contingência e alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Mapa Oficial n.º 3/2020 - Diário da República n.º 168/2020, Série I de 2020-08-28
Comissão Nacional de Eleições
Número de deputados a eleger para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a sua distribuição pelos círculos eleitorais

Deliberação (extrato) n.º 838/2020 - Diário da República n.º 168/2020, Série II de 2020-08-28
Conselho Superior da Magistratura
Movimento judicial ordinário 2020

Portaria n.º 205/2020 - Diário da República n.º 167/2020, Série I de 2020-08-27
Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Fixa o montante percentual da taxa de justiça a atribuir ao Fundo de Cobrança Executiva da Segurança Social (FCE)

Lei n.º 55/2020 - Diário da República n.º 167/2020, Série I de 2020-08-27
Assembleia da República
Define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2020-2022, em cumprimento da Lei n.º 17/2006, de 23 de maio, que aprova a Lei-Quadro da Política Criminal

Lei n.º 54/2020 - Diário da República n.º 166/2020, Série I de 2020-08-26
Assembleia da República
Reforça as medidas de proteção das vítimas de violência doméstica, procedendo à sexta alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro

Lei n.º 51/2020 - Diário da República n.º 165/2020, Série I de 2020-08-25
Assembleia da República
Quarta alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de junho (iniciativa legislativa de cidadãos)

Decreto do Presidente da República n.º 31/2020 - Diário da República n.º 163-A/2020, Série I de 2020-08-22
Presidência da República
Fixa, de harmonia com o artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, e dentro do período normal previsto neste diploma, o dia 25 de outubro de 2020 para a eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Lei Orgânica n.º 1-B/2020 - Diário da República n.º 163/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-08-21
Assembleia da República
Nona alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto

Lei Orgânica n.º 1-A/2020 - Diário da República n.º 163/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-08-21
Assembleia da República
Nona alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, que regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais

Lei n.º 45/2020 - Diário da República n.º 162/2020, Série I de 2020-08-20
Assembleia da República
Altera o regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda nos contratos de arrendamento não habitacional, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 4-C/2020, de 6 de abril

Lei n.º 41/2020 - Diário da República n.º 160/2020, Série I de 2020-08-18
Assembleia da República
Terceira alteração à Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, Lei de Enquadramento Orçamental, e primeira alteração à Lei n.º 2/2018, de 29 de janeiro

Lei n.º 40/2020 - Diário da República n.º 160/2020, Série I de 2020-08-18
Assembleia da República
Reforça o quadro sancionatório e processual em matéria de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores e estabelece deveres de informação e de bloqueio de sítios contendo pornografia de menores, concluindo a transposição da Diretiva 2011/93/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, alterando o Código Penal e o Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de janeiro

Lei n.º 39/2020 - Diário da República n.º 160/2020, Série I de 2020-08-18
Assembleia da República
Altera o regime sancionatório aplicável aos crimes contra animais de companhia, procedendo à quinquagésima alteração ao Código Penal, à trigésima sétima alteração ao Código de Processo Penal e à terceira alteração à Lei n.º 92/95, de 12 de setembro

Lei n.º 38/2020 - Diário da República n.º 160/2020, Série I de 2020-08-18
Assembleia da República
Medidas excecionais e temporárias para salvaguarda dos direitos dos trabalhadores e estudantes do ensino superior público

Decreto-Lei n.º 58-B/2020 - Diário da República n.º 158/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-08-14
Presidência do Conselho de Ministros
Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19

Decreto-Lei n.º 58-A/2020 - Diário da República n.º 158/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-08-14
Presidência do Conselho de Ministros
Clarifica as medidas excecionais e temporárias no âmbito do Programa de Estabilização Económica e Social

Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2020 - Diário da República n.º 158/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-08-14
Presidência do Conselho de Ministros
Prorroga a declaração da situação de contingência e alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Decreto Regulamentar n.º 3/2020 - Diário da República n.º 158/2020, Série I de 2020-08-14
Presidência do Conselho de Ministros
Altera as condições de organização e funcionamento das estruturas de atendimento, das respostas de acolhimento de emergência e das casas de abrigo que integram a rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica

Decreto-Lei n.º 58/2020 - Diário da República n.º 157/2020, Série I de 2020-08-13
Presidência do Conselho de Ministros
Procede à alteração das áreas de jurisdição dos Tribunais Administrativos e Fiscais de Castelo Branco e de Viseu

Lei n.º 31/2020 - Diário da República n.º 155/2020, Série I de 2020-08-11
Assembleia da República
Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 20/2020, de 1 de maio, que altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19

2020 - JULHO

Acórdão (extrato) n.º 330/2020 - Diário da República n.º 148/2020, Série II de 2020-07-31
Tribunal Constitucional
Defere pedido de inscrição, no registo próprio, existente no Tribunal, do partido político com a denominação «Volt Portugal»

Acórdão (extrato) n.º 175/2020 - Diário da República n.º 148/2020, Série II de 2020-07-31
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma do artigo 100.º do Código da Insolvência e Recuperação de Empresas [CIRE], aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março, quando interpretada no sentido de que a declaração de insolvência suspende o prazo prescricional das dívidas tributárias imputáveis ao responsável originário no âmbito do processo tributário

Resolução do Conselho de Ministros n.º 55-A/2020 - Diário da República n.º 148/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-07-31
Presidência do Conselho de Ministros
Declara a situação de contingência e alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Deliberação (extrato) n.º 774/2020 - Diário da República n.º 147/2020, Série II de 2020-07-30
Conselho Superior da Magistratura
Nomeação de juiz presidente da Comarca da Madeira - juiz de direito Dr. Filipe Duarte Freitas Câmara

Acórdão (extrato) n.º 260/2020 - Diário da República n.º 147/2020, Série II de 2020-07-30
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma que impõe um período de dois anos sobre a efetivação da cassação da carta durante o qual não pode ser obtido novo título de condução, resultante do n.º 11 do artigo 148.º do Código da Estrada

Despacho n.º 7437/2020 - Diário da República n.º 144/2020, Série II de 2020-07-27
Justiça - Gabinete da Ministra
Determina a criação das equipas de vigilância eletrónica de Braga e Santarém e a redefinição das áreas geográficas de intervenção, por comarca e concelho, das equipas de vigilância eletrónica

Lei n.º 27-A/2020 - Diário da República n.º 143/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-07-24
Assembleia da República
Procede à alteração de diversos diplomas:
– Lei n.º 2/2020 de 31MAR (Orçamento do Estado para 2020);
– Lei 4/2020 de 31MAR (Quadro plurianual de programação orçamental);
– Lei 98/97 de 26AGO (Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas);
– DL. 119/2015 de 29JUN (Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores);
– DL. 10-A/2020 de 13MAR (medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo coronavírus, alargando o apoio extraordinário à redução da atividade económica de microempresas e empresários em nome individual);
– DL. 10-J/2020 de 26MAR (medidas excecionais de proteção dos créditos das famílias, empresas, instituições, bem como um regime de garantias pessoais do Estado).

Portaria n.º 175/2020 - Diário da República n.º 143/2020, Série I de 2020-07-24
Justiça
Determina a classificação dos estabelecimentos prisionais em função do nível de segurança e do grau de complexidade de gestão

Resolução da Assembleia da República n.º 48/2020 - Diário da República n.º 143/2020, Série I de 2020-07-24
Assembleia da República
Eleição para o Conselho Superior da Magistratura

Decreto-Lei n.º 40/2020 - Diário da República n.º 138/2020, Série I de 2020-07-17
Presidência do Conselho de Ministros
Cria um programa de incentivos à fixação de trabalhadores do Estado no interior

Decreto-Lei n.º 39-A/2020 - Diário da República n.º 137/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-07-16
Presidência do Conselho de Ministros
Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19

Declaração de Retificação n.º 25-A/2020 - Diário da República n.º 136/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-07-15
Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral
Retifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 53-A/2020, de 14 de julho, que declara a situação de calamidade, contingência e alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 135, 2.º suplemento, de 14 de julho de 2020
Resolução do Conselho de Ministros n.º 53-A/2020 - Diário da República n.º 135/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-07-14
Presidência do Conselho de Ministros
Declara a situação de calamidade, contingência e alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Portaria n.º 170/2020 - Diário da República n.º 134/2020, Série I de 2020-07-13
Justiça
Determina a entrada em funcionamento do Juízo do Trabalho de Almada

Acórdão (extrato) n.º 286/2020 - Diário da República n.º 131/2020, Série II de 2020-07-08
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma resultante da interpretação do artigo 323.º, n.º 2, do Código Civil, no sentido de que numa ação executiva em que a citação só deve ocorrer depois da penhora dos bens do executado, para efeitos de interrupção do prazo prescricional, basta a propositura da ação, não sendo necessário que o exequente solicite expressamente a citação do executado

Acórdão (extrato) n.º 284/2020 - Diário da República n.º 131/2020, Série II de 2020-07-08
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional o artigo 225.º, n.º 1, alínea c), do Código de Processo Penal, na redação da Lei n.º 48/2007, de 29 de agosto, interpretado no sentido de se não considerar que não foi agente do crime ou atuou justificadamente o arguido a quem foi aplicada a medida de coação de prisão preventiva e que vem a ser absolvido com fundamento no princípio *in dubio pro reo*

Acórdão (extrato) n.º 280/2020 - Diário da República n.º 131/2020, Série II de 2020-07-08
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucionais as normas constantes dos n.os 3 e 4 do artigo 12.º do regime constante do anexo ao Decreto-Lei n.º 269/98, de 1 de setembro (na redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 32/2003, de 17 de fevereiro), quando interpretadas no sentido de que, em caso de frustração da notificação do requerido (para, em 15 dias, pagar quantia não superior a EUR 15 000 ou deduzir oposição), através de carta registada com aviso de receção enviada para a morada indicada pelo requerente da injunção, por não reclamação da mesma, o subsequente envio de carta, por via postal simples, para essa morada, em conformidade com o previsto no n.º 4 do artigo 12.º, faz presumir a notificação do requerido, nos casos em que a morada para onde se remeteram ambas as cartas de notificação coincide com o local obtido junto das bases de dados de todos os serviços enumerados no n.º 3 do artigo 12.º; e revoga o Acórdão n.º 203/19

Acórdão (extrato) n.º 263/2020 - Diário da República n.º 131/2020, Série II de 2020-07-08
Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a interpretação, extraída do artigo 629.º, n.º 2, alínea d), do Código de Processo Civil, no sentido de que só é admissível recurso de revista do acórdão da Relação que verse sobre questões processuais com fundamento na sua contradição com outro, dessa ou de diferente Relação, no domínio da mesma legislação e sobre a mesma questão fundamental de direito, e do qual não caiba recurso ordinário por motivo estranho à alçada do tribunal, quando haja norma especial que vede o acesso ao Supremo Tribunal de Justiça

Acórdão (extrato) n.º 262/2020 - Diário da República n.º 131/2020, Série II de 2020-07-08
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma resultante dos artigos 2.º, n.º 1, 5.º, n.os 1 a 3, e 7.º, n.º 2, da Lei n.º 105/2009, de 14 de setembro, no sentido de que os menores apenas podem participar em programas de televisão após pedido e concessão de autorização pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)

Acórdão (extrato) n.º 261/2020 - Diário da República n.º 131/2020, Série II de 2020-07-08
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma contida no artigo 79.º, n.º 1, do Código Penal, interpretado no sentido de, perante continuação criminosa, a determinação do regime jurídico-penal aplicável operar por referência à data do último facto integrante da continuação, independentemente de esta integrar factos anteriores de maior gravidade

Acórdão (extrato) n.º 174/2020 - Diário da República n.º 131/2020, Série II de 2020-07-08
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional a interpretação normativa extraída da conjugação do artigo 4.º da Lei n.º 41/2013, de 26 de junho, do artigo 144.º, n.os 1, 7 e 8, do Código de Processo Civil, aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho, e da Portaria n.º 280/2013, de 26 de agosto, com o disposto nos artigos 286.º, 294.º e 295.º do Código Civil, e artigo 195.º do Código de Processo Civil, aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho, segundo a qual é nulo o recurso apresentado pelo arguido a juízo, por correio eletrónico, dentro do prazo, no âmbito do processo penal, sem prévio convite à apresentação daquela peça processual pela via considerada exigível

Acórdão (extrato) n.º 153/2020 - Diário da República n.º 131/2020, Série II de 2020-07-08
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma resultante da interpretação dos artigos 105.º, 374.º e 379.º do Código do Processo Penal, no sentido de que não é conferida a faculdade ao arguido de suscitar a nulidade de uma decisão (acórdão) e após [a decisão daquela] suscitar a sua aclaração

Acórdão (extrato) n.º 152/2020 - Diário da República n.º 131/2020, Série II de 2020-07-08
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional a norma segundo a qual o prazo de um ano para requerer o pagamento dos créditos laborais, certificados com a declaração de insolvência é de caducidade e insuscetível de qualquer interrupção ou suspensão, interpretativamente extraível do artigo 2.º, n.º 8, do Novo Regime do Fundo de Garantia Salarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 59/2015, de 21 de abril; não julga inconstitucional a norma que estabelece que o Fundo assegura o pagamento de créditos do trabalhador emergentes do contrato de trabalho ou da sua violação ou cessação que se tenham vencido nos seis meses anteriores à propositura da ação de insolvência, decorrente do artigo 2.º, n.º 4, do Novo Regime do Fundo de Garantia Salarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 59/2015, de 21 de abril

Acórdão (extrato) n.º 151/2020 - Diário da República n.º 131/2020, Série II de 2020-07-08
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional norma contida nos artigos 14.º, n.º 1, do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas e 637.º, n.º 2, do Código de Processo Civil, interpretados no sentido de o recurso de revista, em processo especial de revitalização, com fundamento em oposição de acórdãos, ser imediatamente rejeitado no caso de o Recorrente não juntar cópia do acórdão-fundamento, sem que antes seja convidado a suprir essa omissão

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 258/2020 - Diário da República n.º 130/2020, Série I de 2020-07-07
Tribunal Constitucional
Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma contida no n.º 4 do artigo 222.º-G do

Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março, quando interpretada no sentido de o parecer do administrador judicial provisório que conclua pela situação de insolvência equivaler, por força do disposto no artigo 28.º do mesmo Diploma - ainda que com as necessárias adaptações -, à apresentação à insolvência por parte do devedor, quando este discorde da sua situação de insolvência

Aviso n.º 9983/2020 - Diário da República n.º 128/2020, Série II de 2020-07-03
Negócios Estrangeiros - Secretaria-Geral
Taxas de câmbio adotadas na cobrança de emolumentos consulares a efetuar a partir de 1 de julho de 2020

Despacho (extrato) n.º 6882/2020 - Diário da República n.º 128/2020, Série II de 2020-07-03
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Convertidas em definitivas as colocações provisórias de escrivães auxiliares e técnico de justiça auxiliar

Aviso (extrato) n.º 9830/2020 - Diário da República n.º 126/2020, Série II de 2020-07-01
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Exclusão do procedimento de admissão por falta de início de funções. Primeiras colocações, oficiosas, de escrivães auxiliares e de técnicos de justiça auxiliares efetuadas ao abrigo do n.º 2 do artigo 46.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça

Oficiais de Justiça de Portugal

2020 - JUNHO

Portaria n.º 161/2020 - Diário da República n.º 125/2020, Série I de 2020-06-30
Finanças e Justiça
Atualiza o valor da unidade de referência constante da tabela anexa à Portaria n.º 1386/2004, de 10 de novembro, na sua redação atual

Decreto-Lei n.º 30-A/2020 - Diário da República n.º 124/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-06-29
Presidência do Conselho de Ministros
Prorroga a vigência das normas excecionais e temporárias destinadas à prática de atos por meios de comunicação à distância, no âmbito da pandemia da doença COVID-1

Resolução do Conselho de Ministros n.º 51-A/2020 - Diário da República n.º 123/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-06-26
Presidência do Conselho de Ministros
Declara a situação de calamidade, contingência e alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Decreto-Lei n.º 28-B/2020 - Diário da República n.º 123/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-06-26
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece o regime contraordenacional, no âmbito da situação de calamidade, contingência e alerta

Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-B/2020 - Diário da República n.º 119/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-06-22
Presidência do Conselho de Ministros
Define regras especiais para a Área Metropolitana de Lisboa no âmbito da situação de calamidade declarada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 40-A/2020, de 29 de maio, na sua redação atual

Portaria n.º 149/2020 - Diário da República n.º 119/2020, Série I de 2020-06-22
Modernização do Estado e da Administração Pública, Ambiente e Ação Climática e Infraestruturas e Habitação
Define e regulamenta os termos em que é efetuada a demonstração da quebra de rendimentos para efeito da não suspensão do fornecimento de água, energia elétrica, gás natural e comunicações eletrónicas

Decreto-Lei n.º 26/2020 - Diário da República n.º 115/2020, Série I de 2020-06-16
Presidência do Conselho de Ministros
Altera as medidas excecionais de proteção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social e demais entidades da economia social, bem como um regime especial de garantias pessoais do Estado

Decreto-Lei n.º 25/2020 - Diário da República n.º 115/2020, Série I de 2020-06-16
Presidência do Conselho de Ministros
Autoriza a Guarda Nacional Republicana e a Polícia de Segurança Pública a proceder ao pagamento dos retroativos referentes aos suplementos não pagos, em período de férias, entre os anos de 2010 e 2018

Despacho n.º 6351/2020 - Diário da República n.º 115/2020, Série II de 2020-06-16
Justiça - Direção-Geral da Política de Justiça
Implementação de DUC para pagamento de taxas devidas nos Julgados de Paz

Despacho n.º 6350/2020 - Diário da República n.º 115/2020, Série II de 2020-06-16
Justiça - Gabinete da Ministra
Designa para exercer funções no Gabinete da Ministra da Justiça, como adjunto, o juiz conselheiro José Luís Lopes da Mota

Despacho n.º 6344/2020 - Diário da República n.º 115/2020, Série II de 2020-06-16
Presidência do Conselho de Ministros, Economia e Transição Digital, Administração Interna, Modernização do Estado e da Administração Pública, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Saúde - Gabinetes do Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital, da Ministra de Estado e da Presidência, do Ministro da Administração Interna, das Ministras da Modernização do Estado e da Administração Pública, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Saúde e do Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares
Determina que compete à ACT fiscalizar o cumprimento das regras específicas da DGS, no que respeita à prevenção da transmissão da infeção por SARS-CoV-2, designadamente nos locais de trabalho, incluindo áreas comuns e instalações de apoio, bem como nas deslocações em viaturas de serviço, em particular, nas áreas da construção civil e das cadeias de abastecimento, transporte e distribuição, caracterizadas por grande rotatividade de trabalhadores e onde se tem verificado maior incidência e surtos da doença COVID-19, especialmente nos concelhos de Amadora, Lisboa, Loures, Odivelas e Sintra

Despacho n.º 6251-A/2020 - Diário da República n.º 113/2020, 1º Suplemento, Série II de 2020-06-12
Negócios Estrangeiros, Defesa Nacional, Administração Interna, Saúde e Infraestruturas e Habitação - Gabinetes do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, dos Ministros da Defesa Nacional e da Administração Interna, da Ministra da Saúde e do Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações
Prorrogação da interdição do tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal de todos os voos de e para países que não integram a União Europeia, com determinadas exceções

Despacho n.º 6251-B/2020 - Diário da República n.º 113/2020, 1º Suplemento, Série II de 2020-06-12
Defesa Nacional, Administração Interna, Saúde e Infraestruturas e Habitação - Gabinetes dos Ministros da Defesa Nacional e da Administração Interna, da Ministra da Saúde e do Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações
Mantém a interdição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais

Resolução do Conselho de Ministros n.º 43-B/2020 - Diário da República n.º 113/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-06-12
Presidência do Conselho de Ministros
Prorroga a declaração da situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Resolução do Conselho de Ministros n.º 43-A/2020 - Diário da República n.º 113/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-06-12
Presidência do Conselho de Ministros
Prorroga a reposição, a título excecional e temporário, do controlo de pessoas nas fronteiras, no âmbito da

pandemia da doença COVID-19

Aviso n.º 8908/2020 - Diário da República n.º 113/2020, Série II de 2020-06-12
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Delegação de competências nos administradores judiciários e nos secretários de justiça dos Tribunais Administrativos e Fiscais

Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2020 - Diário da República n.º 110-A/2020, Série I de 2020-06-06
Presidência do Conselho de Ministros
Aprova o Programa de Estabilização Económica e Social

Aviso n.º 8804-A/2020 - Diário da República n.º 110/2020, 1º Suplemento, Série II de 2020-06-05
Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais
Movimento Judicial Ordinário 2020

Declaração de Retificação n.º 23-A/2020 - Diário da República n.º 109/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-06-04
Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral
Retifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 40-A/2020, de 29 de maio, que prorroga a declaração da situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, publicada no Diário da República, 1.ª série, 1.º suplemento, n.º 105, 29 de maio de 2020

Portaria n.º 137/2020 - Diário da República n.º 109/2020, Série I de 2020-06-04
Justiça
Define o montante do risco coberto pelo seguro obrigatório de responsabilidade civil profissional a que estão sujeitos os administradores judiciais

2020 - MAIO

Decreto-Lei n.º 24-A/2020 - Diário da República n.º 105/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-05-29
Presidência do Conselho de Ministros
Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19

Resolução do Conselho de Ministros n.º 40-A/2020 - Diário da República n.º 105/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-05-29
Presidência do Conselho de Ministros
Prorroga a declaração da situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Lei n.º 15/2020 - Diário da República n.º 105/2020, Série I de 2020-05-29
Assembleia da República
Procede à vigésima quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, aditando-lhes novas substâncias, em transposição da Diretiva Delegada (UE) 2019/369 da Comissão, de 13 de dezembro de 2018

Lei n.º 16/2020 - Diário da República n.º 105/2020, Série I de 2020-05-29
Assembleia da República
Altera as medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia da doença COVID-19, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, à primeira alteração à Lei n.º 9/2020, de 10 de abril, e à décima segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março

Lei n.º 17/2020 - Diário da República n.º 105/2020, Série I de 2020-05-29
Assembleia da República
Altera o regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda devida nos termos de contratos de arrendamento urbano habitacional e não habitacional, no âmbito da pandemia COVID-19, procedendo à

primeira alteração à Lei n.º 4-C/2020, de 6 de abril

Lei n.º 18/2020 - Diário da República n.º 105/2020, Série I de 2020-05-29
Assembleia da República
Prorroga os prazos das medidas de apoio às famílias no contexto da atual crise de saúde pública, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 7/2020, de 10 de abril, que estabelece regimes excecionais e temporários de resposta à epidemia SARS-CoV-2

Portaria n.º 132/2020 - Diário da República n.º 104/2020, Série I de 2020-05-28
Justiça
Determina a entrada em funcionamento do Juízo de Família e Menores de Marco de Canaveses e a instalação do Juízo de Instrução Criminal de Penafiel

Despacho n.º 5713-A/2020 - Diário da República n.º 100/2020, 1º Suplemento, Série II de 2020-05-22
Mar - Gabinete do Secretário de Estado das Pescas
Determina a reabertura da pesca da sardinha a partir das 00:00 horas do dia 1 de junho e até às 24:00 horas do dia 31 de julho de 2020

Portaria n.º 121/2020 - Diário da República n.º 100/2020, Série I de 2020-05-22
Justiça
Determina o dia 1 de setembro de 2020 para a entrada em funcionamento dos juízos especializados dos tribunais administrativos e fiscais

Aviso (extrato) n.º 7923/2020 - Diário da República n.º 98/2020, Série II de 2020-05-20
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Retifica a lista de antiguidade do pessoal oficial de justiça relativo às categorias de escrivão auxiliar e de técnico de justiça auxiliar reportada a 31 de dezembro de 2019
Pode ver a Lista retificada *AQUI*.

Despacho n.º 5638-C/2020 - Diário da República n.º 98/2020, 2º Suplemento, Série II de 2020-05-20
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, do Trabalho e da Formação Profissional
Determina a prorrogação da suspensão de ações de formação presenciais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, entre o dia 1 e o dia 17 de maio de 2020

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 4/2020 - Diário da República n.º 96/2020, Série I de 2020-05-18
Supremo Tribunal de Justiça
«O n.º 8 do art.º 139.º do Código de Processo Civil, no qual se estabelece a possibilidade excecional da redução ou dispensa da multa pela prática de ato processual fora do prazo, é aplicável em processo penal.»

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 3/2020 - Diário da República n.º 96/2020, Série I de 2020-05-18
Supremo Tribunal de Justiça
«O conceito de "organismo de utilidade pública", constante da parte final da atual redação da alínea d) do n.º 1 do artigo 386.º do Código Penal, não abarca as instituições particulares de solidariedade social, cujo estatuto consta hoje do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de Novembro, alterado pela Lei n.º 76/2015, de 28 de Julho.»

Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2020 - Diário da República n.º 95-B/2020, Série I de 2020-05-17
Presidência do Conselho de Ministros
Prorroga a declaração da situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Declaração de Retificação n.º 20/2020 - Diário da República n.º 95/2020, Série I de 2020-05-15
Assembleia da República
Retifica a Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, «Medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19»

Despacho n.º 5545-C/2020 - Diário da República n.º 95/2020, 2º Suplemento, Série II de 2020-05-15
Modernização do Estado e da Administração Pública e Saúde - Gabinetes das Ministras da Modernização do Estado e da Administração Pública e da Saúde
Define orientações e recomendações relativas à organização e funcionamento dos espaços físicos de atendimento e de trabalho na Administração Pública, no âmbito do levantamento das medidas de mitigação da pandemia da doença COVID-19

Decreto-Lei n.º 20-H/2020 - Diário da República n.º 94/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-05-14
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece medidas excecionais de organização e funcionamento das atividades educativas e formativas, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Resolução do Conselho de Ministros n.º 34-A/2020 - Diário da República n.º 93/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-05-13
Presidência do Conselho de Ministros
Prorroga a reposição, a título excecional e temporário, do controlo de pessoas nas fronteiras, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Despacho n.º 5503-A/2020 - Diário da República n.º 93/2020, 2º Suplemento, Série II de 2020-05-13
Economia e Transição Digital e Saúde - Gabinetes do Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital e da Ministra da Saúde
Determina que a percentagem de lucro na comercialização, por grosso e a retalho, de dispositivos médicos e de equipamentos de proteção individual identificados no anexo ao Decreto-Lei n.º 14-E/2020, de 13 de abril, bem como de álcool etílico e de gel desinfetante cutâneo de base alcoólica, é limitada ao máximo de 15 %

Declaração de Retificação n.º 19/2020 - Diário da República n.º 92/2020, Série I de 2020-05-12
Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral
Retifica a Portaria n.º 100/2020, de 22 de abril, da Justiça, que procede à primeira alteração à Portaria n.º 341/2019, de 1 de outubro, e à terceira alteração à Portaria n.º 380/2017, de 19 de dezembro, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 79, de 22 de abril de 2020

Declaração de Retificação n.º 18-C/2020 - Diário da República n.º 87/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-05-05
Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral
Retifica o Decreto-Lei n.º 20/2020, de 1 de maio, da Presidência do Conselho de Ministros, que altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 85-A, de 1 de maio de 2020
Decreto-Lei n.º 20/2020 - Diário da República n.º 85-A/2020, Série I de 2020-05-01
Presidência do Conselho de Ministros
Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19

2020 - ABRIL

Nota:
Para melhor identificar todos os diplomas e outras publicações que se relacionam com o surto da pandemia de COVID19, todas as entradas sobre este tema se apresentam nesta cor diferente (desde 02MAR).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 33-C/2020 - Diário da República n.º 85/2020, 3º Suplemento, Série I de 2020-04-30
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece uma estratégia de levantamento de medidas de confinamento no âmbito do combate à pandemia da doença COVID 19

Resolução do Conselho de Ministros n.º 33-A/2020 - Diário da República n.º 85/2020, 3º Suplemento, Série I de 2020-04-30
Presidência do Conselho de Ministros
Declara a situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Decreto n.º 2-D/2020 - Diário da República n.º 85/2020, 3º Suplemento, Série I de 2020-04-30
Presidência do Conselho de Ministros
Regulamenta o estado de emergência e o estado de calamidade para o período entre 1 e 3 de maio de 2020

Declaração de Retificação n.º 18-A/2020 - Diário da República n.º 85/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-04-30
Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral
Retifica o Decreto n.º 2-C/2020, de 17 de abril, da Presidência do Conselho de Ministros, que regulamenta a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República, publicado no Diário da República, 1.ª série, 1.º suplemento, n.º 76, de 17 de abril de 2020

Declaração de Retificação n.º 18/2020 - Diário da República n.º 85/2020, Série I de 2020-04-30
Assembleia da República
Retifica a Lei n.º 7/2020, de 10 de abril, «Estabelece regimes excecionais e temporários de resposta à epidemia SARS-CoV-2, e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 10-I/2020, de 26 de março, e à quarta alteração à Lei n.º 27/2007, de 30 de julho

Portaria n.º 101/2020 - Diário da República n.º 80/2020, Série I de 2020-04-23
Justiça e Educação
Procede à primeira alteração à Portaria n.º 357/2019, de 8 de outubro, que regulamenta as comunicações eletrónicas entre os tribunais judiciais e as escolas da rede pública tuteladas pelo Ministério da Educação

Decreto-Lei n.º 18/2020 - Diário da República n.º 80/2020, Série I de 2020-04-23
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19

Despacho n.º 4836/2020 - Diário da República n.º 79/2020, Série II de 2020-04-22
Justiça e Modernização do Estado e da Administração Pública - Gabinetes das Ministras da Justiça e da Modernização do Estado e da Administração Pública
Determina os termos do atendimento presencial junto das secretarias judiciais e dos respetivos serviços do Ministério Público, durante o estado de emergência

Portaria n.º 100/2020 - Diário da República n.º 79/2020, Série I de 2020-04-22
Justiça
Procede à primeira alteração à Portaria n.º 341/2019, de 1 de outubro, e à quarta alteração à Portaria n.º 380/2017, de 19 de dezembro

Portaria n.º 98/2020 - Diário da República n.º 77/2020, Série I de 2020-04-20
Finanças e Modernização do Estado e da Administração Pública
Procede à alteração da Portaria n.º 320-A/2011, de 30 de dezembro - criação da Direção de Serviços de Apoio e Defesa do Contribuinte

Portaria n.º 97/2020 - Diário da República n.º 76-B/2020, Série I de 2020-04-19
Presidência do Conselho de Ministros
Altera a Portaria n.º 82/2020 de 29MAR, que estabelece os serviços essenciais para efeitos de acolhimento, nos estabelecimentos de ensino, dos filhos ou outros dependentes a cargo dos respetivos profissionais

Despacho n.º 4699/2020 - Diário da República n.º 76-A/2020, Série II de 2020-04-18
Economia e Transição Digital e Saúde - Gabinetes do Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital e da Ministra da Saúde

Determina que a percentagem de lucro na comercialização, por grosso e a retalho, de dispositivos médicos e de equipamentos de proteção individual identificados no anexo ao Decreto-Lei n.º 14-E/2020, de 13 de abril, bem como de álcool etílico e de gel desinfetante cutâneo de base alcoólica, é limitada ao máximo de 15 %

Portaria n.º 95/2020 - Diário da República n.º 76-A/2020, Série I de 2020-04-18
Planeamento
Cria o Sistema de Incentivos à Inovação Produtiva no contexto da COVID-19

Declaração de Retificação n.º 17/2020 - Diário da República n.º 80/2020, Série I de 2020-04-23
Assembleia da República
Declaração de Retificação à Lei n.º 10/2020, de 18 de abril, «Regime excecional e temporário quanto às formalidades da citação e da notificação postal, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.
Lei n.º 10/2020 - Diário da República n.º 76-A/2020, Série I de 2020-04-18
Assembleia da República
Regime excecional e temporário quanto às formalidades da citação e da notificação postal, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Decreto do Presidente da República n.º 20-A/2020 - Diário da República n.º 76/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-04-17
Presidência da República
Procede à segunda renovação da declaração de estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública

Resolução da Assembleia da República n.º 23-A/2020 - Diário da República n.º 76/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-04-17
Assembleia da República
Autorização para a renovação do estado de emergência

Decreto n.º 2-C/2020 - Diário da República n.º 76/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-04-17
Presidência do Conselho de Ministros
Regulamenta a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República

Despacho n.º 4698-F/2020 - Diário da República n.º 76/2020, 4º Suplemento, Série II de 2020-04-17
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, do Trabalho e da Formação Profissional
Determina a prorrogação da suspensão das atividades formativas presenciais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Portaria n.º 94-C/2020 - Diário da República n.º 76/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-04-17
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Saúde e Coesão Territorial
Cria a Medida de Apoio ao Reforço de Emergência

Lei n.º 9-A/2020 - Diário da República n.º 76/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-04-17
Assembleia da República
Regime excecional e temporário de processo orçamental na sequência da pandemia da doença COVID-19

Portaria n.º 94-A/2020 - Diário da República n.º 75/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-04-16
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Regulamenta os procedimentos de atribuição dos apoios excecionais de apoio à família, dos apoios extraordinários à redução da atividade económica de trabalhador independente e à manutenção de contrato de trabalho em situação de crise empresarial, do diferimento das contribuições dos trabalhadores independentes e do reconhecimento do direito à prorrogação de prestações do sistema de segurança social

Portaria n.º 91/2020 - Diário da República n.º 73/2020, Série I de 2020-04-14
Infraestruturas e Habitação

Define, em execução do disposto no n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 4-C/2020, de 6 de abril, que estabelece um regime excecional para as situações de mora no pagamento das rendas atendendo à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e doença COVID-19, os termos em que é efetuada a demonstração da quebra de rendimentos para efeito de aplicação daquele regime excecional a situações de incapacidade de pagamento das rendas habitacionais devidas a partir de 1 de abril de 2020 e até ao mês subsequente ao termo da vigência do estado de emergência

Resolução do Conselho de Ministros n.º 22/2020 - Diário da República n.º 73/2020, Série I de 2020-04-14
Presidência do Conselho de Ministros
Prorroga a reposição, a título excecional e temporário, do controlo de pessoas nas fronteiras, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Decreto-Lei n.º 14-D/2020 - Diário da República n.º 72/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-04-13
Presidência do Conselho de Ministros
Reforça a proteção na parentalidade, dos trabalhadores que exercem funções públicas integrados no regime de proteção social convergente

Decreto-Lei n.º 14-E/2020 - Diário da República n.º 72/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-04-13
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece um regime excecional e temporário para a conceção, o fabrico, a importação, a comercialização nacional e a utilização de dispositivos médicos para uso humano e de equipamentos de proteção individual

Decreto-Lei n.º 14-F/2020 - Diário da República n.º 72/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-04-13
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19

Decreto-Lei n.º 14-G/2020 - Diário da República n.º 72/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-04-13
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece as medidas excecionais e temporárias na área da educação, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Lei n.º 9/2020 - Diário da República n.º 71-A/2020, Série I de 2020-04-10
Assembleia da República
Regime excecional de flexibilização da execução das penas e das medidas de graça, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Lei n.º 8/2020 - Diário da República n.º 71-A/2020, Série I de 2020-04-10
Assembleia da República
Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 10-J/2020, de 26 de março, que estabelece medidas excecionais de proteção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social e demais entidades da economia social, bem como um regime especial de garantias pessoais do Estado, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Declaração de Retificação n.º 18/2020 - Diário da República n.º 85/2020, Série I de 2020-04-30
Assembleia da República
Retifica a Lei n.º 7/2020, de 10 de abril, «Estabelece regimes excecionais e temporários de resposta à epidemia SARS-CoV-2, e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 10-I/2020, de 26 de março, e à quarta alteração à Lei n.º 27/2007, de 30 de julho
Lei n.º 7/2020 - Diário da República n.º 71-A/2020, Série I de 2020-04-10
Assembleia da República
Estabelece regimes excecionais e temporários de resposta à epidemia SARS-CoV-2, e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 10-I/2020, de 26 de março, e à quarta alteração à Lei n.º 27/2007, de 30 de julho

Lei n.º 6/2020 - Diário da República n.º 71-A/2020, Série I de 2020-04-10
Assembleia da República

Regime excecional para promover a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Lei n.º 5/2020 - Diário da República n.º 71-A/2020, Série I de 2020-04-10
Assembleia da República
Quarta alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, que estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID-19

Despacho n.º 4395/2020 - Diário da República n.º 71-A/2020, Série II de 2020-04-10
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto, do Trabalho e da Formação Profissional e da Segurança Social
Define regras complementares ao Despacho n.º 3485-C/2020, de 17 de março, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 56, 1.º suplemento, de 19 de março de 2020

Portaria n.º 90-A/2020 - Diário da República n.º 71/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-04-09
Saúde
Cria um regime excecional e temporário relativo à prescrição eletrónica de medicamentos e respetiva receita médica, durante a vigência do estado de emergência em Portugal, motivado pela pandemia da COVID-19

Decreto-Lei n.º 14-A/2020 - Diário da República n.º 69/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-04-07
Presidência do Conselho de Ministros
Altera o prazo de implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos

Despacho n.º 4239/2020 - Diário da República n.º 69/2020, Série II de 2020-04-07
Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Primeiro-Ministro
Concede tolerância de ponto aos trabalhadores que exercem funções públicas nos serviços da administração direta do Estado, sejam eles centrais ou desconcentrados, e nos institutos públicos, nos dias 9 e 13 e abril

Lei n.º 4-C/2020 - Diário da República n.º 68/2020, 3º Suplemento, Série I de 2020-04-06
Assembleia da República
Regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda devida nos termos de contratos de arrendamento urbano habitacional e não habitacional, no âmbito da pandemia COVID-19

Lei n.º 4-A/2020 - Diário da República n.º 68/2020, 3º Suplemento, Série I de 2020-04-06
Assembleia da República
Procede à primeira alteração à Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, que aprova medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, que estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19

Despacho n.º 4235-C/2020 - Diário da República n.º 68/2020, 2º Suplemento, Série II de 2020-04-06
Economia e Transição Digital - Gabinete do Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital
Reconhece o funcionamento de estabelecimentos industriais de empresas na vigência da situação de calamidade no município de Ovar

Despacho n.º 4235-D/2020 - Diário da República n.º 68/2020, 2º Suplemento, Série II de 2020-04-06
Administração Interna - Gabinete do Ministro
Aplicação do artigo 6.º do Decreto n.º 2-B/2020, de 2 de abril, aos ministros do culto

Despacho n.º 4235-B/2020 - Diário da República n.º 68/2020, 2º Suplemento, Série II de 2020-04-06
Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Primeiro-Ministro
Procede à nomeação das autoridades que coordenam a execução da declaração do estado de emergência no território continental

Decreto-Lei n.º 12-A/2020 - Diário da República n.º 68/2020, 3º Suplemento, Série I de 2020-04-06
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19

Despacho n.º 4148/2020 - Diário da República n.º 67-A/2020, Série II de 2020-04-05
Economia e Transição Digital - Gabinete do Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor
Regulamenta o exercício de comércio por grosso e a retalho de distribuição alimentar e determina a suspensão das atividades de comércio de velocípedes, veículos automóveis e motociclos, tratores e máquinas agrícolas, navios e embarcações

Portaria n.º 85-A/2020 - Diário da República n.º 67/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-04-03
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Define e regulamenta os termos e as condições de atribuição dos apoios de caráter extraordinário, temporário e transitório, destinados ao setor social e solidário, em razão da situação epidemiológica do novo coronavírus - COVID 19, tendo em vista apoiar as instituições particulares de solidariedade social, cooperativas de solidariedade social, organizações não-governamentais das pessoas com deficiência e equiparadas no funcionamento das respostas sociais

Despacho n.º 4148-A/2020 - Diário da República n.º 67-A/2020, 1º Suplemento, Série II de 2020-04-05
Economia e Transição Digital e Administração Interna - Gabinetes do Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital e do Ministro da Administração Interna
Esclarece o âmbito de aplicação do ponto iv) da alínea b) do n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18-B/2020, de 2 de abril
Resolução do Conselho de Ministros n.º 18-B/2020 - Diário da República n.º 66/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-04-02
Presidência do Conselho de Ministros
Resolução do Conselho de Ministros que prorroga os efeitos da declaração de situação de calamidade no município de Ovar, na sequência da pandemia COVID-19

Decreto n.º 2-B/2020 - Diário da República n.º 66/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-04-02
Presidência do Conselho de Ministros
Regulamenta a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República

Decreto do Presidente da República n.º 17-A/2020 - Diário da República n.º 66/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-04-02
Presidência da República
Renova a declaração de estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública

Resolução da Assembleia da República n.º 22-A/2020 - Diário da República n.º 66/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-04-02
Assembleia da República
Autorização da renovação do estado de emergência

Despacho n.º 4097-B/2020 - Diário da República n.º 66/2020, 2º Suplemento, Série II de 2020-04-02
Defesa Nacional, Administração Interna, Modernização do Estado e da Administração Pública, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Saúde - Gabinetes dos Ministros da Defesa Nacional e da Administração Interna e das Ministras da Modernização do Estado e da Administração Pública, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Saúde
Determina as competências de intervenção durante a vigência do estado de emergência, ao Comandante Operacional Distrital da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), ao Centro Distrital de Segurança Social e à Autoridade de Saúde de âmbito local territorialmente competente, em colaboração com os municípios

Nota:
Para melhor identificar todos os diplomas e outras publicações que se relacionam com o surto da pandemia de COVID19, todas as entradas sobre este tema se apresentam nesta cor diferente (desde 02MAR).

Ofício-Circular nº. 8/2020 de 31MAR
Direção-Geral da Administração da Justiça
Faltas, registos e consequências remuneratórias, regime de rotatividade, teletrabalho e alteração de férias

Ofício-Circular nº. 7/2020 de 31MAR
Direção-Geral da Administração da Justiça
Suspensão do prazo para apresentação de candidaturas ao Movimento Ordinário dos Oficiais de Justiça para o ano 2020

Lei n.º 4/2020 - Diário da República n.º 64/2020, Série I de 2020-03-31
Assembleia da República
Quadro plurianual de programação orçamental para os anos de 2020 a 2023

Lei n.º 3/2020 - Diário da República n.º 64/2020, Série I de 2020-03-31
Assembleia da República
Grandes Opções do Plano para 2020

Lei nº. 2/2020 - Diário da República n.º 64/2020, Série I, de 2020-03-31
Assembleia da República
Orçamento de Estado para 2020

Portaria n.º 82-C/2020 - Diário da República n.º 64/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-03-31
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Cria uma medida de apoio ao reforço de emergência de equipamentos sociais e de saúde, de natureza temporária e excecional, para assegurar a capacidade de resposta das instituições públicas e do setor solidário com atividade na área social e da saúde, durante a pandemia da doença COVID-19, e introduz um regime extraordinário de majoração das bolsas mensais do «Contrato emprego-inserção» (CEI) e do «Contrato emprego-inserção+» (CEI+) em projetos realizados nestas instituições

Acórdão (extrato) n.º 116/2020 - Diário da República n.º 64/2020, Série II de 2020-03-31
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma decorrente do n.º 9 do artigo 14.º do Regulamento das Custas Processuais, na redação dada pela Lei n.º 7/2012, de 13 de fevereiro, segundo a qual o réu que foi absolvido da instância e deduziu pedido reconvencional, que veio a ser julgado parcialmente procedente, é responsável a final pela sua quota-parte do remanescente da taxa de justiça; não conhece do recurso quanto à norma constante dos artigos 529.º, n.º 4, do Código de Processo Civil e 25.º, n.º 1, do Regulamento das Custas Processuais, segundo a qual a parte vencedora deve elaborar e enviar uma nota discriminativa e justificativa das custas de partes no prazo de cinco dias após o trânsito em julgado sob pena de caducidade do direito de liquidação

Despacho n.º 3903-E/2020 - Diário da República n.º 63/2020, 2º Suplemento, Série II de 2020-03-30
Economia e Transição Digital e Saúde - Gabinetes do Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital e da Ministra da Saúde
Determina a prorrogação da suspensão de toda e qualquer atividade de medicina dentária, de estomatologia e de odontologia, com exceção das situações comprovadamente urgentes e inadiáveis

Portaria n.º 82/2020 - Diário da República n.º 62-B/2020, Série I de 2020-03-29
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece os serviços essenciais para efeitos de acolhimento, nos estabelecimentos de ensino, dos filhos ou outros dependentes a cargo dos respetivos profissionais

Aviso (extrato) n.º 5222/2020 - Diário da República n.º 62/2020, Série II de 2020-03-27
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Lista de antiguidade do pessoal oficial de justiça reportada a 31 de dezembro de 2019

Declaração de Retificação n.º 13/2020 - Diário da República n.º 62-A/2020, Série I de 2020-03-28
Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral
Retifica o Decreto-Lei n.º 10-F/2020, de 26 de março, das Finanças, que estabelece um regime excecional e temporário de cumprimento de obrigações fiscais e contribuições sociais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 61, 1.º suplemento, de 26 de março de 2020
Decreto-Lei n.º 10-F/2020 - Diário da República n.º 61/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-03-26
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece um regime excecional e temporário de cumprimento de obrigações fiscais e contribuições sociais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Declaração de Retificação n.º 14/2020 - Diário da República n.º 62-A/2020, Série I de 2020-03-28
Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral
Retifica o Decreto-Lei n.º 10-G/2020, de 26 de março, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, que estabelece uma medida excecional e temporária de proteção dos postos de trabalho, no âmbito da pandemia COVID-19, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 61, 1.º suplemento, de 26 de março de 2020
Decreto-Lei n.º 10-G/2020 - Diário da República n.º 61/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-03-26
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece uma medida excecional e temporária de proteção dos postos de trabalho, no âmbito da pandemia COVID-19

Decreto-Lei n.º 10-H/2020 - Diário da República n.º 61/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-03-26
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece medidas excecionais e temporárias de fomento da aceitação de pagamentos baseados em cartões, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Decreto-Lei n.º 10-I/2020 - Diário da República n.º 61/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-03-26
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia da doença COVID-19 no âmbito cultural e artístico, em especial quanto aos espetáculos não realizados

Decreto-Lei n.º 10-J/2020 - Diário da República n.º 61/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-03-26
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece medidas excecionais de proteção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social e demais entidades da economia social, bem como um regime especial de garantias pessoais do Estado, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Decreto-Lei n.º 10-K/2020 - Diário da República n.º 61/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-03-26
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece um regime excecional e temporário de faltas justificadas motivadas por assistência à família, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Decreto-Lei n.º 10-E/2020 - Diário da República n.º 59/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-03-24
Presidência do Conselho de Ministros
Cria um regime excecional de autorização de despesa para resposta à pandemia da doença COVID-19 e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março

Aviso n.º 4933/2020 - Diário da República n.º 59/2020, Série II de 2020-03-24
Justiça - Conselho dos Oficiais de Justiça
Delegação e subdelegação dos poderes do Plenário

Despacho n.º 3614-D/2020 - Diário da República n.º 58/2020, 1º Suplemento, Série II de 2020-03-23
Modernização do Estado e da Administração Pública - Gabinete da Ministra
Define orientações para os serviços públicos em cumprimento do Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março, em execução da declaração do estado de emergência efetuada pelo Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março (Teletrabalho)

Decreto n.º 2-A/2020 - Diário da República n.º 57/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-03-20
Presidência do Conselho de Ministros
Procede à execução da declaração do estado de emergência efetuada pelo Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março

Decreto-Lei n.º 10-B/2020 - Diário da República n.º 57/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-03-20
Presidência do Conselho de Ministros
Atualiza a base remuneratória e o valor das remunerações base mensais da Administração Pública

Lei n.º 1-A/2020 - Diário da República n.º 56/2020, 3º Suplemento, Série I de 2020-03-19
Assembleia da República
Medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19

Resolução do Conselho de Ministros n.º 10-D/2020 - Diário da República n.º 56/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-03-19
Presidência do Conselho de Ministros
Declara a situação de calamidade no município de Ovar, na sequência da situação epidemiológica da Covid-19

Despacho n.º 3427-B/2020 - Diário da República n.º 55/2020, 2º Suplemento, Série II de 2020-03-18
Administração Interna - Gabinete do Ministro
Suspensão das atividades letivas e não letivas e formativas presenciais no âmbito da COVID-19

Despacho n.º 3427-A/2020 - Diário da República n.º 55/2020, 1º Suplemento, Série II de 2020-03-18
Defesa Nacional, Administração Interna, Saúde e Infraestruturas e Habitação - Gabinetes dos Ministros da Defesa Nacional e da Administração Interna, da Ministra da Saúde e do Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações
Interdita o tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal de todos os voos de e para países que não integram a União Europeia, com determinadas exceções

Resolução da Assembleia da República n.º 15-A/2020 - Diário da República n.º 55/2020, 3º Suplemento, Série I de 2020-03-18
Assembleia da República
Autorização da declaração do estado de emergência

Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020 - Diário da República n.º 55/2020, 3º Suplemento, Série I de 2020-03-18
Presidência da República
Declara o estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública

Despacho n.º 3372-C/2020 - Diário da República n.º 54/2020, 3º Suplemento, Série II de 2020-03-17
Presidência do Conselho de Ministros e Administração Interna - Gabinetes do Primeiro-Ministro e do Ministro da Administração Interna
Reconhece a necessidade da declaração da situação de calamidade no município de Ovar

Resolução do Conselho de Ministros n.º 10-B/2020 - Diário da República n.º 53/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-03-16
Presidência do Conselho de Ministros
Repõe, a título excecional e temporário, o controlo documental de pessoas nas fronteiras no âmbito da situação epidemiológica provocada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19

Despacho n.º 3301-C/2020 - Diário da República n.º 52-B/2020, 2º Suplemento, Série II de 2020-03-15
Presidência do Conselho de Ministros, Economia e Transição Digital, Negócios Estrangeiros, Finanças, Defesa Nacional, Administração Interna, Justiça, Modernização do Estado e da Administração Pública, Planeamento, Cultura, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Educação, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Saúde, Infraestruturas e Habitação, Coesão Territorial, Agricultura e Mar - Gabinetes do Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital, do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, da Ministra de Estado e da Presidência, do Ministro de Estado e das Finanças, dos Ministros da Defesa Nacional e da Administração Interna, das Ministras da Justiça e da Modernização do Estado e da Administração Pública, do Ministro do Planeamento, da Ministra da Cultura, dos Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Educação, das Ministras do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Saúde, do Ministro das Infraestruturas e da Habitação, das Ministras da Coesão Territorial e da Agricultura e do Ministro do Mar
Adota medidas de caráter extraordinário, temporário e transitório, ao nível dos serviços de atendimento aos cidadãos e empresas, incluindo os serviços consulares fora do território nacional, no âmbito do combate ao surto do vírus COVID-19

Declaração de Retificação n.º 260-A/2020 - Diário da República n.º 53/2020, 1º Suplemento, Série II de 2020-03-16
Administração Interna - Secretaria-Geral
Por ter sido publicado com inexatidão no Diário da República, 2.ª série, n.º 52-B/2020, 2.º suplemento, de 15 de março de 2020, o Despacho n.º 3301-D/2020, de 15 de março, procede-se à sua retificação
Despacho n.º 3301-D/2020 - Diário da República n.º 52-B/2020, 2º Suplemento, Série II de 2020-03-15
Economia e Transição Digital, Administração Interna, Saúde, Ambiente e Ação Climática e Infraestruturas e Habitação - Gabinetes do Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital, do Ministro da Administração Interna, da Ministra da Saúde e dos Secretários de Estado da Mobilidade e das Infraestruturas
Determina a adoção de medidas adicionais de natureza excecional para fazer face à prevenção e contenção da pandemia COVID-19

Declaração de Retificação n.º 11-C/2020 - Diário da República n.º 53/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-03-16
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Retifica a Portaria n.º 71-A/2020, de 15 de março, publicada no 1.º suplemento ao Diário da República, 1.ª série, n.º 52-A/2020, de 15 de março de 2020
Portaria n.º 71-A/2020 - Diário da República n.º 52-A/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-03-15
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Define e regulamenta os termos e as condições de atribuição dos apoios imediatos de caráter extraordinário, temporário e transitório, destinados aos trabalhadores e empregadores afetados pelo surto do vírus COVID-19, tendo em vista a manutenção dos postos de trabalho e mitigar situações de crise empresarial

Declaração de Retificação n.º 11-A/2020 - Diário da República n.º 52-A/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-03-15
Economia e Transição Digital
Retificação à Portaria n.º 71/2020, sobre restrições no acesso e na afetação dos espaços nos estabelecimentos comerciais e nos de restauração ou de bebidas
Portaria n.º 71/2020 - Diário da República n.º 52-A/2020, Série I de 2020-03-15
Economia e Transição Digital
Restrições no acesso e na afetação dos espaços nos estabelecimentos comerciais e nos de restauração ou de bebidas

Despacho n.º 3299/2020 - Diário da República n.º 52-A/2020, Série II de 2020-03-14
Economia e Transição Digital, Administração Interna e Saúde - Gabinetes do Ministro de Estado, da

Economia e da Transição Digital, do Ministro da Administração Interna e da Ministra da Saúde
Determina o encerramento dos bares todos os dias às 21 horas

Declaração de Retificação n.º 11-B/2020 - Diário da República n.º 53/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-03-16
Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral
Retifica o Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, da Presidência do Conselho de Ministros, que estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID-19, publicado no Diário da República, 1.ª série, 1.º suplemento, n.º 52, de 13 de março de 2020
Decreto-Lei n.º 10-A/2020 - Diário da República n.º 52/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-03-13
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19

Resolução do Conselho de Ministros n.º 10-A/2020 - Diário da República n.º 52/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-03-13
Presidência do Conselho de Ministros
Aprova um conjunto de medidas relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19

Despacho n.º 3298-B/2020 - Diário da República n.º 52/2020, 1º Suplemento, Série II de 2020-03-13
Administração Interna e Saúde - Gabinetes do Ministro da Administração Interna e da Ministra da Saúde
Declaração de situação de alerta em todo o território nacional

Portaria n.º 64/2020 - Diário da República n.º 49/2020, Série I de 2020-03-10
Finanças, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Saúde
Define os termos e as condições de implementação dos projetos-piloto previstos no Estatuto do Cuidador Informal, aprovado em anexo à Lei n.º 100/2019, de 6 de setembro, bem como os territórios a abranger

Decreto-Lei n.º 9/2020 - Diário da República n.º 49/2020, Série I de 2020-03-10
Presidência do Conselho de Ministros
Adota as medidas necessárias ao cumprimento da obrigação de manter o livro de reclamações eletrónico

Despacho n.º 3103-A/2020 - Diário da República n.º 48/2020, 1º Suplemento, Série II de 2020-03-09
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Saúde - Gabinetes dos Secretários de Estado da Segurança Social e da Saúde
Operacionaliza os procedimentos previstos no Despacho n.º 2875-A/2020, no âmbito do contágio pelo COVID-19

Despacho n.º 2875-A/2020 - Diário da República n.º 44/2020, 1º Suplemento, Série II de 2020-03-03
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Saúde - Gabinetes das Ministras do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Saúde
Adota medidas para acautelar a proteção social dos beneficiários que se encontrem impedidos, temporariamente, do exercício da sua atividade profissional por ordem da autoridade de saúde, devido a perigo de contágio pelo COVID-19

Despacho n.º 2836-A/2020 - Diário da República n.º 43/2020, 2º Suplemento, Série II de 2020-03-02
Modernização do Estado e da Administração Pública, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Saúde - Gabinetes das Ministras da Modernização do Estado e da Administração Pública, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Saúde
Ordena aos empregadores públicos a elaboração de um plano de contingência alinhado com as orientações emanadas pela Direção-Geral da Saúde, no âmbito da prevenção e controlo de infeção por novo Coronavírus (COVID-19)

2020 - FEVEREIRO

Acórdão (extrato) n.º 30/2020 - Diário da República n.º 41/2020, Série II de 2020-02-27
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional a norma do artigo 123.º, n.º 3, do Código de Processo Civil, segundo a qual a condenação por litigância de má-fé e a multa aí previstas podem ser impostas à parte, sem que previamente lhe seja concedida a oportunidade de se pronunciar sobre tal sanção

Acórdão (extrato) n.º 29/2020 - Diário da República n.º 41/2020, Série II de 2020-02-27
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional o artigo 1068.º, n.º 4, do Código de Processo Civil, interpretado no sentido de, antes de o juiz fixar o valor da participação social, ser facultado às partes pronunciarem-se sobre o relatório pericial e, quando necessário, requererem a realização de uma segunda perícia ou outras diligências, não lhes sendo, todavia, facultada a apresentação de alegações; não conhece do recurso quanto à interpretação normativa extraída da conjugação dos artigos 149.º e 199.º do Código de Processo Civil segundo a qual deve ter-se por sanada uma nulidade processual, arguida dentro do prazo legal de interposição de recurso ordinário e juntamente com este, no caso de nulidade processual que se revele apenas na sentença recorrida

Aviso n.º 2449/2020 - Diário da República n.º 31/2020, Série II de 2020-02-13
Justiça - Conselho dos Oficiais de Justiça
Publicação dos resultados eleitorais

Acórdão (extrato) n.º 773/2019 - Diário da República n.º 29/2020, Série II de 2020-02-11
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucionais as normas constantes dos n.os 3 e 4 do artigo 12.º do regime constante do anexo ao Decreto-Lei n.º 269/98, de 1 de setembro (na redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 32/2003, de 17 de fevereiro), quando interpretadas no sentido de que, em caso de frustração da notificação do requerido (para, em 15 dias, pagar quantia não superior a EUR 15 000 ou deduzir oposição), através de carta registada com aviso de receção enviada para a morada indicada pelo requerente da injunção, por não reclamação da mesma, o subsequente envio de carta, por via postal simples, para essa morada, em conformidade com o previsto no n.º 4 do artigo 12.º, faz presumir a notificação do requerido, nos casos em que a morada para onde se remeteram ambas as cartas de notificação coincide com o local obtido junto das bases de dados de todos os serviços enumerados no n.º 3 do artigo 12.º; revoga o Acórdão n.º 161/19

Portaria n.º 39/2020 - Diário da República n.º 25/2020, Série I de 2020-02-05
Finanças e Infraestruturas e Habitação
Estabelece os fatores de correção extraordinária das rendas para os anos de 2019 e 2020

Portaria n.º 38/2020 - Diário da República n.º 25/2020, Série I de 2020-02-05
Negócios Estrangeiros
Terceira alteração à Portaria n.º 320-C/2011, de 30 de dezembro, que aprova a Tabela de Emolumentos Consulares, a cobrar pelos serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros

2020 - JANEIRO

Portaria n.º 30/2020 - Diário da República n.º 22/2020, Série I de 2020-01-31
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Estabelece a idade normal de acesso à pensão de velhice em 2021

Portaria n.º 27/2020 - Diário da República n.º 22/2020, Série I de 2020-01-31
Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Procede à atualização anual do valor do indexante dos apoios sociais (IAS)

Portaria n.º 21/2020 - Diário da República n.º 19/2020, Série I de 2020-01-28
Justiça
Aprova o modelo de requerimento de injunção e revoga a Portaria n.º 808/2005, de 9 de setembro

Aviso (extrato) n.º 1327/2020 - Diário da República n.º 18/2020, Série II de 2020-01-27
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Lista oficial de peritos avaliadores atualizada

Acórdão (extrato) n.º 680/2019 - Diário da República n.º 18/2020, Série II de 2020-01-27
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a alínea a) do n.º 1 do artigo 48.º do Regime Jurídico do Processo de Inventário, aprovado pela Lei n.º 23/2013, de 5 de março

Aviso n.º 1254/2020 - Diário da República n.º 17/2020, Série II de 2020-01-24
Justiça - Conselho dos Oficiais de Justiça
Listas de candidatos admitidos ao ato eleitoral de 27 de janeiro de 2020 para vogais do Conselho dos Oficiais de Justiça

Portaria n.º 77/2020 - Diário da República n.º 15/2020, Série II de 2020-01-22
Finanças e Justiça - Gabinetes dos Secretários de Estado do Orçamento e Adjunto e da Justiça
Autoriza o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P., a assumir os encargos orçamentais decorrentes do contrato de empreitada a celebrar, para efetuar trabalhos de beneficiação no Palácio de Justiça de Peso da Régua

Portaria n.º 78/2020 - Diário da República n.º 15/2020, Série II de 2020-01-22
Finanças e Justiça - Gabinetes dos Secretários de Estado do Orçamento e Adjunto e da Justiça
Autoriza o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P., a assumir os encargos orçamentais relativos à reprogramação e atualização dos valores de despesa previstos na Portaria n.º 320/2018, relativo à intervenção a efetuar no Palácio da Justiça de Tomar

Portaria n.º 79/2020 - Diário da República n.º 15/2020, Série II de 2020-01-22
Finanças e Justiça - Gabinetes dos Secretários de Estado do Orçamento e Adjunto e da Justiça
Autoriza o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P., a assumir os encargos orçamentais decorrentes do contrato de empreitada a celebrar, com vista a efetuar obras de adaptação no antigo edifício da Caixa Geral de Depósitos onde serão instalados os juízos de trabalho e local cível da Comarca de Lisboa Norte

Portaria n.º 80/2020 - Diário da República n.º 15/2020, Série II de 2020-01-22
Finanças e Justiça - Gabinetes dos Secretários de Estado do Orçamento e Adjunto e da Justiça
Autoriza o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P., a assumir os encargos orçamentais decorrentes do contrato de empreitada a celebrar, com vista à realização de obras de remodelação das instalações elétricas, instalação de um sistema de aquecimento, ventilação e ar condicionado, construção civil de apoio e pinturas exteriores no Palácio da Justiça de Anadia

Portaria n.º 81/2020 - Diário da República n.º 15/2020, Série II de 2020-01-22
Finanças e Justiça - Gabinetes dos Secretários de Estado do Orçamento e Adjunto e da Justiça
Autoriza o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P., a assumir os encargos orçamentais decorrentes do contrato de empreitada a celebrar, relativo às obras a efetuar com vista à reinstalação dos serviços da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais instalados no edifício da Avenida da Liberdade para os edifícios F e G do Campus de Justiça de Lisboa

Acórdão (extrato) n.º 689/2019 - Diário da República n.º 14/2020, Série II de 2020-01-21
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma constante do artigo 215.º, n.os 3 e 4, do Código de Processo Penal, na interpretação de que promovendo o Ministério Público a excecional complexidade do processo sujeito a segredo de justiça, o arguido não tem direito de aceder aos elementos de prova em que se funda a pretensão do Ministério Público mesmo que o requeira a fim de emitir pronúncia

Despacho n.º 799/2020 - Diário da República n.º 14/2020, Série II de 2020-01-21
Justiça e Saúde - Gabinetes da Ministra da Saúde e do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça
Constitui a comissão para acompanhamento da execução do regime jurídico do internamento compulsivo

Despacho n.º 785/2020 - Diário da República n.º 14/2020, Série II de 2020-01-21
Finanças - Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais
Aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente para vigorarem durante o ano de 2020

Acórdão (extrato) n.º 660/2019 - Diário da República n.º 11/2020, Série II de 2020-01-16
Tribunal Constitucional
Julga inconstitucional a norma do artigo 26.º, n.º 1, alínea c), do Regulamento Disciplinar da Polícia de Segurança Pública, na parte em que determina para os funcionários e agentes aposentados a substituição da pena de demissão pela perda total do direito à pensão pelo período de 4 anos

Acórdão (extrato) n.º 612/2019 - Diário da República n.º 11/2020, Série II de 2020-01-16
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma do artigo 751.º, n.º 3, alínea b), do Código de Processo Civil, aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho, na sua redação originária, segundo a qual, ainda que não se adeque, por excesso, ao montante do crédito exequendo, é admissível a penhora do imóvel que seja habitação própria permanente do executado e sua família, mesmo que esse imóvel não tenha sido dado em garantia para o pagamento da dívida exequenda, quando esteja em causa uma dívida superior a metade do valor da alçada do tribunal de primeira instância e a penhora de outros bens presumivelmente não permita a satisfação integral do credor no prazo de dezoito meses

Decreto-Lei n.º 2/2020 - Diário da República n.º 9/2020, Série I de 2020-01-14
Presidência do Conselho de Ministros
Altera o Regulamento da Matrícula, o Código da Estrada e o Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir

Portaria n.º 4/2020 - Diário da República n.º 8/2020, Série I de 2020-01-13
Justiça
Altera a Portaria n.º 380/2017, de 19 de dezembro, que regula a tramitação eletrónica dos processos nos tribunais administrativos de círculo, nos tribunais tributários, nos tribunais centrais administrativos e no Supremo Tribunal Administrativo

Portaria n.º 3/2020 - Diário da República n.º 8/2020, Série I de 2020-01-13
Finanças
Fixa o valor médio de construção por metro quadrado, para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a vigorar no ano de 2020

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 1/2020 - Diário da República n.º 7/2020, Série I de 2020-01-10
Supremo Tribunal Administrativo
Uniformiza a Jurisprudência nos seguintes termos: «Relativamente a exames psicológicos de selecção realizados em concursos de pessoal, os candidatos têm o direito de obter certidão que abranja o conteúdo dos respectivos testes, o seu próprio desempenho e as notações aí recebidas, mas não têm acesso à grelha abstracta de avaliação dos testes se esta estiver coberta por um sigilo relativo à propriedade científica do exame.»

Portaria n.º 2/2020 - Diário da República n.º 7/2020, Série I de 2020-01-10
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Regulamenta os termos do reconhecimento e manutenção do Estatuto do Cuidador Informal, aprovado em anexo à Lei n.º 100/2019, de 6 de setembro

Decreto-Lei n.º 1/2020 - Diário da República n.º 6/2020, Série I de 2020-01-09
Presidência do Conselho de Ministros
Cria o direito real de habitação duradoura

Acórdão (extrato) n.º 641/2019 - Diário da República n.º 3/2020, Série II de 2020-01-06
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional o artigo 26.º-I, n.os 1 e 2, da Portaria n.º 278/2013, de 26 de agosto (processamento dos atos e termos do processo de inventário)

Despacho n.º 34/2020 - Diário da República n.º 2/2020, Série II de 2020-01-03
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Delegação de competências nos secretários dos Tribunais Administrativos e Fiscais

Despacho (extrato) n.º 33/2020 - Diário da República n.º 2/2020, Série II de 2020-01-03
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Foram convertidas em definitivas as colocações provisórias dos seguintes escrivães auxiliares e técnico de justiça auxiliar

2019 - DEZEMBRO

Aviso n.º 20807/2019 - Diário da República n.º 251/2019, Série II de 2019-12-31
Justiça - Centro de Estudos Judiciários
Abertura de concurso de ingresso em curso de formação inicial, teórico-prática, na Magistratura Judicial e do Ministério Público

Aviso n.º 20808/2019 - Diário da República n.º 251/2019, Série II de 2019-12-31
Justiça - Centro de Estudos Judiciários
Abertura de concurso de ingresso em curso de formação inicial, teórico-prática, na Magistratura dos Tribunais Administrativos e Fiscais

Lista de Progressão de Oficiais de Justiça de novembro de 2019
Direção-Geral da Administração da Justiça
Lista daqueles que em outubro completaram um escalão de 3 anos e a partir de 01NOV2019 vencem pelo escalão seguinte.

Aviso n.º 20756/2019 - Diário da República n.º 249/2019, Série II de 2019-12-27
Justiça - Conselho dos Oficiais de Justiça
Delegação e subdelegação de poderes e ratificação de atos

Despacho n.º 12405/2019 - Diário da República n.º 249/2019, Série II de 2019-12-27
Justiça - Conselho dos Oficiais de Justiça
Delegação e subdelegação de poderes e ratificação de atos

Despacho n.º 12404/2019 - Diário da República n.º 249/2019, Série II de 2019-12-27
Justiça - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça
Nomeia os juízes sociais para as causas de família e menores da competência do Juízo de Competência Genérica da Horta, do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores

Deliberação n.º 1336/2019 - Diário da República n.º 249/2019, Série II de 2019-12-27
Ministério Público - Procuradoria-Geral da República - Conselho Superior do Ministério Público
Movimento ordinário de magistrados do Ministério Público - 2019

Portaria n.º 408/2019 - Diário da República n.º 248/2019, Série I de 2019-12-26
Justiça
Fixa em 89 o número máximo de unidades orgânicas flexíveis da Polícia Judiciária, revogando a Portaria n.º 306/2009, de 25 de março

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2019 - Diário da República n.º 246/2019, Série I de 2019-12-23
Supremo Tribunal de Justiça
«O condutor de um veículo automóvel na via pública que, submetido a exame de pesquisa de álcool no sangue, apresenta uma TAS igual ou superior a 1,20 g/l, que é advertido que não pode conduzir nas 12 horas imediatamente seguintes e que, não respeitando tal advertência, vem a fazê-lo com uma TAS igual ou superior a 1,20 g/l, comete, em concurso com o crime de desobediência qualificada, p. e p. pelos artigos 154.º, n.º 2, do Código da Estrada e 348.º, n.os 1, alínea a), e 2, do Código Penal, dois crimes de condução de veículo em estado de embriaguez, p. e p. pelo artigo 292.º, n.º 1, do Código Penal»

Decreto do Presidente da República n.º 86-A/2019 - Diário da República n.º 245/2019, 2º Suplemento, Série I de 2019-12-20
Presidência da República
É indultado da pena acessória de expulsão pelo período de cinco anos, aplicada a António Pereira Semedo no Proc.º n.º 10/03.6PESTB, por razões humanitárias

Decreto do Presidente da República n.º 86-B/2019 - Diário da República n.º 245/2019, 2º Suplemento, Série I de 2019-12-20
Presidência da República
É indultado da pena acessória de proibição de conduzir veículos motorizados pelo período de seis meses, aplicada a Artur Jorge Velhinho Palma no Proc.º n.º 117/18.5PCAMD, por razões humanitárias

Portaria n.º 407/2019 - Diário da República n.º 245/2019, Série I de 2019-12-20
Justiça
Visa estabelecer a sede e a área geográfica de intervenção das unidades da Polícia Judiciária, nos termos previstos no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 137/2019, de 13 de setembro

Aviso (extrato) n.º 20393/2019 - Diário da República n.º 244/2019, Série II de 2019-12-19
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Lista do movimento extraordinário dos oficiais de justiça de novembro de 2019

Despacho n.º 12119/2019 - Diário da República n.º 243/2019, Série II de 2019-12-18
Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Primeiro-Ministro
Concede tolerância de ponto aos trabalhadores que exercem funções públicas nos serviços da administração direta do Estado, sejam eles centrais ou desconcentrados, e nos institutos públicos nos próximos dias 24 e 31 de dezembro de 2019

Decreto-Lei n.º 174/2019 - Diário da República n.º 240/2019, Série I de 2019-12-13
Presidência do Conselho de Ministros
Procede à criação de juízos de competência especializada, nos termos do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais

Aviso n.º 19978/2019 - Diário da República n.º 240/2019, Série II de 2019-12-13
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Nova lista unitária de ordenação final no âmbito do procedimento concursal de recrutamento para a frequência do curso de formação específico para administradores judiciários

Decreto-Lei n.º 172/2019 - Diário da República n.º 239/2019, Série I de 2019-12-12
Presidência do Conselho de Ministros
Altera o regime de adiamento de atos processuais, nas situações de maternidade, paternidade ou falecimento de familiar próximo dos solicitadores

Anúncio n.º 198/2019 - Diário da República n.º 236/2019, Série II de 2019-12-09
Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa
Citação de contra interessados - 1.ª Unidade 1551/18.6BELSB

Síntese do pedido: "Suspensão da eficácia da lista publicitada pela DGAJ no dia 14 de agosto de 2018 onde consta a promoção de Oficiais de Justiça à categoria de Secretários de Justiça, traduzida na suspensão da tomada de posse dos Oficiais de Justiça promovidos ou início de funções dos mesmos."

Aviso (extrato) n.º 19684/2019 - Diário da República n.º 236/2019, Série II de 2019-12-09
Negócios Estrangeiros - Secretaria-Geral
Taxas de câmbio adotadas na cobrança de emolumentos consulares a efetuar a partir de 1 de dezembro de 2019

Acórdão (extrato) n.º 572/2019 - Diário da República n.º 235/2019, Série II de 2019-12-06
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional os artigos 382.º e 28.º, n.º 1, ambos do Código Penal, na interpretação segundo a qual alguém que não seja funcionário, tal como definido na alínea b) do n.º 1 do artigo 386.º do Código Penal, pode ser condenado pelo crime de abuso de poder, quando essa qualidade de funcionário se verifique nos seus comparticipantes e lhe seja estendida

Despacho n.º 11550/2019 - Diário da República n.º 235/2019, Série II de 2019-12-06
Justiça - Gabinete da Ministra
Determina que o Centro de Estudos Judiciários inicie as diligências necessárias à abertura de curso de formação adequado ao desenvolvimento das capacidades e aquisição de competências técnicas para o exercício de funções de juiz presidente do tribunal de comarca, de juiz presidente em tribunal administrativo de círculo, de magistrado do Ministério Público coordenador e de administrador judiciário

Aviso n.º 19580/2019 - Diário da República n.º 235/2019, Série II de 2019-12-06
Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Caixa Geral de Aposentações, I. P.
Lista de aposentados e reformados a partir de 1 de janeiro de 2020

Despacho n.º 11476/2019 - Diário da República n.º 234/2019, Série II de 2019-12-05
Justiça - Gabinete da Ministra
Determina a cessação da comissão de serviço, com efeitos a 19 de novembro de 2019, do licenciado Luís Fernando Borges Freitas, juiz de direito, como diretor-geral da Administração da Justiça

Decreto-Lei n.º 170/2019 - Diário da República n.º 233/2019, Série I de 2019-12-04
Presidência do Conselho de Ministros
Procede à décima primeira alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio

Diretiva n.º 5/2019 - Diário da República n.º 233/2019, Série II de 2019-12-04
Ministério Público - Procuradoria-Geral da República
Diretiva que estabelece procedimentos específicos a observar pelos magistrados e agentes do Ministério Público na área da violência doméstica

Despacho n.º 11417/2019 - Diário da República n.º 233/2019, Série II de 2019-12-04
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Reformulação de competências do modelo de organização interna da Direção-Geral da Administração da Justiça

Decreto-Lei n.º 169-B/2019 - Diário da República n.º 232/2019, 1º Suplemento, Série I de 2019-12-03
Presidência do Conselho de Ministros
Aprova o regime da organização e funcionamento do XXII Governo Constitucional

Acórdão (extrato) n.º 624/2019 - Diário da República n.º 231/2019, Série II de 2019-12-02
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma contida no artigo 496.º do Código Civil, interpretado no sentido de que o unido de facto que convivia com a vítima, em situação estável e duradoura, em condições análogas às dos cônjuges, não tem direito a indemnização por danos não patrimoniais, em caso de lesão corporal grave do outro membro da união de facto

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 7/2019 - Diário da República n.º 230/2019, Série I de 2019-11-29
Supremo Tribunal de Justiça
«Havendo lugar à execução sucessiva de várias penas pelo mesmo condenado, caso seja revogada a liberdade condicional de uma pena com fundamento na prática de um crime pelo qual o arguido foi condenado em pena de prisão, o arguido terá de cumprir o remanescente dessa pena por inteiro por força do disposto no artigo 63.º, n.º 4, do CP, não podendo quanto a ela beneficiar de nova liberdade condicional.»

Cadernos Eleitorais Definitivos para a Eleição dos Vogais do COJ em 2020
Conselho dos Oficiais de Justiça (COJ)
Cadernos Eleitorais Definitivos para a eleição dos vogais a 27-01-2020
Veja também o Despacho n.º 9369/2019 – publicado no DR n.º 200/2019, Série II, de 2019-10-17, no qual se designa o dia da eleição e a composição da respetiva comissão eleitoral.

Despacho n.º 11189/2019 - Diário da República n.º 229/2019, Série II de 2019-11-28
Justiça - Gabinete da Ministra
Designa para o lugar de diretor-geral da Administração da Justiça, com efeitos a 20 de novembro de 2019, a licenciada Isabel Maria Afonso Matos Namora, juíza desembargadora

Acórdão (extrato) n.º 542/2019 - Diário da República n.º 225/2019, Série II de 2019-11-22
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a conjugação dos artigos 696.º, alínea c), e 697.º, n.º 2, ambos do Código de Processo Civil, quando interpretados no sentido de que o direito a interpor recurso extraordinário de revisão de decisão judicial, proferida no âmbito do direito civil, com efeitos meramente patrimoniais, com fundamento na apresentação de documento de que a parte não tivesse podido fazer uso, caduca se tiverem decorrido cinco anos sobre o trânsito em julgado da decisão

Acórdão (extrato) n.º 547/2019 - Diário da República n.º 225/2019, Série II de 2019-11-22
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma contida nos n.os 1 e 3 do artigo 12.º-A do regime constante do anexo ao Decreto-Lei n.º 269/98, de 1 de setembro (na redação resultante do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 32/2003, de 17 de fevereiro), interpretados, no âmbito de um procedimento de injunção destinado a exigir o cumprimento de obrigações pecuniárias de valor não superior a EUR 15 000, no sentido em que, nos casos em que exista domicílio contratualmente convencionado para efeitos de notificações, a citação do Requerido se efetua apenas e de imediato através de carta enviada por via postal simples com prova de depósito, sem qualquer prévia tentativa de notificação por contacto pessoal, e que assim se presume a notificação do Requerido na data do depósito e dessa data se conta o prazo para deduzir oposição

Decreto-Lei n.º 167/2019 - Diário da República n.º 224/2019, Série I de 2019-11-21
Presidência do Conselho de Ministros
Atualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2020

Diretiva n.º 4/2019 - Diário da República n.º 223/2019, Série II de 2019-11-20
Ministério Público - Procuradoria-Geral da República
Execução de custas no estrangeiro

Ofício Circular 23/2019 de 18NOV - Divulga o Movimento Extraordinário de Novembro
Direção-Geral da Administração da Justiça
Ofício Circular que divulga o Projeto do Movimento Extraordinário de Novembro de 2019 dos Oficiais de Justiça

Projeto do Movimento Extraordinário de Novembro de 2019 dos Oficiais de Justiça
Direção-Geral da Administração da Justiça
Projeto do Movimento Extraordinário de Novembro de 2019 dos Oficiais de Justiça

Aviso n.º 18225/2019 - Diário da República n.º 220/2019, Série II de 2019-11-15
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Notificação dos contrainteressados da interposição de recurso hierárquico

Aviso n.º 17638/2019 - Diário da República n.º 214/2019, Série II de 2019-11-07
Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Caixa Geral de Aposentações, I. P.
Lista de aposentados e reformados a partir de 1 de dezembro de 2019

2019 - OUTUBRO

Lista de Progressão dos Oficiais de Justiça que subiram de escalão remuneratório em setembro por terem completado um ciclo em agosto de 2019
Direção-Geral da Administração da Justiça
Lista mensal, divulgada a 31 de outubro, que menciona os Oficiais de Justiça que adquiriram no mês de agosto de 2019 o direito ao vencimento por novo escalão.

Louvor n.º 530/2019 - Diário da República n.º 208/2019, Série II de 2019-10-29
Justiça - Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça
Louva o Dr. Luís Fernando Borges Freitas, diretor-geral da Administração da Justiça

Decreto do Presidente da República n.º 61/2019 - Diário da República n.º 206-A/2019, Série I de 2019-10-26
Presidência da República
São nomeados, sob proposta do Primeiro-Ministro, António Luís Santos da Costa, os ministros do XXII Governo Constitucional.

Decreto do Presidente da República n.º 62/2019 - Diário da República n.º 206-A/2019, Série I de 2019-10-26
Presidência da República
São nomeados, sob proposta do Primeiro-Ministro, António Luís Santos da Costa, os secretários de Estado do XXII Governo Constitucional.

Aviso (extrato) n.º 17097/2019 - Diário da República n.º 206/2019, Série II de 2019-10-25
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Publicação da lista do movimento extraordinário dos oficiais de justiça de setembro de 2019

Decreto-Lei n.º 164/2019 - Diário da República n.º 206/2019, Série I de 2019-10-25
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece o regime de execução do acolhimento residencial, medida de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo

Aviso n.º 16951/2019 - Diário da República n.º 205/2019, Série II de 2019-10-24
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Movimento extraordinário de oficiais de justiça de novembro de 2019

Aviso (extrato) n.º 16975/2019 - Diário da República n.º 205/2019, Série II de 2019-10-24
Tribunal Judicial da Comarca da Guarda
Mapa de turnos de janeiro a agosto de 2020 para o serviço urgente

Declaração de Retificação n.º 55/2019 - Diário da República n.º 204/2019, Série I de 2019-10-23
Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral
Retifica o Decreto-Lei n.º 137/2019, de 13 de setembro, da Justiça, que aprova a nova estrutura organizacional da Polícia Judiciária, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 176, de 13 de setembro de 2019

Regulamento n.º 827/2019 - Diário da República n.º 204/2019, Série II de 2019-10-23
Justiça - Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P.
Regulamento de Funcionamento da Base de Dados de Perfis de ADN

Mapa Oficial n.º 9-A/2019 - Diário da República n.º 203/2019, 1º Suplemento, Série I de 2019-10-22
Comissão Nacional de Eleições
Mapa oficial com o resultado da eleição e a relação dos deputados eleitos para a Assembleia da República em 6 de outubro de 2019

Decreto Regulamentar n.º 6/2019 - Diário da República n.º 203/2019, Série I de 2019-10-22
Presidência do Conselho de Ministros
Altera o Regulamento de Sinalização do Trânsito

Declaração de Retificação n.º 54/2019 - Diário da República n.º 203/2019, Série I de 2019-10-22
Assembleia da República
Declaração de Retificação à Lei n.º 118/2019, de 17 de setembro, «Modifica regimes processuais no âmbito da jurisdição administrativa e tributária, procedendo a diversas alterações legislativas», publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 178, de 17 de setembro de 2019

Despacho (extrato) n.º 9480/2019 - Diário da República n.º 202/2019, Série II de 2019-10-21
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Foram convertidas em definitivas as colocações provisórias dos escrivães auxiliares e técnicos de justiça auxiliares

Despacho n.º 9479/2019 - Diário da República n.º 202/2019, Série II de 2019-10-21
Justiça - Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça
Nomeia os juízes sociais para as causas da competência do Juízo de Família e Menores do Seixal, do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

Lei n.º 123/2019 - Diário da República n.º 201/2019, Série I de 2019-10-18
Assembleia da República
Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, que estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios

Movimento Extraordinário de Oficiais de Justiça para Novembro - Aviso prévio de publicação em DR - Ofício Circular 22/2019
Direção-Geral da Administração da Justiça
Ofício-circular que anuncia que vai ser publicado um aviso em DR anunciando o Movimento Extraordinário de Oficiais de Justiça de Novembro/2019.
Despacho contendo os lugares disponíveis e circunscritos para o Movimento Extraordinário de Novembro de 2019
São apenas 14 as localidades/núcleos indicados.
Nota: para este Movimento está anunciada a possibilidade de se proceder a colocações oficiosas, nos termos do artº. 46º do Estatuto EFJ.

Despacho n.º 9369/2019 - Diário da República n.º 200/2019, Série II de 2019-10-17
Justiça - Conselho dos Oficiais de Justiça
Designação do dia para eleições do Conselho dos Oficiais de Justiça e composição da respetiva comissão

Portaria n.º 372/2019 - Diário da República n.º 198/2019, Série I de 2019-10-15
Finanças e Justiça
Procede à alteração do mapa de pessoal dos tribunais judiciais de 1.ª instância, constante do anexo I da Portaria n.º 161/2014, de 21 de agosto, alterado e republicado pelas Portarias n.os 93/2017, de 6 de março, e 118/2019, de 18 de abril

Portaria n.º 367/2019 - Diário da República n.º 195/2019, Série I de 2019-10-10
Justiça
Aplica ao exercício de funções de magistrado do Ministério Público coordenador e de administrador judiciário a que se referem, respetivamente, o n.º 2 do artigo 52.º-A e o n.º 1 do artigo 56.º, ambos do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, aprovado pela Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro, o regulamento do curso de formação específico aprovado pela Portaria n.º 46/2017, de 31 de janeiro

Portaria n.º 366/2019 - Diário da República n.º 195/2019, Série I de 2019-10-10
Finanças e Justiça
Fixa as zonas geográficas a que se referem os n.os 4 e 5 do artigo 39.º e o n.º 3 do artigo 45.º do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, aprovado pela Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 114/2019, de 12 de setembro

Lista das colocações Provisórias convertidas em Definitivas – Divulgada em 2019-10-09
Direção-Geral da Administração da Justiça

Despacho de 01 de outubro de 2019 que converte as colocações provisórias em definitivas dos Oficiais de Justiça que nos meses de abril, maio e junho deste ano concluíram com nota de aptidão o período probatório após o ingresso.

Acórdão (extrato) n.º 387/2019 - Diário da República n.º 193/2019, Série II de 2019-10-08
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma que defere ao Ministério Público a competência para autorizar, ordenar ou validar a apreensão de objetos que constituam o lucro, o preço ou a recompensa do crime, constante do artigo 178.º, n.os 1 e 3, do Código de Processo Penal e fixa o efeito suspensivo do recurso

Acórdão (extrato) n.º 386/2019 - Diário da República n.º 193/2019, Série II de 2019-10-08
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma contida no artigo 692.º, n.os 1 a 4, do Código de Processo Civil, interpretados no sentido em que se determina que a rejeição do recurso para uniformização de jurisprudência, após exame preliminar, incumbe ao relator do processo em que foi proferido o acórdão impugnado, sendo o acórdão que confirme tal rejeição - proferido em conferência, constituída pelo mesmo relator e por dois adjuntos, que, em regra, coincidirão com os subscritores do acórdão recorrido -, definitivo nas instâncias

Despacho n.º 8949/2019 - Diário da República n.º 193/2019, Série II de 2019-10-08
Justiça - Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça
Determina o âmbito territorial de atuação do Gabinete Médico-Legal e Forense da Lezíria do Tejo, dependente da delegação do Sul do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P. (INMLCF, I. P.), previsto no anexo aos Estatutos do INMLCF, I. P., aprovados pela Portaria n.º 19/2013, de 21 de janeiro, que funciona nas instalações da Santa Casa da Misericórdia de Santarém

Despacho n.º 8948/2019 - Diário da República n.º 193/2019, Série II de 2019-10-08
Justiça - Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça
Nomeia os juízes sociais para as causas do Juízo de Família e Menores de Mafra, do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste

Portaria n.º 358/2019 - Diário da República n.º 193/2019, Série I de 2019-10-08
Justiça e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Regulamenta as comunicações eletrónicas entre o sistema de informação de suporte à atividade dos tribunais, o sistema informático de suporte à atividade dos agentes de execução e os sistemas de informação da Segurança Social, do Fundo de Garantia Salarial e da Caixa Geral de Aposentações no âmbito da realização de penhoras de prestações sociais e pensões

Portaria n.º 357/2019 - Diário da República n.º 193/2019, Série I de 2019-10-08
Justiça e Educação
Regulamenta as comunicações eletrónicas entre os tribunais judiciais e as escolas da rede pública tutelada pelo Ministério da Educação

Portaria n.º 356/2019 - Diário da República n.º 193/2019, Série I de 2019-10-08
Finanças e Justiça
Regulamenta as comunicações eletrónicas dos tribunais judiciais ao Banco de Portugal no âmbito dos processos regulados pelo Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas

Aviso n.º 15783/2019 - Diário da República n.º 192/2019, Série II de 2019-10-07
Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Caixa Geral de Aposentações, I. P.
Lista de aposentados e reformados a partir de 1 de novembro de 2019

Portaria n.º 348/2019 - Diário da República n.º 191/2019, Série I de 2019-10-04
Justiça e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Regulamenta as comunicações eletrónicas entre os tribunais judiciais e a Segurança Social no âmbito dos processos tutelares cíveis e de promoção e proteção

Portaria n.º 347/2019 - Diário da República n.º 191/2019, Série I de 2019-10-04
Justiça e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Regulamenta as comunicações eletrónicas entre os tribunais judiciais e o Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores

Declaração de Retificação n.º 49/2019 - Diário da República n.º 191/2019, Série I de 2019-10-04
Assembleia da República
Declaração de retificação à Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro, «Alteração de diversos códigos fiscais»

Declaração de Retificação n.º 48/2019 - Diário da República n.º 190/2019, Série I de 2019-10-03
Assembleia da República
Declaração de retificação à Lei n.º 90/2019, de 4 de setembro, «Reforço da proteção na parentalidade, alterando o Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, e os Decretos-Leis n.os 89/2009, de 9 de abril, que regulamenta a proteção na parentalidade, no âmbito da eventualidade maternidade, paternidade e adoção, dos trabalhadores que exercem funções públicas integrados no regime de proteção social convergente, e 91/2009, de 9 de abril, que estabelece o regime jurídico de proteção social na parentalidade no âmbito do sistema previdencial e no subsistema de solidariedade»

Acórdão (extrato) n.º 394/2019 - Diário da República n.º 190/2019, Série II de 2019-10-03
Tribunal Constitucional
Não julga inconstitucional a norma do artigo 1817.º, n.º 1, do Código Civil, na redação da Lei n.º 14/2009, na parte em que, aplicando-se às ações de investigação de paternidade, por força do artigo 1873.º do mesmo Código, prevê um prazo de dez anos para a propositura da ação, contado da maioridade ou emancipação do investigante

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 1/2019 - Diário da República n.º 189/2019, Série I de 2019-10-02
Supremo Tribunal Administrativo
Acórdão do STA de 19-06-2019, no Processo n.º 608/15.0BELRS - 2.ª Secção - À violação das regras de competência em razão do território em oposição a execução fiscal aplica-se o disposto no artigo 17.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário, pelo que a infração das regras de competência territorial determina a incompetência meramente relativa do Tribunal (cfr. o n.º 1 do artigo 17.º do CPPT), que apenas pode ser arguida pelo executado, até ao termo do prazo para deduzir a oposição [cfr. a alínea b) do n.º 2 do artigo 17.º do CPPT], não podendo ser arguida pela Fazenda Pública nem ser oficiosamente conhecida pelo Tribunal.

Ofício Circular 21/2019 de 01OUT - Divulga o Movimento Extraordinário de Setembro
Direção-Geral da Administração da Justiça
Ofício Circular que divulga o Projeto do Movimento Extraordinário de Setembro de 2019 dos Oficiais de Justiça

Projeto do Movimento Extraordinário de Setembro de 2019 dos Oficiais de Justiça
Direção-Geral da Administração da Justiça
Projeto do Movimento Extraordinário de Setembro de 2019 dos Oficiais de Justiça

Despacho n.º 8701-A/2019 - Diário da República n.º 188/2019, 2º Suplemento, Série II de 2019-10-01
Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Primeiro-Ministro
Determina a adoção de medidas face à situação de perigosidade associada à passagem do furacão «Lorenzo» nas ilhas dos grupos central e ocidental da Região Autónoma dos Açores

Portaria n.º 342/2019 - Diário da República n.º 188/2019, Série I de 2019-10-01
Justiça
Altera o regime de cobrança das taxas devidas nos julgados de paz e fixa os termos da respetiva repartição entre o Ministério da Justiça e os Municípios e demais entidades parceiras referidas nos atos constitutivos de cada julgado de paz

Portaria n.º 341/2019 - Diário da República n.º 188/2019, Série I de 2019-10-01
Justiça
Regulamenta os modelos a que devem obedecer os articulados no âmbito dos processos de contencioso dos procedimentos de massa, previstos no n.º 3 do artigo 99.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, bem como os formulários de articulados suscetíveis de determinar a redução da taxa de justiça aplicável aos processos administrativos, previstos no n.º 9 do artigo 6.º do Regulamento das Custas Processuais

Portaria n.º 339/2019 - Diário da República n.º 188/2019, Série I de 2019-10-01
Finanças
Aprova o modelo oficial da Declaração Mensal de Imposto do Selo e respetivas instruções de preenchimento, a que se

refere o n.º 2 do artigo 52.º-A do Código do Imposto do Selo, que constam do Anexo I, da qual faz parte integrante

2019 - SETEMBRO

Lei n.º 122/2019 - Diário da República n.º 187/2019, Série I de 2019-09-30
Assembleia da República
Cria a Ordem dos Fisioterapeutas e aprova o respetivo Estatuto

Mapa Oficial n.º 9/2019 - Diário da República n.º 187/2019, Série I de 2019-09-30
Comissão Nacional de Eleições
Mapa oficial com o resultado da eleição e a relação dos deputados eleitos para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira em 22 de setembro de 2019

Lista Provisória dos candidatos admitidos e excluídos ao Curso para Juiz Presidente das Comarcas
Conselho Superior da Magistratura
Lista provisória dos juízes candidatos admitidos e excluídos ao Curso Específico dos Órgãos de Gestão de Tribunal de Comarca

Declaração de Retificação n.º 734/2019 - Diário da República n.º 184/2019, Série II de 2019-09-25
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Retificação referente à notificação dos contrainteressados da apresentação de recurso hierárquico no procedimento concursal de recrutamento para frequência do curso de formação específico para administradores judiciários

Despacho n.º 8470/2019 - Diário da República n.º 184/2019, Série II de 2019-09-25
Justiça - Gabinete da Ministra
Fixa, a partir de 1 de janeiro de 2020, o valor da contraprestação mensal devida pelos magistrados judiciais e do Ministério Público pelo uso e fruição das casas de função disponibilizadas pelo Ministério da Justiça

Resolução da Assembleia da República n.º 212/2019 - Diário da República n.º 184/2019, Série I de 2019-09-25
Assembleia da República
Recomenda ao Governo a integração, sem perda salarial, do suplemento de recuperação processual no salário dos oficiais de justiça

Lei n.º 121/2019 - Diário da República n.º 184/2019, Série I de 2019-09-25
Assembleia da República
Cria a Ordem dos Assistentes Sociais e aprova o respetivo estatuto

Aviso n.º 14819/2019 - Diário da República n.º 183/2019, Série II de 2019-09-24
Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça
Notificação dos contrainteressados da apresentação de recurso hierárquico - procedimento concursal de recrutamento para a frequência do curso de formação específico para administradores judiciários

Despacho n.º 8433/2019 - Diário da República n.º 183/2019, Série II de 2019-09-24
Justiça - Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça
Determina o âmbito territorial de atuação do Gabinete Médico-Legal e Forense da Grande Lisboa Noroeste, dependente da delegação do Sul do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P. (INMLCF, I. P.), que funciona nas instalações do Centro de Saúde da Barcarena, Oeiras, do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Lisboa Ocidental

Despacho n.º 8422-A/2019 - Diário da República n.º 182/2019, 1º Suplemento, Série II de 2019-09-23
Administração Interna - Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna
Receção de armas em qualquer unidade territorial da Guarda Nacional Republicana ou da Polícia de Segurança Pública para legalização ou regularização

Portaria n.º 326/2019 - Diário da República n.º 182/2019, Série I de 2019-09-23
Finanças e Justiça

Altera os Estatutos do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P., aprovados em anexo à Portaria n.º 386/2012, de 29 de novembro

Decreto-Lei n.º 145/2019 - Diário da República n.º 182/2019, Série I de 2019-09-23
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece o regime remuneratório das carreiras especiais de conservador de registos e de oficial de registos

Decreto-Lei n.º 143/2019 - Diário da República n.º 181/2019, Série I de 2019-09-20
Presidência do Conselho de Ministros
Regula o modo de financiamento das pensões de invalidez e velhice do regime geral de segurança social dos magistrados judiciais e do Ministério Público e respetivas regras de cálculo

Resolução da Assembleia da República n.º 208/2019 - Diário da República n.º 181/2019, Série I de 2019-09-20
Assembleia da República
Recomenda ao Governo a avaliação e a revisão do Regulamento das Custas Processuais

Portaria n.º 319/2019 - Diário da República n.º 180/2019, Série I de 2019-09-19
Justiça
Identifica os procedimentos administrativos e as entidades públicas competentes para a respetiva instrução que beneficiam de isenção de taxa na emissão de certificados do registo criminal

Decreto-Lei n.º 141/2019 - Diário da República n.º 180/2019, Série I de 2019-09-19
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece o regime de carreiras especiais das inspeções setoriais

Lei n.º 120/2019 - Diário da República n.º 180/2019, Série I de 2019-09-19
Assembleia da República
Estabelece mecanismos para a resolução de litígios que envolvam as autoridades competentes de Portugal e de outros Estados-Membros da União Europeia em resultado da interpretação e aplicação de acordos e convenções internacionais para evitar a dupla tributação de rendimentos, transpondo a Diretiva (UE) 2017/1852, do Conselho, de 10 de outubro de 2017

Lei n.º 119/2019 - Diário da República n.º 179/2019, Série I de 2019-09-18
Assembleia da República
Alteração de diversos códigos fiscais

Lei n.º 118/2019 - Diário da República n.º 178/2019, Série I de 2019-09-17
Assembleia da República
Modifica regimes processuais no âmbito da jurisdição administrativa e tributária, procedendo a diversas alterações legislativas

Decreto-Lei n.º 139/2019 - Diário da República n.º 177/2019, Série I de 2019-09-16
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece o regime de execução do acolhimento familiar, medida de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo

Resolução da Assembleia da República n.º 184/2019 - Diário da República n.º 177/2019, Série I de 2019-09-16
Assembleia da República
Recomenda ao Governo a adoção de medidas de promoção da conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal

Despacho n.º 8140-B/2019 - Diário da República n.º 176/2019, 1º Suplemento, Série II de 2019-09-13
Justiça - Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
Criação e definição das competências das unidades orgânicas flexíveis

Despacho n.º 8140-A/2019 - Diário da República n.º 176/2019, 1º Suplemento, Série II de 2019-09-13
Justiça - Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
Constituição de equipas multidisciplinares

Decreto-Lei n.º 138/2019 - Diário da República n.º 176/2019, Série I de 2019-09-13
Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece o estatuto profissional do pessoal da Polícia Judiciária, bem como o regime das carreiras especiais de investigação criminal e de apoio à investigação criminal

Decreto-Lei n.º 137/2019 - Diário da República n.º 176/2019, Série I de 2019-09-13
Presidência do Conselho de Ministros
Aprova a nova estrutura organizacional da Polícia Judiciária

Lei n.º 117/2019 - Diário da República n.º 176/2019, Série I de 2019-09-13
Assembleia da República
Altera o Código de Processo Civil, em matéria de processo executivo, recurso de revisão e processo de inventário, revogando o regime jurídico do processo de inventário, aprovado pela Lei n.º 23/2013, de 5 de março, e aprovando o regime do inventário notarial, e altera o regime dos procedimentos para cumprimento de obrigações pecuniárias emergentes de contratos de valor não superior à alçada do tribunal de 1.ª instância, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 269/98, de 1 de setembro

Lei n.º 115/2019 - Diário da República n.º 175/2019, Série I de 2019-09-12
Assembleia da República
Altera o regime jurídico do mandado de detenção europeu

Lei n.º 114/2019 - Diário da República n.º 175/2019, Série I de 2019-09-12
Assembleia da República
Décima segunda alteração ao Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, aprovado pela Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro

Lei n.º 112/2019 - Diário da República n.º 173/2019, Série I de 2019-09-10
Assembleia da República
Adapta a ordem jurídica interna ao Regulamento (UE) 2017/1939 do Conselho, de 12 de outubro de 2017, que dá execução a uma cooperação reforçada para a instituição da Procuradoria Europeia

Lei n.º 107/2019 - Diário da República n.º 172/2019, Série I de 2019-09-09
Assembleia da República
Altera o Código de Processo do Trabalho, adequando-o ao Código de Processo Civil

Decreto-Lei n.º 134/2019 - Diário da República n.º 171/2019, Série I de 2019-09-06
Presidência do Conselho de Ministros
Altera o Estatuto do Pessoal do Corpo da Guarda Prisional

Lei n.º 105/2019 - Diário da República n.º 171/2019, Série I de 2019-09-06
Assembleia da República
Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 134/2015, de 24 de julho, que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários, no âmbito dos serviços aéreos e marítimos entre o continente e a Região Autónoma da Madeira e entre esta e a Região Autónoma dos Açores, prosseguindo objetivos de coesão social e territorial

Lei n.º 103/2019 - Diário da República n.º 171/2019, Série I de 2019-09-06
Assembleia da República
Altera o Estatuto dos Funcionários Parlamentares, aprovado pela Lei n.º 23/2011, de 20 de maio

Lei n.º 102/2019 - Diário da República n.º 171/2019, Série I de 2019-09-06
Assembleia da República
Acolhe as disposições da Convenção do Conselho da Europa contra o Tráfico de Órgãos Humanos, alterando o Código Penal e o Código de Processo Penal

Lei n.º 101/2019 - Diário da República n.º 171/2019, Série I de 2019-09-06
Assembleia da República
Altera o Código Penal, adequando os crimes de coação sexual, violação e abuso sexual de pessoa internada ao disposto

na Convenção de Istambul, e o Código de Processo Penal, em matéria de proibição e imposição de condutas

Lei n.º 100/2019 - Diário da República n.º 171/2019, Série I de 2019-09-06
Assembleia da República
Aprova o Estatuto do Cuidador Informal, altera o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social e a Lei n.º 13/2003, de 21 de maio

Lei 93/2019 de 04SET
Altera o Código de Trabalho, aprovado pela Lei 7/2009 de 12FEV, e respetiva regulamentação, e o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela Lei 110/2009 de 16SET.

Lei 91/2019 de 04SET
Estabelece o regime da resolução dos conflitos de jurisdição entre os tribunais judiciais e os tribunais administrativos e fiscais, regulando a composição, a competência, o funcionamento e o processo perante o tribunal dos conflitos.

Lei 90/2019 de 04SET
Reforço da proteção na parentalidade, alterando o Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, e os Decretos-Leis n.os 89/2009, de 9 de abril, que regulamenta a proteção na parentalidade, no âmbito da eventualidade maternidade, paternidade e adoção, dos trabalhadores que exercem funções públicas integrados no regime de proteção social convergente, e 91/2009, de 9 de abril, que estabelece o regime jurídico de proteção social na parentalidade no âmbito do sistema previdencial e no subsistema de solidariedade.

Lei 86/2019 de 03SET
Altera o Código Civil, revogando o instituto do prazo internupcial.

Aviso 13637/2019 - DR Serie II de 02SET
Abertura do Movimento Extraordinário de Setembro para Oficiais de Justiça (prazo para as candidaturas até 16SET).

Lei 82/2019 de 02SET
Estabelece a responsabilidade da entidade patronal pela formação obrigatória dos trabalhadores em funções públicas e pela renovação dos títulos habilitantes indispensáveis ao desempenho das suas funções, alterando a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei 35/2014 de 20JUN.

Lei 79/2019 de 02SET
Estabelece as formas de aplicação do regime da segurança e saúde no trabalho previsto no Código do Trabalho e legislação complementar, aos órgãos e serviços da Administração Pública, alterando a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Lei 78/2019 de 02SET
Estabelece regras transversais às nomeações para gabinetes de apoio aos titulares de cargos políticos. dirigentes da Administração Pública e gestores públicos.

Lei 70/2019 de 02SET
Regula o exercício da profissão de criminólogo.

2019 - AGOSTO

Lei 68/2019 de 27AGO
Estatuto do Ministério Público (EMP).

Decreto-Lei 115/2019 de 20AGO
Altera a regulamentação do regime jurídico da identificação criminal, prevendo um código de acesso ao registo criminal e ao registo de contumazes, desmaterializado, para consulta pelas entidades a quem o interessado faculte o código.

Lei 63/2019 de 16AGO

Sujeita os conflitos de consumo de reduzido valor económico, por opção do consumidor, à arbitragem necessária ou mediação, e obriga à notificação da possibilidade de representação por advogado ou solicitador nesses conflitos, procedendo à quinta alteração à Lei n.º 24/96, de 31 de julho

Decreto-Lei 108/2019 de 13AGO
Altera o Estatuto da Aposentação, o Estatuto das Pensões de Sobrevivência e cria o novo regime de aposentação antecipada para os subscritores da Caixa Geral de Aposentações (CGA), aproximando-o do atual modelo em vigor no regime geral de segurança social.

Lei 59/2019 de 08AGO
Aprova as regras relativas ao tratamento de dados pessoais para efeitos de prevenção, deteção, investigação ou repressão de infrações penais ou de execução de sanções penais, transpondo a Diretiva (UE) 2016/680 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016.

Lei 58/2019 de 08AGO
Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

Aviso nº. 12568/2019, publicado no DR Ser. II de 07Ago
Homologa a lista unitária de ordenação final do curso de formação específico para Administrador Judiciário. Veja a lista "aqui"

Lei 55/2019 de 05AGO
Confere novas competências ao Tribunal da Propriedade Intelectual, procedendo à oitava alteração à Lei da Organização do Sistema Judiciário, aprovada pela Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto.

Lei 56/2019 de 05AGO
Cessação de vigência de decretos-leis publicados entre os anos de 1981 e 1985.

2019 - JULHO

Decreto-Lei 97/2019 de 26JUL
Procede à alteração do Código de Processo Civil, alterando o regime de tramitação eletrónica dos processos judiciais (Vigora a 16SET2019).

— FIM —

Esta lista síntese começou a ser elaborada a partir de julho de 2019, por isso não contém publicações anteriores.